

cadernos do
**terceiro
mundo**

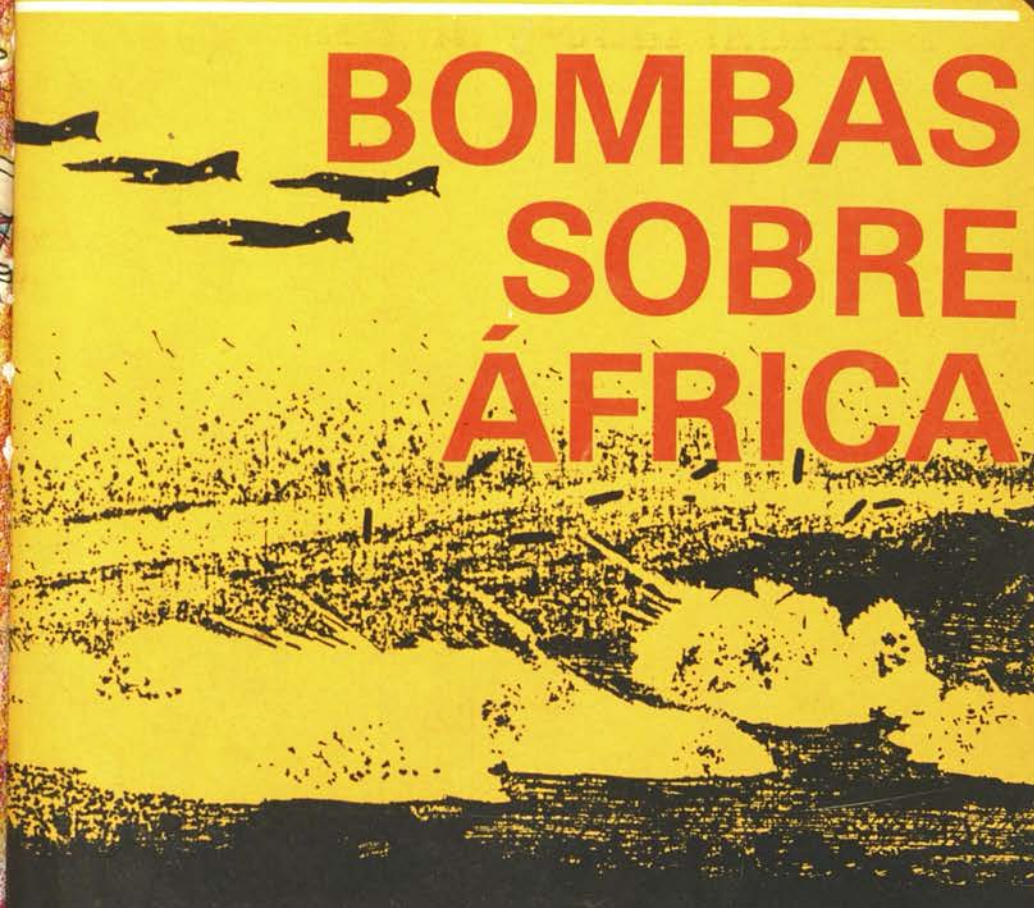
**PERU
E BOLÍVIA
ELEIÇÕES PARA QUÊ?**

5

inho/Julho 1978

40\$00 Kz40,00 Esc. 40\$00 PG40,00

Ano 1 n.º 5



**BOMBAS
SOBRE
ÁFRICA**

**BRASIL: A
RESISTÊNCIA
AUMENTA**

**S. DOMINGOS
DERROTA
DE
BALAGUER**



Ba

A v
são as
da his
mo an
e, no
país
virtua
dirige
natos
la cor
amea
territo
nes e
O
Paqui
foi o
1947
ções
do p
em e
color
ca. N
estal
volv
te o
eran
dent
por
rio i
A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Isi

Ca
Li
de
p
te
di

n

pág. 1.

APROVEITE

Campanha das mil assinaturas

até 1 de Agosto mantem-se
a actual tabela de assinaturas



esperamos a cooperação dos
amigos e leitores dos

**cadernos do
terceiro
mundo**

r. pinheiro chagas 41 · 2º d.
lisboa

Nesta edição

- 2 Carta aos leitores
4 *Editorial: Os Estados Unidos e a África Austral*

Reportagem especial

- 7 O massacre de Kassinga — *Altair L. Campos*

África

- 15 O assalto neocolonialista — *Neiva Moreira*
21 A intervenção no Shaba — *Marcelo Dias*
27 A guerra do Tchade — *Baptista da Silva*
33 A França na África — *Marcelo Dias*



América Latina

- 37 *Brasil: A grande greve*
42 A oposição sindical — *Antônio Almeida*
45 Entrevista de F. Henrique Cardoso — *Vania Bmbirra*
48 *Uruguai: A condenação de Liber Seregni* — *Gerónimo Cardoso*
53 *Nicarágua: Monimbo rebelde* — *Ignacio Briones Torres*
60 *S. Domingos: A derrota de Balaguer* — *Ramon Colombo*
68 *Haiti: Entrevista com Mare Romulus* — *Micaela Ramada*
73 *Bolívia: A nova situação política* — *Renato Andrade*
78 *Peru: A rebelião contra o FMI* — *Juan Quispe*
Para além das eleições — *Hector Béjar*
87 *Equador: Os movimentos pré-eleitorais* — *José Steinsleger*



Ásia

- 90 *Coreia do Sul: Uma reforma agrária capitalista* — *Kim Chang Soo*

94 Panorama Tricontinental

Cultura

- 108 Alfabetização dos indígenas europeus — *Roberto Remo*
111 Se me deixam falar — *Beatriz Bissio*

Desporto

- 117 Pelé: uma multinacional — *Pedro de Freitas*

Petróleo

- 121 A política petrolífera argelina — *Francisco Julião*
125 Almanaque do Terceiro Mundo



Ba

A v
são as
da his
mo ar
e, no
país
virtua
dirige
natos
la co
amea
territo
nes e
O
Paqu
foi
1947
ções
do p
em e
colo
ca. I
estal
volv
te o
eram
den
por
rio i
A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

C

L

d

p

te

d

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

n

cadernos do terceiro mundo

Publicação mensal — n.º 5/Julho de 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Secretaria de Redacção: Beatriz Bissio

Edição em Espanhol — ano II, n.º 21

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português — ano I, n.º 5

Tricontinental Editora, Lda.

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Chefe de Redacção: Marcelo Dias

Sub-chefe de Redacção: Baptista da Silva

Artes Gráficas: Leonel M.

Colaboraram neste número: António Almeida, Capitão Gerónimo Cardozo, Francisco Julião, Hector Béjar, Ignacio Briones Torres, Kim Chang Soo, José Steinsleger, Juan Quispe, Micaela Ramada, Pedro de Freitas, Ramon Colombo, Renato Andrade, Roberto Remo e Vania Bambirra

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Inter-Press Service (IPS); Agência de Informação de Moçambique (AIM); Agência Noticiosa Iraquiana (INA); Agência Tanzaniana (SHITATA) e Prensa Latina. Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijournal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL anual (12 números) 320\$00
semestral (6 números) 180\$00

anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe 500\$00 esc. port.
Brasil 350 cruzeiros
Europa 14 dólares
Restantes países 16 dólares

Carta ao leitor

COM certo orgulho podemos hoje afirmar que a edição portuguesa da nossa Revista está implantada na área prevista para a sua circulação, ou seja, Portugal e os Países do Terceiro Mundo de expressão portuguesa.

Temos assinantes nas Américas, África e Europa, e o fluxo de solicitações continua.

Isto para dizer que a nossa responsabilidade transcendeu do projecto inicial para a realidade, responsabilidade que assumimos na tarefa de ajudar na formação através da informação.

E queremos crer que estejamos a cumprir a nossa missão.

O nosso problema constante, como em toda a revista como a nossa ao ser lançada, foi, obviamente, o financeiro. E na busca do equilíbrio, e em resposta aos dois consecutivos aumentos nos preços do papel e das chapas de impressão *off-set*, fomos, por nossa vez, obrigados a reajustar os preços da nossa revista.

Por outro lado, estamos tranquilos, pois sabemos que a qualidade da informação que veiculamos, e o vasto leque de redactores e especialistas que conosco colaboram, justificariam, de *per si*, o encarecimento da revista, pelos seus consequentes custos.

E nem por isso, foi essa a nossa visão.

Esperamos continuar a ter apoio e a compreensão dos nossos leitores, e assim fazemos aqui o pedido para que continuem a prestigiar

e divulgar a nossa revista.

Para os preços das assinaturas, a alteração far-se-á a partir do número seis, que deverá sair no final do próximo mês de Julho. Os novos preços para as assinaturas entrarão em vigor em Agosto.

Queremos aproveitar para agradecer o caloroso e fraternal acolhimento de que fomos objecto, em recente viagem a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, tanto da parte dos camaradas da Imprensa, como dos órgãos e entidades com quem contactamos.

A todos, as nossas saudações e agradecimentos.

O Editor

Preencher uma lacuna

Creio que a revista veio preencher uma importante lacuna. Uma das características que distingue o Terceiro Mundo, é precisamente o facto de existir um vazio na comunicação interna, resultado de um passado colonial e um presente dependente, em que as ideias e os meios de comunicação de massa estão controlados pelo "centro". *Enrique Oteiza, The Institute of Development Studies, Inglaterra.*

Informação objectiva

Sua informação parece-nos uma das mais claras e objectivas, no que respeita a questões internacionais. Muitos dos seus artigos (os do Oriente Médio, por exemplo) são discutidos em aulas. *Professor Gildaro Izaguirre, Universidade de Sinaloa, México.*

Bombas sobre África

A África continua no centro das atenções, sob bombas e pára-quadistas. Desde o número 1 dos Cadernos do Terceiro Mundo chamamos a atenção para a crescente intervenção do neocolonialismo francês no continente. Neste número 5 voltamos ao tema com artigos de Neiva Moreira, Marcelo Dias e Baptista da Silva.

A recente viagem do nosso editor Altair L. Campos a Angola permite-nos apresentar aos nossos leitores uma reportagem especial sobre o massacre de Kassinga. Conterá imagens e relatos eventualmente chocantes, mas é necessário que a verdade seja conhecida, mesmo quando é tão abominável...

Na América Latina o Brasil ocupa o lugar de destaque, com a grande greve dos operários do ABC paulista, um artigo de António Almeida sobre a Oposição Sindical e uma entrevista com Fernando Henrique Cardoso.

A Nicarágua volta à atenção dos nossos leitores com um relato de sublevação popular e do massacre de Monimbo, bairro popular da cidade de Masya, ocorrido no mês de Fevereiro. Também são apresentadas as informações mais recentes sobre a resistência contínua do povo nicaraguense ao regime de Anastasio Somoza.

Um apelo e um grito de alerta chega-nos do Uruguai. A recente condenação a 14 anos de prisão do líder da Frente Ampla e ex-candidato à presidência, general Liber Seregni, é denunciada e analisada por outro militar democrata, o nosso companheiro Capitão Geronimo Cardozo.

Os processos políticos em curso no Perú, Bolívia e República Dominicana que vem dando mostras de grande vivacidade e mitigando as esperanças e preocupações de todo continente, são abordados pelos nossos colaboradores.

Ainda na África, voltamos ao problema petrolífero, desta vez com um artigo de Francisco Julião sobre a comercialização do petróleo argelino.

A parte cultural deste número é dedicada ao livro "Si me permiten hablar" (Se me deixam falar). A história de uma esposa de mineiro boliviana de Siglo XX, Domitila, uma das iniciadoras da greve de fome que permitiu a vitória da Amnistia Geral, no início do ano. Narrada pela própria protagonista, gravada e ordenada pela educadora brasileira Moema Viezzer a obra está a fazer um grande sucesso em toda a América Latina. Apresentamos uma entrevista com a autora do livro realizada por Beatriz Bissio.

Ba

A v
são as
da his
mo ar
e, no
país
virtua
dirige
natos
la co
amea
territo
nes e

O
Paqu
foi e
1947
ções
do p
em e
colo
ca. L
estal
volv
te o
eran
den
por
rio i

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

Co

L

do

p

te

d

n

pág. 12

EDITORIAL

Os Estados Unidos e

A notícia — uma revelação sensacional — não mereceu comentários por parte dos estadistas ocidentais e foi objecto de pouca atenção da Imprensa internacional: ao discursar perante o parlamento sul-africano o ministro da Defesa, Piether Botha, admitiu que o Governo norte-americano estimulava a ingerência militar do regime racista na guerra civil angolana e que, inclusivamente, intervieria ao dar assistência às tropas de Pretória.

«A aviação norte-americana transportou armas para as bases sul-africanas em Angola» durante o conflito, declarou Botha que hoje se queixa de que os norte-americanos, depois de terem estimulado a sua entrada na guerra, se desentendem agora com o Governo de minoria branca.

Como se sabe a intervenção sul-africana de 1975 representou uma grave ameaça para o MPLA que se viu atacado pelo sul e pelo norte, a partir da África do Sul, e do Zaire. Esta agressão contra o povo angolano contava com o apoio dos Estados Unidos e já está documentada a vinculação da CIA com a FNLA de Holden Roberto, que actuava desde o Zaire. Agora vem à luz o apoio norte-americano à invasão sul-africana.

Os planos para substituir o colonialismo português por um Governo reaccionário e dependente, estilo Mobutu, foram desbaratados pela resistência angolana e pela cooperação cubana. Esta última foi um factor decisivo para restabelecer a anterior correlação de forças favorável ao MPLA e para derrotar os agressores sul-africanos.

As tropas cubanas começaram a operrar depois que a 11 de Novembro assumiu o governo em Luanda o presidente Agostinho Neto. A presença cubana foi letítima tanto jurídica — pois respondeu ao pedido de um Governo — quanto moralmente, pois se tratava de apoiar um processo de libertação do colonialismo e de fazer frente à intromissão racista.

No entanto, desde então — quando da administração republicana em Washington até agora sob o Governo democrata, as autoridades, a começar

África Austral

pelo presidente Carter, repetem que a presença cubana na África constitui uma ameaça contra a paz, cria uma grave tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética com repercussões a nível mundial e impede que se concluam acordos em matérias de grande interesse para a humanidade como a redução dos armamentos estratégicos. A Imprensa internacional ressalta declarações como aquela e dedica longos editoriais neste sentido, ao mesmo tempo que coloca em segundo plano as afirmações de Botha, feitas na véspera da partida dos secretários de Estado norte-americano para Moscovo.

Nesta ocasião dizia-se que a continuação da presença cubana na África e o apoio logístico soviético haviam afectado as relações entre as duas super-potências e que impedia um avanço nas conversações sobre o desarmamento.

Não parece ter sido assim já que Vance, ao concluir a sua visita no dia 22 de Abril, considerou positivas as conversações realizadas com os dirigentes soviéticos. O episódio serve para mostrar que estamos diante de uma campanha de grande envergadura que procura por todos os meios a retirada cubana. Para tanto é desencadeada não só uma campanha de Imprensa como toda a classe de outras pressões. Diz-se a Cuba que não haverá reatamento de relações com os Estados Unidos (ou seja que continuará o bloqueio) até que os seus soldados voltem à ilha. Pretende-se condicionar a política de desanuviamento com Moscovo ao cessar da «intervenção».

É que as potências capitalistas querem resolver exclusivamente entre si o conflito da África Austral, num momento em que o mesmo se intensifica.

«A garantia mais segura contra o aparecimento de tropas cubanas na Namíbia e na Rodésia seria o comprometimento dos ideais e valores do Ocidente na ajuda aos povos africanos negros para a realização das suas aspirações» — afirmou o chanceler britânico David Owen. Porém as aspirações

Ba

A v
são as
da his
mo ar
e, no
país.
virtua
dirige
natos
la co
amea
territ
nes e

O
Paqu
foi
1947
ções
do p
em e
colo
ca. I
estal
volv
te o
eran
den
por
rio

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

Co

L

do

p

te

d

n

pág. 12

editorial

dos povos negros não consistem na passagem do colonialismo ao neo-colonialismo, como supõe Owen.

Esta é uma das grandes contradições do problema. A outra é de que os próprios colonialistas de Pretória e Salisburia não aceitam as soluções neo-colonialistas que lhes propõem os EUA e os seus aliados. Por outro lado, estas potências têm investimentos e interesses comerciais que os ligam aos regimes de minoria branca pelo que limitam as suas pressões ao âmbito diplomático — o que é gritantemente insuficiente — para induzi-los a uma mudança de atitude. Somente um adequado bloqueio económico e militar poderia obrigar as minorias brancas a entrarem em negociações sérias. E como isso não acontece, palavras como as de Owen tem somente um valor retórico que não esconde o cinismo e o oportunismo de quem as pronuncia.

A preocupação das potências ocidentais é certamente compreensível. Provam que os povos da África Austral não estão dispostos a aceitar um capitalismo dependente que os coloque num esquema neo-colonial. Sabem que os países socialistas concedem um apoio incondicional aos movimentos de libertação. A presença cubana é então o testemunho de uma solidariedade revolucionária que limita a margem de negociação de Washington e dos seus aliados, ao mesmo tempo que estimula a resistência negra. Se o colonialismo na África não persistisse, se os interesses capitalistas não buscassem explorar os seus homens e as suas riquezas, não existiria esta tensão no continente.

São estes os verdadeiros factores que ameaçam a paz e por acção ou omissão prolongam a existência do racismo. Nenhuma campanha, por mais intensa que seja, poderá mudar a realidade: o Ocidente é responsável pela actual situação na região e não pode descarregar as suas culpas sobre aqueles que lutam pela libertação e sobre aqueles que os apoiam.

reportagem
especial



Altair L. Tavares

O massacre de Kassinga

Este massacre não comoveu o ocidente. Aceite com naturalidade, foi alvo de algumas condenações pro forma por parte daquelas potências que condenam o racismo no plano das palavras, mas que são responsáveis pelo seu sustento económico e militar. Em Kassinga foram utilizados aviões Mirage, helicópteros Puma, tanques AML-60 de fabricação francesa e aviões C-130 e Camberra norte-americanos. O povo da Namíbia e o povo de Angola não esquecerão...

Ba

A v
são as
da his
mo ar
e, no
país
virtua
dirige
natos
la co
amea
territ
nes e

O
Paqu
foi
1947
ções
do p
em e
colo
ca. L
estal
volv
te o
eran
den
por
rio
A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

Co

L

de

P

te

d

n

pág. 12

NO mês de Maio de 1978, mais precisamente no dia 4, o Mundo foi surpreendido por mais uma agressão do exército racista da África do Sul, desta vez contra um campo de refugiados da Namíbia em território angolano. O bárbaro atentado foi a edição sul-africana do massacre de My Lai, somando-se ainda aos genocídios perpetrados pelas hostes hitlerianas durante a Segunda Guerra Mundial.

Foram mais de quinhentos mortos e quase trezentos feridos graves de uma população indefesa, fugida de seu país devido às atrocidades e perseguições movidas pelo exército racista de Vorster. Foram quase na sua totalidade, mulheres, crianças e velhos os baleados, violados, esventrados, degolados, calcinados e mutilados pelos pára-que-distas sul-africanos.

Nos hospitais de Luanda, as vítimas da cobarde e criminosa agressão racista, recompõem-se dos ferimentos e dos choques brutais de que foram vítimas. Um dos feridos menos gravemente, Ando, um homem de trinta e três anos, afirmou: "No campo de refugiados, só estávamos civis. Estávamos nas nossas casas. Logo de manhã, muito cedo, eles chegaram com os aviões. Saímos, mas sem saber o que se passava. De repente, começaram a cair as bombas. Não sei que bombas são. O estilhaço bateu-me nas costas, e levei uma bala no braço. Depois vieram os pára-que-distas. Cercaram o campo. Aí é que foi o pior. Apenas lhes interessava matar, matar... Sei que depois vieram tam-

bém os helicópteros. Foi tudo muito feio."

Outro testemunho, Marshal Kirk, um jovem de vinte e quatro anos: "Mais tarde vieram os aviões que começaram a lançar pára-que-distas. Esses não quiseram saber de nada. Só disparavam. Matavam tudo o que viam pela frente: homens, mulheres e crianças. As pessoas só caíam. Ainda matámos e ferimos muitos sul-africanos. Eles depois que começaram a ser cercados pelas FAPLA, começaram a retirar. Obrigaram os que ficaram a carregar os corpos deles para levarem. Duas mulheres traziam filhos nas costas. Ainda pequenos. Como elas se recusaram a carregar os mortos deles, mataram as mulheres. E os filhos caíram para aí atirados. Não sei se morreram ou não."

A utilização de bombas incendiárias foi uma constante. Dezenas de crianças com gravíssimas queimaduras estão internadas em Luanda. Uma boa parte de um total de quinhentas que, em plena formatura, aguardavam o início das aulas.

Othoniel González-Quevedo, jornalista cubano de "Verde Olivo", afirma: "Só numa área de um quilómetro quadrado, foram lançadas duas toneladas e meia de explosivos durante as sete horas que durou o bombardeamento. Quinhentas crianças ali se encontravam no dia dos acontecimentos. Numa das três valas comuns abertas, podiam ser vistos mais de duzentos cadáveres crivados de balas. As mulheres, na sua maioria desnudadas, apresentavam em seus corpos nume-

rosos impactos de balas, e feridas produzidas em suas partes mais sensíveis por armas brancas.

Testemunhas que chegaram ao local seis horas depois de iniciado o ataque, viram restos de crianças sem cabeças, mulheres com navalhas e punhais enterradas nos seus órgãos genitais, e despojos de seres humanos espalhados por toda a área."

Um menino, de aproximadamente dez anos, foi encontrado morto, com uma baioneta cravada na nuca.

O fogo, o cheiro característico dos explosivos detonados, o ruído ensurdecedor das deflagrações, e o sangue inocente a embeber a generosa terra angolana. E um menino, com uma baioneta cravada na nuca. Eis o retrato de uma política. Eis o retrato do imperialismo.

Kassinga

Kassinga é uma povoação angolana na província de Huila, a duzentos quilómetros em linha recta da fronteira com a Namíbia, quase nos limites entre as províncias de Huila e Cunene; esta mais ao sul. Sede de um vasto complexo mineiro, a vila de Kassinga abrigava mais de três mil refugiados da Namíbia. É próximo de Kassinga que se situa Tchamutete, importante centro de exploração de minério de ferro.

Com o funcionamento regular de escolas, postos de assistência médica, etc., era natural que o aglomerado humano tivesse uma tendência para aumentar.



Os refugados da Namíbia, o alvo do ataque racista

No campo haviam cinco escolas e cinco dormitórios de crianças, uma biblioteca e um posto médico.

A povoação, com muitas construções de alvenaria, situa-se numa região de altas árvores, e com a vinda dos refugiados, sofreu grande transformação social, devido ao incremento decorrente de actividades médico-sociais. Foi por esta razão, dada a existência de um bom número de escolas, que a população da região para lá encaminhava seus filhos, ocasionando com isto uma grande concentração de crianças.

Os antecedentes

Causou certo espanto nos meios internacionais,

quando o representante da África do Sul na Assembleia Geral das Nações Unidas aceitou as propostas das cinco potências ocidentais — Estados Unidos, Alemanha Federal, França, Inglaterra e Canadá — de transferência da autoridade sobre a Namíbia do regime de Vorster para a ONU, propostas que apontavam para a aceitação implícita da SWAPO como único e legítimo representante do Povo do Sudoeste Africano.

O presidente Sam Nujoma aceitava parcialmente as propostas ocidentais, ressalvados os pontos que diziam respeito à permanência de tropas sul-africanas no território durante a descolonização e à questão

de Walvis Bay, que considerava parte integrante da Namíbia.

Dias antes, o Ministro da Defesa de Angola, Comandante Iko Carreira, declarava em entrevista à revista mexicana "Siempre", que a presença de tropas cubanas em Angola estava condicionada pela correlação de forças na área. E dizia ainda: "— A África do Sul concentrou perto da nossa fronteira, trinta mil soldados com material de guerra sofisticado e aviação de combate." E concluiu dizendo que estava a ser preparada uma nova invasão contra o território angolano.

Por outro lado, durante mais de dez dias que antecederam o massacre, aviões

Ba

A v
são as
da his
mo ar
e, no
país.
virtua
dirige
natos
la co
amea
territ
nes e

O
Paqu
foi
1947
ções
do p
em c
colo
ca. I
estal
volv
te o
erar
den
por
rio.

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
shé

10

IN

Is

Co

L

d

p

te

d

n

pág. 12

Kassinga que se supõe serem de reconhecimento, haviam sobrevoado longamente a região, tendo nesta ocasião feito um completo e detalhado levantamento aerofotográfico da zona envolvida. Foi nesse período que as tropas das FAPLA estacionadas a algumas dezenas de quilómetros, haviam aconselhado os responsáveis da vila a dispersarem a concentração de refugiados, a fim de evitar um massacre no caso de algum ataque inesperado.

Informações não oficiais e colhidas nos meios jornalísticos de Luanda, dizem que membros da UNITA infiltrados na SWAPO, tudo fizeram para que os refugiados permanecessem concentrados. E o resultado foi aquilo que se viu.

As forças envolvidas

Os meios materiais e humanos utilizados pela África do Sul no ataque a Kassinga, segundo os dados oficiais do Ministério da Defesa da República Popular de Angola, e posteriormente confirmados, foram os seguintes:

— Três aviões C-130, que lançaram o Batalhão de Pára-quedistas (cerca de quinhentos homens), e material bélico aerotransportado;

— Esquadrilhas de aviões "Mirage F III", num total de doze aparelhos, utilizados em acções de bombardeio, observação e cobertura aérea, e também caça à metralhadora dos sobreviventes que procuravam abandonar o cerco por terra ou atravessando o rio;



Vorster: este homem ordenou o massacre

— Catorze helicópteros "Puma", também de fabricação francesa, da base de Ondangua, utilizados principalmente na recolha dos pára-quedistas sul-africanos, seus feridos e seus mortos;

— Uma esquadrilha de aviões "Camberra";

— Quarenta blindados do tipo AML-60 e AML-90 (franceses).

As forças angolanas envolvidas foram inicialmente poucas. A invasão terrestre foi feita perto do marco treze da fronteira entre Angola e Namíbia, onde não existe qualquer posto das Forças Guarda-Fronteira angolanas. Estas forças, em número reduzido, algumas dezenas de homens, estavam concentradas a alguns quilómetros da faixa invadida, e apesar da resistência oferecida, pouco ou quase

nada puderam fazer diante dos efectivos sul-africanos.

As guarnições das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), estacionadas à cerca de 32 quilómetros da área, avançaram para a zona invadida, e foram duramente castigadas pelas metralhadoras e bombas dos "Mirage F III".

Outro facto muito comentado nos meios angolanos, foi a participação quase certa de mercenários no massacre. Testemunhas dizem ter ouvido vozes berçando ordens em língua portuguesa, o que leva a crer que entre os atacantes haveria mercenários de nacionalidade portuguesa (ou remotamente, de brasileiros). Esta hipótese foi tanto levada em conta, dada a insistência com que a imprensa progressista ocidental vinha ultimamente denunciando o recrutamento de mercenários de nacionalidades portuguesa, italiana, francesa e inglesa, para combaterem os movimentos de libertação da Namíbia e do Zimbábwe.

A operação

A "operação militar" levada a cabo pelo exército racista-fascista de Vorster, foi de um requinte macabramente científico.

De posse de informações e dados precisos sobre a região, e anulando toda e qualquer possibilidade de defesa imediata por parte das FAPLA, apoiados por uma "preparação" de bombardeamento de doze Mirage F III e uma esquadrilha de Camberra, e ainda o apoio de quarenta blindados



Material abandonado pelos sul-africanos

dos AML-60 e AML-90, cerca de quinhentos pára-quedistas lançados de aviões C-130, deram vação a toda sua sanha assassina, utilizando armas de fogo individuais e armas brancas.

A cronologia dos factos foi dada no dia seis de Maio pelo Comandante Iko Carreira, e resumidamente foi a seguinte:

“As tropas sul-africanas baseadas em Grootfontein e Ondangua realizaram uma grande operação (...) nas províncias de Huila (...) sobre a povoação de Kassinga (...) e as pequenas povoações de Bombondola, Chitekera e Komope.

Esta grande operação iniciou-se às seis horas da manhã, e teve a seguinte sequência:

— Esquadrilhas de caça-bombardeiros Mirage pe-

netraram no nosso país em profundidade.

— A partir das sete horas e quarenta minutos, realizaram o bombardeamento de Kassinga (...).

— Às sete horas e cinquenta minutos, três aviões C-130 iniciam o lançamento de pára-quedistas em quatro direcções enquanto os Mirages voavam em círculo (...) protegendo os atacantes de qualquer aproximação de forças de Angola.

— Imediatamente os pára-quedistas da África do Sul, cerca de quinhentos, iniciaram a destruição da povoação e a liquidação pura e simples dos seus habitantes.

— Estacionadas a algumas dezenas de quilómetros, as FAPLA receberam ordens de avançar sobre o

inimigo, às dez horas da manhã.

— Entretanto, as tropas sul-africanas haviam minado as vias de acesso a Kassinga pelo norte e pelo sul. (...) Os obstáculos foram: as minas anticarro e os ataques aéreos pelas esquadrilhas de Mirage F III (...).

— (...) O inimigo iniciou a retirada por meio de helicópteros “Puma” vindos também de Ondangua. Eram quatorze helicópteros que realizaram a operação de retirada de seus feridos e mortos.

— A partir das quatorze horas, as FAPLAS tinham tomado conta da situação (...), mas foram permanentemente bombardeadas até cerca das dezoito horas por caças-bombardeiros Mirage (...).”

A sobre a simultaneidade de operações, especifica-

Ba

A v
são as
da his
mo ar
e, no
país
virtua
dirige
natos
la co
amea
territ
nes e
O
Paqu
foi
1947
ções
do p
em
colo
ca.
esta
volv
te o
erar
den
por
rio
A
gov
dur
g e
(19
qu
neg
As
ele
she

10

Is

C
L
d
P
t
d

r

pág. 11

Kassinga mente no território compreendido entre Kalueke e Kuamato, prosseguiu Iko Carreira: "Aqui penetraram também às seis horas da manhã. Depois do bombardeamento aéreo com aviões Mirage, cerca de quarenta blindados tipo AML-60 e AML-90 e tropas de infantaria fizeram o avanço em duas direcções, Bombondola e Chitequera, e ainda na direcção de Kuamato (...). A aviação sul-africana realizou também três vôos de reconhecimento ofensivo sobre Onjiva, Kalueke, Ruacanã, e também sobre Moçamedes e Porto Alexandre."

A completar as informações de Iko Carreira, e segundo informações a nós prestadas por elementos directa e indirectamente envolvidos nos acontecimentos, os pára-quedistas sul-africanos lançados em quatro frentes cercaram a região da Kassinga em três direcções perpendiculares, deixando uma única saída, a direcção do rio, com a sua consequente travessia.

A primeira actuação dos "páras", foi a de minarem e armadilharem todas as possíveis vias de acesso de tropas vindas em socorro da população. As tropas angolanas e cubanas não puderam pois avançar, dada ainda a constante cobertura aérea feita pelos Mirages. Isto feito, e após o cerrado e eficaz bombardeio, avançaram em três frentes, no processo de cerco e aniquilamento. Os que lograram atingir o rio, foram aí varridos pelas metralhadoras dos Mireges.

Para evitarem baixas entre si, as vítimas eram abatidas à bala, à queima-roupa, ou com a utilização de armas brancas. Segundo os cínicos termos do "comunicado oficial" de Vorster, a "operação" tinha como objectivo final, não só a represália contra a SWAPO, mas, e principalmente, desmoralizar o povo namibiano das suas intenções de apoio aos guerrilheiros, e também de fuga dos territórios ilegalmente ocupados.



Dai, então, a razão de mais um tétrico e requintado artifício: a tropa invasora deixou espalhadas na área, dezenas e dezenas de relógios e canetas armadilhadas, e minas antipessoal. Vimos, por nossa vez, dezenas de crianças com as mãos mutiladas pelas explosões de canetas, e outras mesmo, infelizes, que morreram ou ficaram deformadas no rosto, quando levavam o relógio ao ouvido para verem se funcionavam. Subtilezas do racismo-fascismo vorstiano.

As baixas militares

Mas a agrassão não ficou impune.

Mulheres sobreviventes que, depois de violadas, foram obrigadas a auxiliar no transporte dos pára-quedistas para os helicópteros Puma, afirmam terem embarcado mais de vinte mortos e outros tantos feridos. Cerca de quarenta macas sujas de sangue, foram abandonadas pelos invasores na sua fuga. Um dos aviões Mirage foi abatido, e pelo menos dois outros foram atingidos seriamente.

Nos efectivos militares angolanos, foram oficialmente apontados dezasseis mortos e sessenta e quatro feridos, só em Kassinga. Desconheces-e o número exacto de mortos e feridos naqueles que, pela solidariedade internacionalista, actuavam em apoio à FAPLA.

«Eles vieram para matar»

A sua idade, indefinida, está entre os vinte a poucos



Uma casa devastada pelas bombas dos Mirages

anos. Uma perna amputada, e o rosto quase que totalmente deformado. Junte-se a isso uma gravidez de oito meses.

— “Aquilo foi tudo muito mau. Porque nos fizeram eles aquilo? Eu já nem sei se o filho vai nascer. Eles ao menos podiam deixar as mulheres e as crianças, mas foi tudo. Já não me lembro como tudo começou. Fui das primeiras a ser apanhada, por isso não vi quase nada. Só me lembro dos aviões que estavam a atirar bombas. Quase que não sentimos nada porque aquilo foi tudo muito de repente. Sentimos os aviões a fazer barulho e a terra co-

meçou a rebentar nalguns sítios. Alguns começaram a cair, e vimos então que era para nos matar. Aí começámos a nos esconder em trincheiras que tínhamos feito há muito tempo. Depois começaram a cair os homens brancos e cá em baixo foram eles que começaram a matar com as armas todas as pessoas que encontravam. Eu só vi isso até que a terra também rebentou ao pé de mim e depois ficou tudo escuro. Não vi mais nada.”

Em Kassinga a morte chegou à queima-roupa. Sem respeito pela vida, sem respeito pelos ideais e aspi-

rações de um grupo de pessoas que escolheram a liberdade no exílio. A morte e a desgraça chegaram à queima-roupa. Por obra e graça do regime nazista e colonialista do “apartheid”.

As riquezas da Namíbia

Sobre as riquezas da Namíbia, o jornal angolano “Semanário” diz o seguinte:

“Os filhos da Namíbia foram obrigados a restringir-se às reservas de agricultura pobre e às estepes arenosas de Calaari, enquanto que as riquezas naturais são

Ba

A v
são as
da his
mo ar
e, no
país.
virtua
dirige
natos
la co
amea
territ
nes e
O
Paqu
foi
1947
ções
do p
em
colo
ca.
esta
volv
te d
erar
den
por
rio
A
gov
dur
g e
(19
qu
neg
As
ele
she

10

Is
C
L
d
p
t
d
r

pág. 11

Kassinga propriedade dos invasores. No caso dos minérios e pesca, são fundamentalmente dominados pela África do Sul ou por companhias internacionais.

A Namíbia é um dos maiores produtores de diamantes a nível mundial, estando previsto que a mina de Swakopmund, na costa atlântica, se torne numa das mais produtivas em urânio em 1980. Pretória governa a Namíbia como se fosse a sua quinta província, e por outro lado, em completo desinteresse pelas determinações das Nações Unidas, relativamente ao direito desse território à independência sob a direcção da SWAPO.

O sector mineiro da Namíbia é quase que totalmente dominado por empresas multinacionais. As duas mais importantes companhias dominam as minas de diamante do Sudoeste Africano, subsidiariamente a África do Sul, mas com extensa participação da Inglaterra, e da Tsumb Corporation Lda., propriedade da American Metal, Inc., e outras empresas dos Estados Unidos da América e da África do Sul.

Declarações de Sam Nujoma

No dia dez de Maio, o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, chegou a Luanda, proveniente de Nova Iorque, onde participava na Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas para a Namíbia. Em entrevista colectiva, declarou porque não retomara as conversações com os cinco

países membros do Conselho de Segurança da ONU:

— “Em primeiro lugar, a SWAPO não podia continuar as conversações enquanto havia uma acção imperialista realizada pela África do Sul, massacrando o povo da Namíbia dentro de território da Namíbia, e dentro de outros territórios independentes, como é o caso particular de Angola, enquanto as tropas racistas da África do Sul perseguem e massacram crianças, mulheres e velhos (...).

Acreditamos que a única forma de libertação é pela luta armada, pela mobilização política no interior da Namíbia, para combater com todas as nossas forças a ocupação ilegal da Namíbia pelo regime fascista de Pretória. No entanto, as lutas políticas e diplomáticas terão, por seu lado, que ser continuadas, mas o ponto crucial da libertação está dependente da luta armada.”

Sobre as reacções dos países imperialistas e capitalistas à agressão do exército sul-africano, o presidente da SWAPO respondeu:

“Claro que nada disseram de significativo. Acharam que era uma acção violenta entre a SWAPO e a África do Sul, e desejariam que a violência terminasse. Os países ocidentais põem acima de tudo os seus interesses económicos; acima da vida do nosso Povo, porque de facto, não vejo qual é a possibilidade de se fazerem comparações entre a luta de libertação dirigida pela SWAPO, e a ocupação ilegal, fascista e racista, sul-africana. O nosso interesse é lutar e libertar a Na-

míbia, mas o interesse da África do Sul fascista é massacrar e explorar as riquezas da Namíbia e do seu Povo.”

Sam Nujoma aproveitou ainda para afirmar que “Walvis Bay foi e será parte integrante do território da Namíbia. A SWAPO luta pela libertação total do território da Namíbia, incluindo Walvis Bay”.

E a ONU?

Após o ataque de Kassinga, o Conselho de Segurança reuniu apressadamente, e condenou a agressão sul-africana a Angola, ao mesmo tempo que reafirmava as resoluções da Assembleia Geral para a Namíbia.

Mas se Vorster agiu em total desobediência e desacato às citadas resoluções, não o fez por sua única conta. Fê-lo confiado no poderio militar da África do Sul, já enunciado nas páginas desta revista, poderio militar este “apadrinhado” particularmente pela República Federal da Alemanha e pela França. “Pik” Botha conta hoje com centrais nucleares, aviões Mirage FIII e helicópteros Puma.

Repetimos aqui a pergunta feita por um jornalista angolano:

— Mas até quando se manterão só as condenações verbais e formais? Para quando uma prática concreta das benevolentes, jurídicas e históricas resoluções dos aréopagos internacionais? Até quando esta grotesca reedição do nazismo?

Quem responde?

AFRICA

O assalto neocolonialista



NAS últimas semanas a situação em África agravou-se de uma maneira alarmante. A ofensiva imperialista já não se limita a um país ou a uma região. Desenrola-se desde o rio Cunene — na fronteira de Angola com a Namíbia — até aos confins setentrionais do deserto do Sahara. A ponta de lança dessa ofensiva é a França, ou melhor, o governo do Presidente Giscard d'Estaing. Mas os franceses não são mais do que uma vanguarda visível, que recebem do sistema capitalista a tarefa de se encarregar das missões mais porcas. No entanto, por detrás dos "jaguars" franceses e dos "robots" da Legião Estrangeira que historicamente constituem a escória humana do domínio colonialista sobre os povos do Terceiro Mundo, estão os Estados Unidos, a Alemanha Federal, a Inglaterra, e, no caso específico do Zaire, o governo belga.

A intervenção no Tchade

O governo francês não consegue ocultar os seus propósitos de defender através de operações militares os interesses das grandes empresas multinacionais do seu país. Todas as intervenções da França em Áfri-

Neiva Moreira

ca estão intimamente relacionadas com os investimentos dessas empresas. No Chade, o que está em jogo, para além do urânio, são os importantes jazigos de petróleo recentemente descobertos. Pois o governo francês tem consciência de que uma vez vitoriosa a Frente de Libertação Nacional do Chade (FROLINAT), que tem uma nítida linha progressista, essas riquezas não seriam já entregues às empresas multinacionais e constituiriam sim, factores de libertação económica e social do país.

O governo de Paris prefere, pois, apoiar-se em políticos corruptos ou em certos militares a quem foram lavados os cérebros nos cursos das escolas de guerra francesas. Durante anos a França manteve no poder no Chade um dos ditadores mais cruéis de África: François Tombalbye. Quando em 1968, a FROLINAT lança vitoriosamente uma grande ofensiva no norte do país, na zona do Tibesti, Tombalbye chama em seu socorro o exército francês e é graças a essa intervenção que se consegue manter no poder.

Após o derrube e a morte de Tombalbye, a situação de domínio francês prosse-

África gue sem quebras, ainda que quando coberta por uma fraseologia de aparente independência do novo presidente do país, o general Félix Malloum. Mais uma vez é a intervenção das tropas francesas que continua a "aguentar" o governo do Chade, praticamente acantonado na capital, Djadema, após a FROLINAT se ter apoderado de quase todo o país.

O aparato militar colonialista no Chade é imponente. Aviões Jaguar, Breguet-Atlantique, aviões cargueiros Nor-Atlas e Trans-All, grandes aviões quadrimotores tipo KC capazes de serem abastecidos em pleno voo, bem como vários modelos de helicópteros. O número de soldados ultrapassa de longe os 2 mil.

Gukuni Uedei, líder da FROLINAT, um jovem de apenas 30 anos de idade, considera que ainda com maiores sacrifícios e a um prazo mais longo, o movimento de libertação triunfará. Tal como ocorreu com a FRELIMO em Moçambique, a guerra prolongada permitirá estruturar o Poder Popular nas áreas libertadas e formá-lo ideológica, política e militarmente para assumir as novas responsabilidades de governo. Uedei recorda uma frase famosa do Presidente Samora Machel: "A guerra foi a nossa Universidade".

Sobre a presença francesa no Chade afirmou recentemente Gukuni Uedei ao repórter Raymond Depardon, da revista francesa *Le Nouvel Observateur* que o entrevistou em áreas libertadas: "Não tenho nada contra o povo francês. Luto contra o neocolonialismo, contra quem bombardeia as nossas palmeiras a napalm. Desde que me conheço só conheci franceses em uniforme. Françoise Claustre (a arqueóloga francesa que passou mais de dois anos em poder da FROLINAT) e você, são os primeiros civis franceses que me foi dado ver".

Naturalmente que em França nem todos estão de acordo com esta política neocolonialista. "Nem o Parlamento nem a opinião pública estão informados das tropas e dos armamentos que a França envia para o Chade. Esta política é aventureirista e é necessário acabar com ela sem tardar", declarou Jean Kanapa, membro do Comité Central do Partido Comunista Francês.

A guerra do fosfato

Mais ao norte a França está envolvida noutra guerra colonial, contra o direito à autodeterminação do povo saharauí. De início apoiou diplomaticamente a Mauritânia e Marrocos. Em seguida enviou conselheiros e como a posição militar desses dois países árabes reaccionários que ocupam a República Árabe Saharaui Democrática parecia em perigo, passou a intervir directamente na guerra. A recente intervenção aérea francesa contra uma coluna da frente POLISARIO que se aproximava da importante cidade mineira mauritana de Zuerat, já não se podia considerar uma medida de apoio, mas sim uma participação directa e responsável na guerra.

Aviões "Mirage" e Northrop F-5, que partiram da base de Dakar, no Senegal e de Nuakchott, na Mauritânia, atacaram duramente a coluna da frente POLISARIO que estava a dominar os efectivos marroquinos e mauritanos próximos de Zuerat.

Também aí o governo francês defende os piores interesses colonialistas do capitalismo europeu e defende os governos do rei Hassan de Marrocos e do presidente Ould Daddah da Mauritânia, contestados pela imensa maioria dos seus povos.

O escândalo do Zaire

O que se está a passar no Zaire é verdadeiramente escandaloso. Esse país está a ser governado por um dos ditadores mais corruptos do continente africano. A corrupção do seu governo, a brutalidade da sua política, e o comércio "vende pátrias" da sua política externa, não têm paralelos. Nem mesmo com um Bokassa que se autoproclamou "Imperador" na República Centro-Africana. Afirmar que o general Mobutu amontoou desonestamente uma das maiores fortunas pessoais, já não diremos de África, mas do Mundo, não será novidade para ninguém.

Qual a razão porque os franceses e os seus sócios europeus e norte-americanos não tiram as suas mãos do Zaire? Trata-se de uma questão muito sensível: o Zaire é um dos países mais ricos de África. Para além de contar com um enorme potencial

agrícola, o Zaire é o maior produtor mundial de diamantes (em peso) e de cobalto; é o sexto produtor mundial de cobre; o nono produtor mundial de estanho e o décimo de manganês. Possui importantes jazigos de urânio e a sua produção de petróleo aumentou espectacularmente nos últimos anos. Toda essa imensa riqueza está nas mãos de empresas multinacionais estrangeiras, particularmente francesas e belgas. Não contente ainda com isso, o governo de Mobutu entregou à Alemanha Federal uma grande parte do território do Zaire para ser transformado num vasto complexo de instalações nucleares destinadas essencialmente a salvaguardar os governos racistas da África Austral e a ameaçar a independência e o processo revolucionário de Angola, para além de alimentar os sentimentos revanchistas de alguns sectores da direita alemã.

O povo congolês já deu mostras muito claras do seu repúdio ao governo de Mobutu que é apoiado apenas por um pequeno grupo de sócios menores na rapina oficial e de uma solidariedade tribal cada vez mais ténue. Enquanto que o sentimento de rejeição ao regime cresce assustadoramente, o que explica o apoio militante e as imensas simpatias de que goza a Frente de Libertação Nacional do Congo em todo o país.

Ainda que seja a província do Shaba, antigo Katanga, o epicentro da luta, esta desenvolve-se a nível nacional. O facto das forças da FLNC terem podido ocupar tão facilmente a cidade de Kolwezi — principal centro mineiro do Zaire e por isso o coração da sua economia — vem provar a debilidade das tropas de Mobutu e a amplitude do apoio popular com que contam os revolucionários.

Os leitores dos *Cadernos do Terceiro Mundo* tiveram a oportunidade de no nosso número anterior obter uma informação e uma análise pormenorizada dos propósitos, da organização e também dos problemas que enfrenta a FLNC através de uma mesa redonda com altos dirigentes daquele movimento de libertação. Nela ficou patente, e é a própria realidade do Zaire que o vem provar, que o movimento revolucionário está solidamente implantado não só no Shaba, mas também no resto do país. Do mesmo modo que na campanha anterior da FLNC se procurou lançar sobre



Angola, e até sobre Cuba, as responsabilidades do êxito da ofensiva, também agora o imperialismo procura acusar a Zâmbia e como sempre nos cubanos, angolanos, soviéticos e líbios pelo poder revelado pelos combatentes congolezes que irromperam nas principais praças fortes do Shaba sem encontrarem resistência significativa.

Não é segredo militar que existem militantes da FLNC asilados em Angola, assim como também os há na Zâmbia e na Tanzânia. Mas as suas bases e o grosso das suas forças combatentes estão dentro do próprio Zaire.

As mentiras da propaganda

Os recentes acontecimentos no Zaire demonstram:

— Que o governo de Mobutu não conta com apoio popular e que as suas tropas, corrompidas internamente e desmoralizadas pelas sucessivas derrotas que têm sofrido não possuem capacidade para se opôr à rebelião que sacode o país.

— Que a França, incentivada e apoiada pelos Estados Unidos e pelos seus parceiros da NATO, está decidida a qualquer tipo de intervenção para manter a ditadura do general Mobutu.

— Que as justificações dessa intervenção são cada vez menos consistentes. Carter — que põe de lado a sua política de direitos humanos apoiando uma tirania como a do Zaire — justificou a actuação dos Estados Unidos secundando os franceses (todo o transporte dos paraquedistas foi feita em aviões militares norte-america-

A v
são as
da his
mo an
e, no
país
virtua
dirige
natos
la cor
ameac
territo
nes e
O
Paqu
foi e
1947
ções
do p
em e
colo
ca. I
estab
volv
te o
eram
den
por
rio
A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
As
ele
she

R

Is

C
L
d
p
t
d

r

África nos e encontram-se tropas norte-americanas no Zaire) com a desculpa da participação cubana, facto desmentido pelo próprio comandante Fidel Castro e pelos testemunhos insuspeitáveis dos correspondentes da imprensa capitalista.

É significativo que o presidente Carter se tenha valido desse argumento para justificar a participação norte-americana na invasão do Zaire. É mais uma demonstração que os discutíveis propósitos de renovar métodos diplomáticos e políticos por parte da administração Carter cedem face às pressões do aparelho industrial-militar, principal factor na formulação da política externa norte-americana.

Vejamos outras mentiras da propaganda capitalista:

— Primeiro, que as fornas da FLNC que ocuparam Kolwezi provinham da Zâmbia e de Angola.

— Segundo, que os seus combatentes massacraram com bestialidade todos os brancos que encontraram pelo caminho.

O facto de combatentes congoleses exilados em Angola, Tanzânia ou Zâmbia terem cruzado a fronteira para se juntar aos seus compatriotas em armas não significa que a operação militar tenha sido montada nesses países ou que deles haja partido. A participação de exilados na luta de libertação das suas pátrias foi e será sempre inevitável. As forças que realizaram com extraordinária eficácia o ataque às zonas mineiras do sul do Zaire, derrotando em poucas horas as forças repressivas de Mobutu, estavam, estão e continuarão a estar dentro do território zairense, solidamente implantadas no seio da sua população.

Por fim, o boato do massacre de brancos por forças libertadoras negras sempre foi um cavalo de batalha do colonialismo para justificar as suas intervenções em África. Com 35 mil brancos instalados um pouco por todo o lado na província do Shaba, principalmente na região de Kolwezi, como poderia ser possível que todos escapassem das consequências de uma guerra em grande parte travada dentro das cidades ou nas suas áreas industriais? A morte de algumas dezenas de brancos e o desmantelamento das empresas mineiras que funcionam como "slot-machines" do imperialismo — empresas que na melhor das hipóteses não poderão voltar a funcionar antes de seis meses — era uma conse-

quência natural das operações militares levadas a cabo. Está provado que muitas das vítimas europeias foram alvo das balas francesas ou dos soldados de Mobutu e não dos ataques dos revolucionários congoleses. Existem muitos testemunhos nesse sentido. Um refugiado belga, Raymond Korczak, técnico em Kolwezi, declarou à sua chegada a Bruxelas: "Tinhamos mais medo do exército de Mobutu que dos rebeldes, que no meu bairro se comportaram com correcção e de forma disciplinada".

A farsa do "resgate" dos brancos por parte dos paraquedistas franco-belgas constitui, pois, um argumento insuficiente para justificar o facto incontestado da invasão do imperialismo no Zaire. Essa invasão enquadra-se bem na lógica do neocolonialismo e as desculpas de Carter e do governo francês, belga, inglês e alemão federal já não conseguem enganar ninguém. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Henry Simonet — despeitado por não ter sido previamente consultado — afirmou que o objectivo dos belgas não era o mesmo que o dos franceses, que tinham actuado com fins políticos. Não há dúvida alguma de que a França, convertida na vanguarda do neocolonialismo em África, procura reproduzir noutra escala a sua velha política dos "páras" — muitos dos quais viram acabar a sua carreira sanguinária e de rapina nos pântanos da Indochina ou nas árias da Argélia.

O que está em curso é uma verdadeira contra-ofensiva imperialista em África procurando bloquear o desenvolvimento do processo de libertação dos seus povos. O que se passou em Angola não foi distinto do que se passou e passa no Sahara, no Chade ou no Zaire. Os métodos podem ser outros, mas as bombas de napalm com que se procura dominar a luta de libertação africana provêm dos mesmos arsenais do sistema capitalista internacional, sobretudo dos norte-americanos e franceses.

Kassinga, ataque racista

O ataque dos sul-africanos contra a cidade angolana de Kassinga, pacífico centro mineiro a cerca de 250 quilómetros da fronteira com a Namíbia, constituiu um acto criminoso sobre o qual as agências

multinacionais noticiosas estendem um manto de silêncio e sem que os governos ocidentais assumam sobre o mesmo uma posição realmente crítica.

Mais de seiscentos velhos, mulheres e crianças foram assassinadas durante um ataque combinado de aviões e artilharia de fabricação francesa. Os aviões eram de fabrico igualmente francês: Mirages e helicópteros, enquanto que os aviões de transporte eram de fabrico norte-americano. Os blindados "Panhard" AM-60 e AM-90 eram igualmente franceses e o napalm utilizado para esta monstruosa agressão provinha dos arsenais da NATO.

Quando morre um branco no Sahara, no Chade ou no Zaire, o chamado "mundo ocidental" fica horrorizado. Mas, pelo contrário, fala-se de "sanha tribalista", de "barbárie negra" e de outras frases com conotações racistas. E não se faz frente a esta ignominiosa demonstração de barbárie que foi o massacre dos refugiados namibianos em Kassinga. Trata-se de uma atitude que não difere em nada do comportamento desses mesmos governos frente a tantos massacres ocorridos durante o período colonial no continente africano.

O que acontece é muito simples: o imperialismo prossegue uma guerra contra o processo de libertação africana e, em geral, contra o Terceiro Mundo. O que variam são os métodos que vão desde a aparências de solidariedade democrática demonstrada para com alguns países até a operações militares abertas quando fracasam outros mecanismos de domínio.

A reacção da esquerda

Seria ilusório pensar que o imperialismo euro-ianque irá renunciar aos seus propósitos e aos seus métodos. Pese embora as tentativas de aparência em contrário, não é possível esperar outra coisa dos seus governos. O que é importante conhecer é a posição das forças progressistas nos países industrializados, assim como a conduta de alguns governos africanos. São conhecidas as reacções que despertaram em França, nos Estados Unidos, na Bélgica, e inclusive na Inglaterra, a invasão franco-belga no Zaire.

No entanto elas foram absolutamente insuficientes e desproporcionadas com o poder que as esquerdas detêm nesses paí-



ses. O facto de gaullistas, como Couve de Mourville, de socialistas e comunistas terem considerado que a operação accionada por Giscard d'Estaing é um "acto de guerra", não deixa de ser uma reacção débil e mesmo vacilante.

Quando se recorda hoje retrospectivamente a posição da esquerda francesa quando da guerra colonialista da Indochina e da Argélia, é fácil verificar que lhe faltou a necessária energia para bloquear aquelas agressões não só contra esses povos em luta, mas contrariavam igualmente os próprios interesses do povo francês. Muito mais eficaz foi sim a mobilização das forças progressistas norte-americanas, sobretudo a sua juventude, contra a guerra do Vietnam, e que se pode considerar com justiça um dos factores mais relevantes na derrota do imperialismo na península indochinesa.

O mesmo se pode dizer das correntes progressistas da Internacional Socialista, que se estão a deixar envolver pelas manobras da direita, sobretudo de origem alemã, cúmplice na ocupação imperialista do Zaire.

As correntes progressistas dos países capitalistas industrializados e dos Estados Unidos estão ante um dilema: ou se mobilizam, sem condicionamentos e com absoluto destemor resultante da justiça da causa da libertação africana ou então assumirão a responsabilidade histórica de não terem respondido a esse desafio.

Quanto aos governos e correntes progressistas de África, que ainda seguem com tolerância ou com vãs esperanças go-

Ba

A vi
são as
da hist
mo an
e, no s
país t
virtual
diriger
natos
la cor
ameaç
territó
nes e

O I
Paqui
foi c
1947
ções
do pé
em e
color
ca. M
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio i

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

C
L
d
p
t
d

r

pág. 120

África

vernos como o de Senghor, no Senegal, já possuem suficientes elementos para compreender que esses dirigentes são cúmplices do sistema imperialista. Maior hipocrisia não há, quando o Presidente do Senegal reclama a evacuação das forças cubanas que se encontram a ajudar a revolução angolana, enquanto que de uma base próxima de Dakar, a alguns quilómetros do Palácio do governo senegalês, os aviões franceses estão a deslocar para massacrar as populações indefesas do Sahara e do Chade.

O facto dos combatentes congolezes terem de se retirar de Kolwezi, da FROLINAT ter de reagrupar as suas forças às

portas de Djamena ou fazer face aos aviões franceses, é certo que retarda as operações e cria novos problemas táticos e logísticos, mas não altera o destino da guerra. Nam tão pouco consegue impedir a derrota do imperialismo em África. Essa derrota acelera-se à medida que as forças populares do Terceiro Mundo ganham uma completa consciência sobre a importância decisiva da Batalha da África e se mobilizam em apoio aos governos e correntes revolucionárias que, das areias do Sahara ao Cabo da Boa Esperança, travam na linha de combate as mais duras provas da ofensiva do colonialismo, do neocolonialismo e do racismo. ●

A intervenção no Shaba



Pela segunda vez em 14 meses, a França de Giscard interveio militarmente no Zaire para salvar o regime de Mobutu, duramente golpeado pelos patriotas da FLNC. O velho pretexto de tantas agressões passadas, de São Domingos ao Vietnam, — a «protecção dos seus cidadãos» — foi novamente invocado de maneira obsessiva mas pouco convincente.

Marcelo Dias

AO tomarem de assalto, na madrugada do dia 13 de Maio, a cidade de Kolwezi, os guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional do Congo estavam simplesmente a travar mais uma batalha na luta que iniciaram em 1968 contra o regime tirano e ultra-corrompido de Mobutu.

Ocuparam os pontos estratégicos da cidade depois de curtas e furiosas batalhas com as tropas governamentais que rapidamente foram batidas e fugiram dispersando-se pela cidade e pelos seus arredores. O aeroporto e a base aérea anexa foram capturadas na manhã seguinte. Durante esta operação os combatentes da FLNC destruíram três aviões Mirage, quatro Aermacchi, seis aviões de transporte civis e dois helicópteros.

Foram também capturados seis cooperantes militares franceses, do contingente de setenta que permaneceu no Zaire depois da intervenção franco-marroquina do ano passado.

A acção dos cerca de mil guerrilheiros da FLNC contra os quartéis do exército e da gendarmeria, o aeroporto e o hotel Impala onde estavam alojados os "cooperantes militares" estrangeiros, os altos funcionários mobutistas e uma delegação de contra-revolucionários angolanos da UNITA, deu-se de maneira simultânea com a sublevação de boa parte da população local.

O ataque fora precedido por um longo trabalho de organização política nos bairros populares onde já havia depósitos de armas e toda uma infra-estrutura militante montada. As ins-

talações do enorme complexo mineiro da Gecamines foram ocupadas sem resistência, e os responsáveis da FNLC contactaram o delegado do pessoal técnico estrangeiro, M. Renard, bem como as autoridades consulares belgas, para discutir as providências de protecção e eventual evacuação dos técnicos estrangeiros.

Segundo declarou à imprensa francesa Francois Postorino, engenheiro da mina "A sua entrada em Kolwezi foi bem acolhida pela população africana, isso não se pode negar". E frisou: "Há duas semanas toda a gente sabia que os "katangueses" iam regressar (...), nos primeiros dias mostraram uma eficácia e uma disciplina militar impressionantes".

Dezenas de outros depoimentos confirmam não só a disciplina das forças da FLNC como também o seu cuidado em não molestar os residentes europeus, quando da sua entrada na cidade.

Os objectivos do ataque

A ocupação de Kolwezi bem como de Mutshasha e de várias outras localidades menores tinha como objectivo criar uma situação política e económica desastrosa para o regime de Mobutu. Não só 80 por cento das divisas do país dependem das jazidas de cobre, cobalto e outros metais leves, extraídos pela Gecamines em Kolwezi, como a sua ocupação por parte das forças da FLNC tenderia a provocar uma crise aguda no regime de Kinshasa.



A situação política era altamente favorável a essa incursão. Por um lado a revolta popular contra Mobutu em toda a região e em grande parte do resto do país atingia níveis de ebulição. Internamente o governo ressentia-se das sangrentas purgas do inseguro ditador contra seus rivais, reais ou imaginários, como o ex-ministro Karl I Bond, preso por "alta traição", ou os treze oficiais do exército que ele se dera ao luxo de fuzilar.

Como qualquer ofensiva político-militar de grande envergadura, a segunda batalha de Shaba devia ter para a FLNC, objectivos máximos e mínimos a alcançar de acordo com o desenrolar dos acontecimentos no campo de batalha e as consequências nacionais e internacionais.

Durante os primeiros três dias muitos observadores acreditaram que a sorte de Mobutu estava selada. O seu exército desfazia-se a olhos vistos, a FLNC apesar dos seus reduzidos efectivos — que só dispunham do equipamento pesado que tivessem podido capturar ao inimigo — consolidava as suas posições na capital económica do país e ameaçava tomar de assalto novas localidades.

As potências que sustentam o regime de Kinshasa

Ba

A vi
são as
da hist
mo an
e, no s
país t
virtual
diriger
natos
la cor
ameaç
territó
nes e

O
Paqui
foi c
1947
ções
do pé
em e
color
ca. N
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio i

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

C

L

d

P

t

d

r

pág. 12

África pareciam hesitar, da mesma maneira que os seus gendarmes locais no continente africano. A Bélgica estava prestes a entabular negociações com a FLNC.

Um dia serão conhecidas em detalhe as negociações secretas franco-americanas que levaram à decisão de Giscard d'Estaing de, mais uma vez, correr em socorro do seu protegido Mobutu, desta feita com as suas próprias tropas e com o indispensável apoio logístico e de "inteligência" norte-americano.

Dias antes do lançamento de pára-quedistas da Legião Estrangeira sobre Kolwezi já era mais do que evidente, para qualquer observador, a iminência de uma intervenção estrangeira. Não era possível para a FLNC travar uma guerra de posições em defesa de uma cidade contra forças regulares de um exército altamente treinado.

Portanto, a partir do momento em que pôde prever o ataque franco-belga, a FLNC decidiu a evacuação da cidade, atingidos que estavam todos os objectivos com excepção do colapso do regime, salvo "in extremis" pela intervenção estrangeira.

Estes objectivos eram, no plano político, a demonstração flagrante da fraqueza de Mobutu e da capacidade operacional da FLNC, bem como do apoio popular evidente que gozava. No plano militar, a derrota e dispersão de importantes unidades zairenses cujo efectivo pode ser avaliado entre dois e quatro mil homens; a captura de grandes quantidades de armamento e a destruição de numerosos aviões, quartéis e insta-



Mobutu: mais uma vez salvo por Giscard.

lações diversas em toda a zona.

Na antevéspera do dia 19, data do início da operação franco-belga, a grande maioria dos efectivos regulares da FLNC já estava longe de Kolwezi. Nos arredores e no centro da cidade ficaram somente pequenos grupos de 4 ou 5 combatentes na sua maioria constituídos pela própria população local sublevada.

Um velho pretexto

O pretexto quase sempre invocado pelas potências imperialistas para as suas intervenções em solo estrangeiro é a "protecção dos nossos cidadãos". Bela desculpa utilizada por

Lyndon Johnson para desembarcar Marines na República Dominicana em 1965, e para começar a bombardear a República Democrática do Vietname no mesmo ano.

Desculpa já utilizada por Giscard para justificar a sua agressão aérea ao povo saharauí.

Trata-se de um pretexto tipicamente colonialista e carregado de odores racistas. Reduz a problemática de um povo em luta contra um regime despótico ao ridículo western dos heróis pára-quedistas que vão salvar as mocinhas brancas das mãos dos cruéis negros violadores e cortadores de gargantas.

Não interessa o povo do Zaire — afinal trata-se do seu país —, não interessa como vive, o que sofre, quais as raízes profundas do conflito em curso. Interessa somente convencer o bom francês da maioria silenciosa que existem "brancos em perigo". Ou confidenciar-lhe que ele próprio está em perigo porque as matérias primas vitais para a economia francesa estão prestes a cair nas mãos da União Soviética (?).

É importante situar o problema dos 2500 brancos nas suas dimensões reais. A sua vida é importante como a de qualquer ser humano, seja qual for a sua raça. Por outro lado é necessário estabelecer com todo o rigor, no caso das duas dezenas de mortos entre os residentes brancos, quem massacró quem.

"Os soldados de Mobutu vieram buscar as pessoas para levá-las ao aeroporto, depois conduziram-nas a uma casa e as abateram.

Somente dois escaparam. (...) aquele monte de cadáveres foi obra do exército zaireense. Nós tínhamos mais medo deste exército do que dos rebeldes, que no meu bairro comportaram-se de maneira correcta e disciplinada. O exército de Mobutu roubava-nos e saqueava as nossas casas". Estas afirmações feitas pelo contramestre de uma empresa de montagem, o belga Raymond Korczac ("Le Monde", 23-5-78) fala por si só.

O mesmo Korczac acrescenta: "(...) no primeiro dia eles (a FLNC) anunciaram por altifalantes, na parte africana de Kolwezi, que todo o zaireense circulando pela cidade com objectos roubados seria sumariamente fuzilado. Nos quatro primeiros dias não vi nenhum no meu bairro".

Mesmo alguns órgãos franceses, defensores da intervenção, reconhecem que os combatentes da FLNC que ocuparam a cidade, no dia 14, eram perfeitamente disciplinados e tinham claras instruções de proteger os residentes estrangeiros. Pretendem porém que a partir do dia 16 ter-se-iam registado massacres, pelo facto da FLNC ter "perdido o controlo sobre os seus homens".

O que sucedia neste dia? Primeiramente, desde a véspera a cidade sofria constantes bombardeamentos aéreos por parte da aviação zaireense cujos Mirage são em muitos casos pilotados por "cooperantes" militares franceses. Ótima maneira de proteger a vida dos brancos de Kolwezi, diga-se de passagem...

No dia seguinte iniciou-se uma operação de pára-

-quedistas zaireenses contra o aeroporto de Kolwezi que já estava a ser evacuado pela FLNC dadas as informações que davam como iminente a chegada de 1850 pára-quedistas belgas.

No dia 18, o aeroporto foi reconquistado sem nenhuma resistência, segundo vários jornalistas. Fora abandonado pela FLNC, da mesma maneira que a cidade, onde somente permaneceram grupos armados de habitantes locais e alguns poucos destacamentos dispersos de 4 ou 5 guerrilheiros.

Os observadores coincidem em situar os massacres entre os dias 17 e 19, embora possam ter ocorrido actos isolados antes e depois. Neste período as tropas da FLNC estavam a deixar a cidade retirando o material capturado, incorporando voluntários as suas fileiras e organizando a sua retirada face às notícias da iminência da intervenção estrangeira.

Ora, nesta situação e ainda por cima sob bombardeamentos aéreos repetidos, com todos os serviços públicos paralisados, é perfeitamente imaginável que se tenha criado um clima de pânico e caos no qual centenas de soldados zaireenses das unidades batidas, que continuavam dispersos na cidade e nos arredores, bem como numerosos elementos da população que se haviam sublevado e juntado aos combatentes da FLNC tenham começado a agir de maneira descontrolada contra alguns brancos.

Se realmente a FLNC tivesse deliberadamente querido "massacrar os brancos", conforme pretende o



governo francês, não teria havido 200, mas 2500 europeus mortos. Pois os guerrilheiros dominaram totalmente a cidade entre os dias 14 e 17, tempo de sobra para realizar aquilo que os franceses faziam em poucas horas na Argélia ou os norte-americanos no Vietnam.

Um outro técnico belga resumiu assim a fase dos massacres: "As pessoas dos bairros de lata mineiros espalharam-se pela cidade, alguns vinham armados. A eles se juntaram desertores zaireenses. Os saques começaram. (...) Buscavam os franceses, é verdade. Mas não só. Foi toda a cólera que explodiu contra a riqueza e a arrogância de certos brancos. Um mineiro de Kolwezi ganha 100 a 120 francos... um europeu 4 mil. Os clubes proibidos aos negros até hoje existem em Kolwezi, foi isso o que explodiu". ("Nouvel Observateur", 29-5-78).

VOLTA A LEGIÃO

Na tarde do dia 19, os seiscentos pára-quedistas da Legião Estrangeira saltaram, em sucessivas levas, sobre um antigo campo de aviação na zona europeia de Kolwezi, enquanto

Ba

A vi
são as
da hist
mo ant
e, no s
país t
virtual
diriger
natos
la cor
ameaç
territó
nes e i

O I
Paqui
foi c
1947.
ções
do pé
em e
color
ca. N
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio i

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

C

L

d

P

t

d

r

pág. 120

África 1850 belgas atingiam por terra as entradas da cidade. Os legionários travaram breves escaramuças com pequenos grupos guerrilheiros deixados para trás e com elementos armados da população local, durante as quais perderam dois homens e tiveram 14 feridos tendo abatido, segundo eles próprios, 200 pessoas.

Ao contrário dos belgas que se limitaram a organizar a evacuação dos brancos, os legionários dedicaram-se a semear o terror nos bairros populares da cidade — numerosas fotos publicadas na imprensa ocidental mostram-nos a realizar operações de polícia e controlo de bilhetes de identidade em benefício das forças de Mobutu — e a tentar varrer os seus arredores.

Mais dois legionários morreram dias mais tarde numa dessas operações, numa pequena aldeia onde havia sido assinalada a presença de cinco “rebeldes”. Todos os brancos já haviam sido retirados de Kolwezzi onde, segundo declarações dos próprios legionários aos jornalistas, “as tropas de Mobutu exerciam represálias sobre a população” enquanto os franceses as protegiam dos guerrilheiros da FLNC.

Aguardava-se a chegada do primeiro destacamento dos 1200 marroquinos destinados a substituir as forças de elite francesas. Agora o pretexto oficial já não era mais salvar a vida dos brancos mas “combater a agressão soviético-cubana”.

MITOS E HIPOCRISIAS

Os governos de Paris e Washington e os “mass-me-

França: um potencial militar limitado



A limitação numérica das tropas profissionais disponíveis e as insuficiências do transporte aéreo são os dois “calcanhares de Aquiles” do esforço militar de Giscard em direcção à África.

Certas proibições legais e a própria situação política francesa impedem actualmente a utilização de unidades do contingente de conscritos. Não seria fácil recrutar jovens para mais uma guerra colonial depois da Indochina e da Argélia, numa situação em que as esquerdas representam 50 por cento do eleitorado e existe um poderoso movimento democrático e sindical como factor de pressão considerável.

A margem de manobra do safari de Giscard, do ponto de vista militar está limitada à mais velha e tradicional força de mercenários do mundo: a Legião Estrangeira e a duas divisões de elite, a 11.ª de Paraquedistas e a 9.ª de Fuzileiros Navais com, respectivamente, 15 mil e 6 mil profissionais voluntários.

Nem todos os seus efectivos porém estão disponíveis. Certos Regimentos cumprem missões vitais em território francês e dificilmente poderiam ser transferidos para a África. É o caso do 1.º de Cavalaria da Legião Estrangeira, encarregado da protecção às instalações de mísseis nucleares, na Haute Provence e o 21.º Blindado de Fuzileiros que faz parte da reserva NATO para a bacia do Mediterrâneo.

Vários outros regimentos inteiros de legionários, paraquedistas e fuzileiros, num número próximo aos 20 mil, encontram-se já em missão na África, nos territórios de ultramar, no Índico e no contingente francês das Nações Unidas, no sul do Líbano.

Ao iniciar-se a crise do Zaire, Giscard contava com cinco regimentos de legionários-paraquedistas e fuzileiros (o 2.º REP, o 3.º REP, o 1.º RIMPA, 3.º RIMPA e o regimento blindado de fuzileiros), num



total aproximado de 3400 homens. Utilizou o 2.º REP reduzindo esta reserva para 2800. Sabe-se por outro lado que raramente pode-se contar com todo o efectivo teórico das unidades em função de licenças, transferências e outros problemas humanos e logísticos.

Ao enviar os seus paraquedistas a Shaba, o governo francês não teria mais de um milhão de homens prontos de reserva, apesar de estar envolvido em 4 teatros de operação "quentes": Sahara, Tchade, Líbano e Shaba.

A frota aérea de transporte francesa é composta de 48 "Tansall" e 4 DC - 8 civis adaptados cujo raio de alcance e porte de carga são limitados, por isso qualquer operação maior depende da colaboração dos EUA.

Esta situação limita o poder de intervenção terrestre da França. Por isso o eixo fundamental do intervencionismo francês é contar com carne de canhão africana. Como nos antigos tempos, ter um exército de "supletivos" coloniais fornecido por regimes como o marroquino, o senegalês, o centro-africano, etc...

Onde o intervencionismo francês apresenta as suas maiores potencialidades militares é na aviação. Conta com vários esquadrões de Jaguar, Mirage e outros caça-bombardeiros que ainda poderia transferir para teatros de operação como o Sahara e o Tchade.

Estes aviões no entanto não são invulneráveis e a sua perda cria problemas de ordem política. Nas últimas semanas foram abatidos, no Tchade, um Jaguar e dois aviões de transporte e no Sahara danificados três Jaguar, sem contar as perdas da aviação marroquina e mauritana.

dias" à sua disposição, passado o momento emocional da salvação dos "brancos ameaçados pelos negros selvagens", passaram a martelar com insistência sobre um novo mito: o da operação soviético-cubana.

Os fantasmas da guerra fria foram todos desenterrados para apresentar o quadro mirífico de um pobre país não alinhado; o Zaire (!), agredido por uma sinistra trama concebida em Moscovo e executada por Havana.

O presidente Carter acusou Cuba e Angola de ter "treinado e armado os rebeldes" e atribuiu os acontecimentos do Shaba a uma "ofensiva soviética".

Conviria analisar friamente estas afirmações. Primeiramente é patente para qualquer observador que os guerrilheiros da FLNC não necessitam ser "treinados" por quem quer que seja. São combatentes de alto nível forjados por anos e anos de guerra. Muitos dos seus oficiais lutam desde a época do Katanga. Depois lutaram contra a FLNA nos destacamentos "Flechas Negras". Posteriormente consciencializaram-se politicamente e, desde 68, combatem Mobutu, tendo igualmente apoiado a resistência do povo angolano contra a invasão do seu exército, em 1975.

Os analistas militares classificam-nos entre os melhores combatentes existentes no continente africano. O armamento de que dispõem e que foi visto por numerosíssimas testemunhas e documentado por abundantes fotos, é sobretudo proveniente do exército de Mobutu. Fuzis FAL

Ba

A vi
são as
da hist
mo ant
e, no s
país t
virtual
diriger
natos
la cor
ameaç
territó
nes e i

O I
Paqui
foi c
1947.
ções
do p
em e
color
ca. N
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio i

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

C

L

d

p

t

d

r

r

pág. 12



Missão humanitária? Os «páras» em acção contra a população de Kolwezi.

belgas, morteiros franceses, bazookas norte-americanas.

No assalto à cidade de Kolwezi, segundo os legionários franceses, foram utilizados pelos guerrilheiros três blindados Panhard que ninguém minimamente sério pode pretender terem sido fornecidos por soviéticos ou cubanos. Os seus veículos de transporte foram em geral ocidentálísimos: Land-Rovers.

É bem verdade que houve quem pretendesse ver os combatentes da FLNC enquadrados por "barbudos não identificados falando espanhol". Segundo parece o trabalho de contra-informação da CIA e da SDECE está a baixar de qualidade, pois há vários anos que no

regulamento disciplinar do exército cubano as barbas estão proibidas (com uma única excepção para o Comandante Fidel Castro).

É possível que uma parte dos guerrilheiros mais jovens tenha sido recrutada nos campos de refugiados situados em território angolano, cuja população parece ter aumentado muito depois dos massacres praticados pelas forças zairenses e marroquinas na sequência da ofensiva do Shaba de 1977. Porém nem mesmo os mais excitados mass-media e os porta-vozes ocidentais foram tão longe quanto a acusar o exército angolano de ter participado da operação.

Em 1975, porém, foram as próprias tropas reulares de Mobutu que invadiram a República Popular de Angola, junto com a FLNA e centenas de mercenários brancos recrutados desde Kinshasa, com ajuda financeira fornecida directamente pela CIA ao governo de Mobutu...

Um jogo perigoso

Nenhum país estrangeiro seria capaz de "fabricar" uma rebelião deste tipo. O que existe no Zaire não é um episódio da guerra fria, que o imperialismo e o neocolonialismo pretendem recriar, mas simplesmente a rebelião de um po-

vo explorado e espoliado por um regime corrupto e despótico que oprime e massacra, que permite o saque das riquezas nacionais, que promove a luxúria de uma elite às custas da miséria de amplas camadas da população, que chega ao ponto de ceder a consórcios militaristas estrangeiros, como é o caso da OTRAG alemã, a soberania sobre zonas inteiras do território nacional.

Na verdade o imperialismo e particularmente o neocolonialismo giscardiano jogam um jogo muito perigoso. No Sahara, no Tchad e em Shaba, a França interveio "in extremis" para salvar os governos mauritano, tchadiano e zaiense de uma derrota iminente. Os seus próprios meios são limitados e a imprensa francesa não deixa de constatá-lo friamente. No momento da interven-

ção, o exército francês — engajado nos conflitos do Sahara, Tchad, Zaire e Líbano bem como presente nas suas neo-colónias (Senegal, Costa do Marfim, Gabão, Togo, Império Centro-Africano, Djibuti) — só dispunha de mais um regimento profissional no território metropolitano.

A própria operação aerotransportada no Zaire só foi possível graças à utilização de meios de transporte da U. S. Air Force e à requisição de aparelhos civis. A própria acção táctica no terreno dependeu da recolha de dados de "inteligência" obtidos pelos satélites norte-americanos e de "dossiers de objectivos" preparados pela CIA e pela NSA (National Security Agency).

Não seria sequer necessária a bombástica decisão de colocar em alerta a célebre 82.ª Divisão de Pára-que-



distas de Fort Bragg, conforme o fez a Administração Carter. Os povos africanos não necessitam de tanto para saberem quem estimula o belicismo de Giscard e quem parece ter esquecido como começou uma certa guerra desencadeada para proteger um certo Mobutu asiático chamado Diem contra aquilo que se pretendia na época ser uma "agressão sino-soviética" contra o regime pró-ocidental de Saigão...

A guerra do Tchade

Baptista da Silva

O Tchade é neste momento o país africano onde está envolvido o maior dispositivo intervencionista francês em toda a África. Aviões Jaguar, paraquedistas e fuzileiros navais são lançados por Giscard para enfrentar a rebelião popular dirigida pela FROLINAT.

Concedida em 1960 a independência pela antiga metrópole colonial — a França — o Tchad passa a ter um governo local, presidido por François Tombalbaye, um hino e uma bandeira próprias, mas as ve-

Ba

A vi
são as
da hist
mo ant
e, no s
país t
virtual
diriger
natos
la cor
ameaç
territó
nes e i

O I
Paqui
foi c
1947
ções
do pó
em e
color
ca. N
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio i

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

C

L

d

p

t

d

r

r

r

r

r

África

ilhas e estruturas coloniais permanecem intocáveis. A França passa a gerir indirectamente os seus interesses no Tchad através do governo de Tombalbaye.

Efectivamente, desde que o Tchad obteve a independência que os salários se encontram congelados, enquanto aumenta incessantemente a inflação, o défice das balanças Comercial e de Pagamentos, a dívida externa, e aumentam, igualmente, os interesses e os lucros das grandes multinacionais que controlam praticamente toda a economia do país.

Com um território encajado no centro da África, o Tchad é um dos países mais continentais do mundo, com a capital, N'Djamena, a cerca de 1500 quilómetros do porto mais próximo, fazendo fronteira a norte com a Líbia, a sul com o Império Centro Africano de Bokassa, a sudoeste com os Camarões, a oeste com o Níger e Nigéria e a este com o Sudão.

A população concentra-se na sua grande maioria a sul, onde o clima tropical permite o cultivo do algodão, principal produção do país, e do amendoim. Para norte, o clima vai-se tornando progressivamente desértico e a população que o percorre, é nómada ou seminómada.

A pilhagem colonial francesa virou-se, sobretudo, para o saque do algodão. Hoje, no entanto, não há sector nenhum que escape à dominação das grandes empresas multinacionais. No caso do algodão, por exemplo, a sua exploração está entregue a uma única empresa, a *Cotontchad* com 55 por cento de capi-

tal francês, que na campanha de 73/74 comprou o quilo do algodão ao cultivador a 31 francos CFA para, em seguida, o vender no mercado externo por 281 preço FOB.

A exportação de carne é monopólio da empresa francesa PRODEL, que viu aumentar as suas exportações de 11 460 toneladas em 1971 para 642 735 em 1974, não obstante morrer gente no Tchad que qualquer médico não qualificado não teria dúvidas em inscrever na certidão de óbito: fome.

Segundo informava o último número da revista francesa "Economiste du Tiers Monde", de 1973 a 1975 o volume de todas as sociedades estrangeiras instaladas no Tchad aumentou de 19,5 milhões de francos CFA para 60 milhões. O comércio externo é completamente controlado por dois "holdings" estrangeiros: a *Compagnie Française pour l'Afrique de l'Ouest*, propriedade do Banco Marselhês de Crédito, que com a Peugeot controla igualmente a pequena indústria mecânica do Tchad, e a *Société Commerciale de l'Ouest Africain* de parilha com a Nouvelle Société Commerciale du Houilou-Niari, filial local da Unilever.

Enquanto a produção de tabaco é totalmente controlada pela multinacional do sector, a *Bastos*, a produção de electricidade, a distribuição de água, bem como todo o sector bancário e financeiro encontram-se igualmente nas mãos dos interesses multinacionais franceses. No entanto, com um rendimento anual per capita de menos

de 100 dólares, o Tchad é dos países mais pobres do mundo.

Mas as riquezas que jazem, inexploradas no subsolo, são também alvo das cobiças do imperialismo. Hoje é já pública a existência de grandes jazigos de petróleo e de urânio. Sabendo-se da necessidade que a França enfrenta em obter este minério para abastecer as suas centrais nucleares, isso leva a que alguns observadores denominem a intervenção militar daquela potência no Tchad como a "guerra do urânio".

O INÍCIO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO

Constatando que a independência formal que a antiga potência colonial havia concedido ao seu país mais não era mais não era do que o alibi para a contínua pilhagem das riquezas do Tchad, os patriotas tchadianos formam a 22 de Junho de 1966, em Nyala, no Sudão, a Frente de Libertação Nacional do Tchad - FROLINAT.

Apesar do reduzido e rudimentar armamento que possuía, a FROLINAT, com a rápida e massiva adesão de massas à causa libertadora, desencadeia a luta armada de libertação e com tal sucesso, que dois anos após o início dos combates - primeiro no centro e no leste do país, para se alastrem posteriormente ao norte - a França é obrigada a intervir militarmente no conflito a fim de "ajudar, por um tempo limitado, o exército tchadiano a cumprir a sua missão". Nessa altura, precisamente

no dia 28 de Agosto de 1968, a França organiza

pela primeira vez uma gigantesca ponte aérea entre o território francês e Fort Lamy, antiga designação da capital do Tchad. Vários milhares de legionários, pára-quedistas, fuzileiros, blindados, helicópteros e caças são enviados para o Tchad com vista a proteger os "interesses" franceses e a jugular a nascente e vitoriosa luta de libertação nacional desencadeada pela grande maioria do povo conduzido pela FROLINAT.

De facto, os efectivos franceses chegados ao Tchad, a apelo do presidente François Tombalbaye aos seus "patrões" do Eliseu, conseguem, à custa dos maiores massacres sobre as populações, sustar a luta de libertação infligindo pesados golpes na FROLINAT, o que faz com que em 1971 o aparato militar

seja sensivelmente "aligeirado".

Mas a crise económica arasta-se, e Tombalbaye converte-se aos olhos do Eliseu de De Gaulle como um pesado "fardo", sem base popular de apoio, cada vez mais contestado pelo seu povo e pelas suas forças armadas a contarmos com a guerrilha que lhes move a FROLINAT.

Tombalbaye converte-se para a França no "peão" que é necessário sacrificar. Em 1975, dá-se um golpe militar no qual o antigo gestor dos interesses do imperialismo francês é paradoxalmente assassinado. O chefe máximo do golpe, o general Malloum, que preside a uma Junta Militar de dez membros, passa a dirigir os destinos do país e a se constituir no interlocutor válido de Paris. O golpe militar que abalou a capital do Tchad foi, contudo, preparado nos corredores do Eliseu, tendo como me-



dianeiro o embaixador francês em N'Djamena. E porquê?

A França achava julgado o momento em que o Exército do Tchad estava mais apto a resolver os graves problemas que se punham, não só de carácter económico mas também político, através do aliciamento de sectores moderados da FROLINAT. É desta forma que a Junta Militar procura "normalizar a situação política" e realizar a "reconciliação nacional" apelando às organizações que "se opunham ao governo de



Um «Transall» francês abatido pela FROLINAT.

A vi
são as
da hist
mo ant
e, no s
país t
virtual
diriger
natos
la cor
ameaç
territó
nes e i

O I
Paqui
foi c
1947
ções
do p
em e
color
ca. N
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio i

A
gov
dur
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

IN

Is

C

L

d

P

t

d

r

p

p

p

p

África

François Tombalbaye". A proposta era simples: propunha-se, pura e simplesmente, que essas organizações se rendessem à Junta, para depois, e só depois, se discutirem os problemas que afectavam o país. Evidentemente que a FROLINAT não se deixou cair no logro. Nesse momento ela havia-se totalmente recuperado dos reverses que lhe infligira a intervenção militar francesa, havia desenvolvido um intenso trabalho político junto da população, militarmente era senhora de mais de metade do território, o seu poder bélico era poderoso, sobretudo devido ao apoio que a Líbia lhe fornecia, e os soldados do poder neocolonial que a Junta Militar representava desertavam em massa juntando-se às suas fileiras.

Sob o ponto de vista de orientação política, a FROLINAT sabia, também, muito bem aquilo que queria; havia publicado em inúmeros documentos e tomadas de posição pública: *"Temos um duplo objectivo: alcançar uma independência real, liberta de toda e qualquer tutela estrangeira; proceder à transformação radical das estruturas administrativas, políticas, económicas e culturais. Nesta perspectiva não haverá compromissos seja com quem for."*

O acordo de cessar fogo

No início de 1978 a FROLINAT lança uma grande ofensiva contra os redutos do poder de Malloum, que cada vez mais se circunscrevem à capital. A FROLINAT passa a deter a

soberania sobre cerca de dois terços do território do Tchad, detém cerca de metade do exército do general Malloum, que, entretanto, havia sido feito prisioneiro ou desertado, e está praticamente às portas da própria capital, N'Djamena. A situação caracteriza-se pela existência de dois poderes paralelos: um poder revolucionário encarnado pela FROLINAT e um poder legal quase que sediado na capital.

É neste contexto que a França monta talvez aquilo que se poderá designar pela maior manobra de diversão desde que a FROLINAT iniciou em 1966 a luta de libertação nacional. Trata-se das negociações travadas entre o governo do general Malloum e a FROLINAT, que tiveram como medianeiros: a Líbia, o Níger e o Sudão e que vieram a concluir no acordo de cessar fogo assinado em Benghazi, na Líbia, a 27 de Março, entre a Frente de Libertação Nacional do Tchad e o governo de N'Djamena. O acordo, segundo parece, seria fruto de intensa actividade diplomática do governo francês, então a braços com o espectro de eleições gerais, tendo pela frente uma esquerda "suficientemente" unida para lhe causar grandes apreensões, e onde uma intervenção militar directa no conflito poderia, se contestada unanimemente pela esquerda, levar Giscard D'Estaing e a direita francesa à derrota; e, por outro lado, a Líbia, que estaria interessada na obtenção de uma solução negociada e pacífica do conflito.

O acordo, para além do estabelecimento de uma

linha de cessar fogo que dividia o país em dois e se estendia de leste para oeste ao longo dos limites administrativos da província de Borkou-Ennedi-Tibesti situada no norte do país, previa o reconhecimento da FROLINAT pelo governo de N'Djamena, um cessar fogo em todo o território do Tchad controlado por um comité militar composto pela Líbia e o Níger, a organização de uma campanha na imprensa destinada a promover a reconciliação nacional e, por fim, a organização a 7 de Junho de uma conferência que examinaria os progressos da "reconciliação" e lançaria as bases da sua concretização. Entretanto o comité militar misto niger-líbio ficaria encarregado de verificar as tropas e bases francesas se encontravam em Tchad.

Os acontecimentos posteriores vieram provar que este acordo de cessar fogo mais não foi que um compasso de espera que a França montou, aproveitando esse espaço de tempo para preparar as acções de represália contra a FROLINAT e a luta de libertação do povo tchadiano, deixando assim passar o período "problemático" das eleições.

Legionários e «Jaguar» franceses

A FROLINAT, receando as manobras de Giscard, três dias após a assinatura do acordo de Benghazi dá um prazo para a total retirada das tropas francesas estacionadas no Tchad: 10 de Abril seria a data limite.

A 17 de Abril, o governo do general Malloum acusa-

va publicamente a FROLINAT de ter violado o acordo de cessar fogo devido ao ataque, dois dias atrás, ao posto de Salal, situado entre Moussoro e Koro-Toro, a cerca de 450 quilômetros a nordeste de N'Djamena. O comunicado do governo de Malloum insurgia-se ainda com a "difusão de emissões radiofônicas" — por parte da FROLINAT — convidando a população tchadiana à revolta" e concluía com uma ameaça: "diante desta atitude beligerante que lhe é imposta, o Conselho Superior Militar não saberá ficar de braços cruzados e as medidas indispensáveis para salvaguardar o interesse nacional serão tomadas"...

Quatro dias mais tarde, as desmoralizadas tropas de Malloum apoiadas por legionários franceses tomam de assalto Salal, tendo sido abatidos pelo Exército de Libertação Nacional dois soldados franceses.

Enquanto o general Malloum procurava apoios no Gabão de Omar Bongo que substituíssem o seu diminuto exército, no sul do Tchad grandes manifestações antigovernamentais tinham lugar protestando contra a presença militar francesa, como já ocorrera noutras ocasiões. As reivindicações populares eram, uma vez mais, caladas a tiro, sendo assassinadas pelo menos 4 pessoas e registando-se várias centenas de feridos. Poucos dias depois eram encerrados todos os estabelecimentos de ensino do país, incluindo os da própria capital.

Goukouni Oueddei, presidente do Conselho da Revolução da FROLINAT, por sua vez, em telegrama dirigido ao Chefe do Estado Líbio, coronel Kadhafi, desmentia categoricamente que o movimento tivesse violado o acordo de Benghazi: "Desmentimos as notícias segundo as quais as forças da FROLINAT



estariam a avançar para N'Djamena". O telegrama de Goukouni procurava responder a um outro enviado pelo dirigente máximo líbio em que este pedia à FROLINAT para "parar as hostilidades em curso", a fim de se "debruçar sobre a preparação da próxima conferência" de "reconciliação" que se deveria realizar a 7 de Junho em Trípoli, capital da Líbia.

Entretanto, enquanto estas mensagens eram trocadas, a França e o governo do general Malloum efectivavam a verdadeira "violação do acordo de cessar fogo".



«Jaguar», a grande arma de Giscard.

Ba

A vi
são as
da hist
mo ant
e, no s
país t
virtual
diriger
natos
la cor
ameaç
territó
nes e i

O I
Paqui
foi c
1947
ções
do pé
em e
color
ca. N
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio i

A
gov
dura
g e
(19
qua
neg
Ass
ele
she

10

IN

Is

C

L

d

P

t

d

r

pág. 120

África



Combatentes da FROLINAT em marcha no deserto.

A opinião pública mundial era surpreendida por notícias dadas pelo Eliseu, segundo as quais no final desse mesmo mês de Abril a França havia montado uma verdadeira ponte aérea com N'Djamena, para onde tinham seguido a bordo de aviões "Noratles" e "Transall", cerca de 300 conselheiros militares e 700 "operacionais", bem como uma esquadrilha de caças bombardeiros "Jaguar", 8 helicópteros de combate "Puma", mais de trinta blindados AMX e demais material bélico usado "vulgarmente" pela França neste tipo de acções, não variando também as explicações dadas pelo Eliseu: "assegurar a segurança dos ci-

dadãos franceses que residem e cooperam no Tchad".

As respostas a esta ingerência são prontas: a FROLINAT denuncia o acordo de cessar fogo; as autoridades líbias afirmam que o seu país recusa "todo e qualquer tipo de ingerência no Tchad".

Com a chegada dos efectivos franceses a guerra intensifica-se, sobretudo em torno da cidade de Ati, situada na estrada principal que liga a capital do Tchad, tendo os guerrilheiros reivindicado entretanto a destruição de dois "Jaguar", dos quais um foi oficialmente confirmado pelas autoridades francesas, o

que vem provar a alta capacidade de armamento de que dispõem as forças da FROLINAT.

O "móbil" da intervenção militar francesa parece querer afastar-se do Tchad: cerca de 1200 civis franceses abandonaram já aquele país africano, conscientes que o conflito não se resolverá por via pacífica. Mas se os civis estão dispostos a abandonar o Tchad para fugir à guerra, o mesmo não se poderá dizer das multinacionais e do imperialismo nunca dispostos a "abrir — voluntariamente — a mão" dos seus interesses económicos ou da sua hegemonia política.

França na África



A guerra do Sahara.

Senegal – 1300 homens com efectivos de pára-quedistas, fuzileiros, artilharia, blindados Panhard, apoio logístico e instrutores. Duas grandes bases: Cap Vert e São Luís do Senegal. Duas esquadrilhas de Jaguar e diversos aparelhos de reconhecimento e transporte.

Marrocos – 250 instrutores e um número desconhecido de conselheiros de Estado Maior. Uma base especial utilizada pelo SDECE e pela unidade “de choque” que fornece quadros militares para este serviço secreto, o 13.º Regimento de Dragões Pára-quedistas. São cerca de 40 “páras” mais várias dezenas de mercenários civis para missões especiais.

Mauritânia – 400 instrutores e conselheiros de Estado Maior. Virtualmente comandam o exército de Ould Daddah e estão a montar sofisticados dispositivos de detecção electrónica no eixo Zouerate-Nouhadibou. Cerca de 10 Jaguar baseados em Nouhadibou.



A guerra do Tchade.

Tchad – 2000 homens. Incluindo “conselheiros” militares, legionários e aviadores. Em finais do mês de Abril a França montou uma verdadeira ponte aérea com N'Djamena, capital do Tchad, fazendo deslocar para este país cerca de 300 técnicos e conselheiros militares e 700 “operacionais”: um esquadrão do 1.º Regimento de Cavalaria da Legião Estrangeira (estacionado em Orange), dois esquadrões do Regimento de Fuzileiros com carros de assalto e três companhias do 3.º Regimento de Fuzileiros Navais (estacionados em Vanne), uma companhia do 8.º Regimento Pára-quedista Fuzileiro Naval (Castre) e uma bateria de artilharia do 11.º Regimento de Artilharia Naval (Dinan). A França fez ainda deslocar uma esquadrilha de dez caças-bombardeiros “Jaguar”, que integravam a Força Aérea de Intervenção do Leste da França, dois aviões “KC-135”, quadri-reactores de abastecimento em pleno voo, um avião de reconhecimento “Breguet-Atlantic”, cerca de uma dúzia de aviões de transporte “Transall” e “Noratlas”, oito helicópteros de combate “Puma” e cerca de 30 autometralhadoras.



Zaire – 70 instrutores e 600 legionários do 2.º REP em operação no Shaba. Entre os primeiros incluem-se pilotos, navegadores e mecânicos que servem sob contrato e uniforme na força aérea de Mobutu. O Estado Maior zairense também dispõe de conselheiros franceses.



Djibuti – 5000 homens. Unidades blindadas dotadas de tanques AMX e forças da Legião Estrangeira, bem como efectivos navais diversos. Um forte dispositivo aéreo que inclui uma esquadrilha de Mirages, Nordatlas e Breguet.

La Reunion – 2000 homens. Forças da Legião Estrangeira e diversos meios aéreos e navais.

Mayotte – 2000 homens.

Ilhas de Juan de Nova, Tromelin, Gloriosas e Europa – Cerca de 200 homens a cargo de equipamentos de detecção electrónica e telecomunicação e pequenas pistas de aviação.



Império Centro Africano – 500 homens.

Gabão – 500 homens.

Costa do Marfim – 500 homens, uma base aérea em Port Boet onde há uma esquadrilha de Jaguar e aviões de reconhecimento e transporte variados.

Cameroun – 90 homens.

Togo – 80 homens.

A via
são as
da hist
mo ant
e, no s
país te
virtual
dirigen
natos p
la cor
ameaç
territó
nes e i

O I
Paquis
foi c
1947,
ções r
do p
em e
color
ca. N
estab
volvi
te or
eram
dent
por
rio l

A
go v
dura
g e
(19
qua
neg
Ass
elei
she

IN

Is

C

L

d

p

te

d

r

pág. 12b

França na África

AS mais recentes aventuras militares de Giscard d'Estaing no Zaire e no Tchade são apenas a faceta mais espectacular da crescente intervenção armada da França em África. Actualmente, existem cerca de 15 mil militares franceses espalhados por diversos países africanos e várias centenas de "cooperantes" que envergam os uniformes dos exércitos a quem servem.

Cinco países — Senegal, Costa do Marfim, Império Centro-Africano, Gabão e Togo — compõem, juntamente com Djibuti, a primeira linha de neo-colónias militarmente garantidas em virtude de Acordos de Defesa bilaterais com Paris. Estes acordos de defesa autorizam a França a intervir militarmente de forma directa em caso de "ameaça à segurança".

Dez mil homens, a parte mais importante do dispositivo francês, estão concentrados em seis grandes bases: Dakar, Abidjan, Libreville, Djibuti, Mayotte e La Reunion.

Curiosamente, nem o Zaire, nem a Mauritânia, nem o Tchade têm acordos de-defesa assinados com a França. A intervenção é feita sob a capa de acordos de assistência técnica que envolvem variadas categorias de cooperantes militares, dos quais muitos ao envergarem, sob contrato, o uniforme do país interessado, situam-se num ténue li-

mite entre a chamada **cooperação militar** e o puro e simples mercenarismo.

Segundo o semanário francês *Le Nouvel Observateur*, o orçamento da **cooperação militar** passou de 124,5 milhões de dólares, em 1965, para 327,8 em 1976. Actualmente, deve ultrapassar os 400 milhões. No mesmo período, o orçamento de apoio logístico passou de 6,26 milhões de dólares a 142,2 milhões.

Bombas sobre o Sahara

Paralelamente à intervenção no Zaire e no Tchade, que analisamos noutros artigos desta edição, Giscard voltou a reforçar a sua participação na agressão, ao povo saharauí e nas ameaças marroquinas contra a Argélia.

Nos dias 3 e 4 de Maio, seis aviões **Jaguar** atacaram novamente forças da Frente Polisário no deserto. O Governo francês, depois de uma pausa prudente durante os meses que haviam antecedido as eleições legislativas de Março, voltou à carga.

Os ataques desta feita nem sequer podiam ter como pretexto a **protecção da Mauritânia nas suas fronteiras internacionalmente reconhecidas**; foram realizados dentro do território da República árabe Saharauí Democrático.

Os bombardeamentos, efectuados nas regiões de

Guelta Zemmour e Dakhla, tiveram como objectivo apoiar tropas marroquinas em apuros. Um dos **Jaguar** foi seriamente danificado pelo fogo antiaéreo saharauí e foi obrigado a uma aterragem de emergência na base aérea de Nouhadibou, onde se encontra permanentemente estacionada uma esquadilha destes bombardeiros tácticos.

O ataque custou onze mortos e sete **Landrovers** aos saharauís, que haviam infligido cerca de 110 baixas às forças marroquinas, salvas pela intervenção dos **Jaguar**.

A reparaçào dos aviões de Giscard não impediu os guerrilheiros do deserto de atacarem a 22 de Maio, as localidades mauritanas de F'Derik e Aoussered.

Mais armas para Hassan II

Os serviços prestados por Hassan II no Zaire têm o seu preço, e, nas últimas semanas, é visível uma escalada logística da França em apoio à sua guerra no Sahara, bem como à sua política de ameaças e provocações à Argélia.

Seis dos 75 **Mirages** adquiridos por Rabat já estão operacionais e realizaram demonstrações em fins de Maio sobre a cidade de Fez. Nas últimas semanas a França tem acelerado a entrega dos 24 Alfa-Jets e dos 40 helicópteros **Puma** recentemente adquiridos.

A grande novidade, porém, é a aquisição pelo Marrocos dos sofisticados mísseis antiaéreos Crotale e de todo um sistema de radar destinado a guiar as suas baterias.

O Crotale é um míssil antiaéreo com um alcance de 8500 metros especialmente concebido, num projecto misto da Matra com a Thomson CSF, para missões de apoio à infantaria e a unidades blindadas. É transportado por dois veículos: um carrega a bateria de 4 foguetes e o outro o "radar-guia".

O Crotale, dada a sua extrema sofisticação, requer pessoal altamente especiali-

zado. O diário parisiense Rouge, numa importante denúncia, publicou a foto de um telex ultra-secreto distribuído aos sub-oficiais franceses especialistas no manejo deste tipo de armamento, em serviço em várias bases aéreas na França e na África, no qual se convidam voluntários para servirem por períodos de dois anos no Marrocos, sob uniforme das Forças Armadas Reais.

Como a Frente Polisário não dispõe de aviação, não é necessário uma grande imaginação para saber contra quem poderiam ser eventualmente utilizados os Crotale, manejados pe-

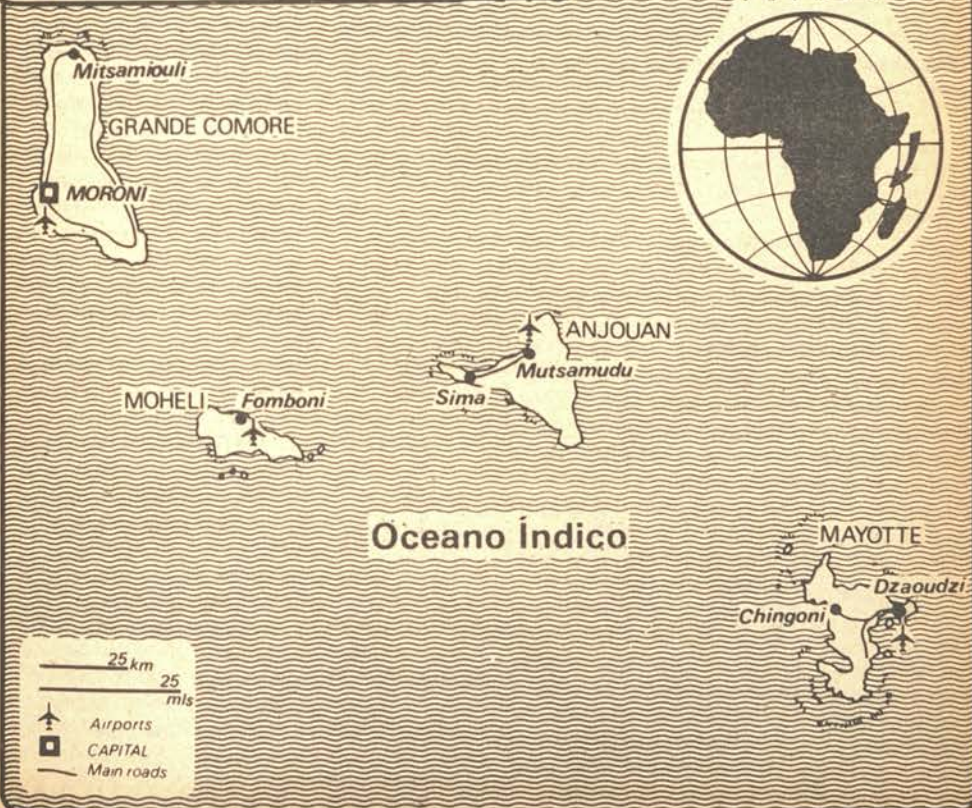


los "cooperantes" militares franceses...

Bases e mercenários no Índico

Nos últimos dois anos a França levou a cabo um re-

Ilhas Comores



Ba

A vic
são as e
da hist
mo ant
e, no s
país te
virtual
dirigen
natos p
la corr
ameaç
territó
nes e i

O E
Paquis
foi c
1947,
ções r
do p
em e
colom
ca. N
estab
volv
te or
eram
dent

por
rio i
A
gove
dura
g e
(19
qua
neg
Ass
elei
she

10

IN

Isl

C

L

d

p

te

d

n

pág. 126



Bob Denard, mercenário francês que chefiou o golpe de Estado nas Comores.

forço das suas posições militares no Oceano Índico. O ponto chave do seu dispositivo é, naturalmente, Djibuti, onde se concentram 4500 homens das três armas, dotados de variados meios terrestres, aéreos e navais.

Mais 2 mil homens estão sediados em Mayotte, e outros tantos em La Reunion.

A partir destes três pontos fortes, a França montou, nos dois últimos anos, bases em cinco ilhas pequenas à volta de Madagascar: Gloriosas, Tromelin, Juan de Nova e Europa. Em todas foram construídos campos de aviação, depósitos de combustível e instalações de telecomunicação e escuta electrónica.

Nas últimas semanas surgiram alguns indícios de actividade um pouco menos sofisticada da França nesta região. No dia 13 de Maio, um golpe de estado derrubou o Governo das Comores, chefiado por Ali Soilih, conhecido pela sua antipatia à política francesa, com a qual nutria um forte contencioso a propósito de Mayotte.

O assalto ao palácio presidencial, onde Ali Silih foi detido nia 13 e fuzilado no dia 29 durante uma pouco convincente "tentativa de fuga", foi realizado por um grupo de cinquenta mercenários franceses, apoiados por alguns belgas e alemães, sob o comando de Bob Denard.

Denard, notório mercenário francês com uma vo-

lumosa folha de "serviços" em África, foi em seguida encarregado pelo novo regime — que já anunciou a sua disposição de restabelecer boas relações com Paris — de organizar o exército das Comores, com o posto de coronel.

A operação nas Comores, recebida com aberta satisfação por meios oficiais franceses, lembra uma tentativa análoga — só que fracassada — levada a cabo por mercenários franceses contra o Governo de Benin.

O semanário francês **Le Carard Enchainé** revelou posteriormente que os mercenários haviam sido recrutados pelo SDECE (a CIA francesa) e partido de uma base secreta perto de Marakech, onde se concentram efectivos do 13.º Regimento de Dragões Páraquedistas, à disposição do mencionado serviço secreto para "missões delicadas".

A analogia é evidente. Não só Denard é reputado como agente do SDECE como os mercenários — que na operação de Benin haviam feito escala no Gabão (ver Cadernos do Terceiro Mundo n.º 1) — desta feita parecem ter partido de Mayotte.

Aliás, a sua participação no golpe das Comores somente começou a transpirar no dia 17, quando o diário de La Reunion noticiou que um mercenário francês que servira no exército com o posto de capitão fora ferido no ataque ao palácio e encontrava-se hospitalizado em Mayotte, para onde fora transportado.

MARCELO DIAS

AMERICA LATINA

BRASIL

A grande greve

*O despertar do movimento operário brasileiro:
as grandes greves de São Paulo
— as primeiras desde 1968 e as maiores desde 1964 —
coroadas de vitória marcam um ponto de partida
para os trabalhadores
e mais um passo rumo à democracia.*



Ba

A vic
são as e
da histo
mo ant
e, no s
país te
virtual
dirigen
natos p
la cor
ameaç
territó
nes e i

O F
Paquis
foi c
1947,
ções r
do p
em e
color
ca. N
estab
volv
te or
eram
dent
por i
rio i

As
gove
dura
g e
(19
qua
neg
Ass
elei
she

10

IN

Isi

Ci

L

di

P

te

d

n

pág. 12b

Brasil Mais de 70 mil trabalhadores de mais de 50 empresas dos três maiores centros industriais da Grande São Paulo - Santo André, São Bernardo e São Caetano, o chamado ABC - impuseram, no mês de Maio, a maior greve ocorrida no Brasil desde 1964.

A greve iniciou-se na sexta-feira, dia 12/5 na fábrica Saab-Scania, uma multinacional sueca instalada em São Bernardo. Os 1200 operários da linha de montagem pararam, como todos os dias, os seus cartões de ponto às 7,30 h., dirigiram-se às máquinas, mas em vez de colocá-las em marcha, ficaram parados. A paragem fora decidida de maneira semi-espontânea, na cantina, durante o café da manhã.

Os metalúrgicos das grandes fábricas de São Bernardo já vinham manifestando abertamente o seu descontentamento desde o fim do ano passado, quando o seu sindicato denunciara a perda de 34,1 por cento do salário real dos seus afiliados, no período 73/74, em consequência das manipulações oficiais das estatísticas sobre a alta do custo de vida.

O regime, aferrado à sua política salarial draconiana, negara-se a atender esta reivindicação e renovara as suas costumeiras ameaças, lembrando a vigência da lei "antigreve" (Lei 4330, de 1.º de Junho de 1964).

Em muitas indústrias da Grande São Paulo - como resultado do paciente trabalho desenvolvido pela Oposição Sindical, sobretudo, de uma disposição espontânea para pôr fim ao silêncio existente nas fábricas, desde as grandes re-

pressões que se seguiram às greves de 1968 - multiplicaram-se nos últimos meses, formas de luta como a greve de zelo, as petições e as paralizações parciais.

O sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dirigido por Luís Inácio da Silva, "Lula", vinha auxiliando discretamente estas lutas parciais e, por isso, passou a ser apoiado pela Oposição Sindical metalúrgica desta localidade do ABC.

A greve na Scania foi o detonador. O motivo imediato foi a decisão da empresa de descontar os 15 por cento de antecipação salarial concedidos no ano passado, dos 39 por cento de aumento outorgados pelo reajuste oficial de 1978.

Os operários exigiram um aumento suplementar de 20 por cento, bem como outras reivindicações relativas a condições de trabalho na fábrica.

O movimento alastra-se

Na segunda-feira, dia 15, o movimento grevista da Scania começou a alastrar-se para outras fábricas de

São Bernardo. 9500 operários da Ford pararam. Um dos operários grevistas descreveu assim o início da greve: "Na parte da manhã, todo o mundo trabalhou normalmente, no meio do maior zum-zum por causa da greve na Scania. Depois do horário do almoço, por volta da uma da tarde, ninguém mais fez nada. Pararam a ferramentaria, a usinagem, a estamparia, quem voltou do almoço não tocou nas máquinas. (...) Quase chorei quando não ouvi barulho nenhum. Foi bonito: só a união pode levar à melhoria das nossas condições." (Em tempo, 22-28/5).

A partir daí foi como uma mancha de óleo: a greve alcançou a Mercedes Benz, a Volkswagen e a Kharman Ghia, em São Bernardo, e contagiou o município de SSanto André onde pararam a Philips e a Cofap. O movimento alastrara-se para fora de São Bernardo e para outras categorias, além dos metalúrgicos.

Na quinta-feira, já atingia as fábricas Pirelli, Motores Perkins, Chrysler, General Electric, Motores Otis,

A greve de Osasco em 1968 foi brutalmente reprimida.



Fabrini, Arteb, Cima, Fogões Semer, Ibrape e outras menores. No mesmo dia, o Tribunal Regional do Trabalho decretava a ilegalidade da greve, com base na lei 4330.

O regime hesita

O regime, que em 1968 não hesitara em esmagar as greves de Osasco e Contagem enviando tropas às fábricas, desta vez não teve condições de optar pela repressão. A sua situação de crise e divisão interna, a força da oposição democrática e a falta de consenso entre os próprios empresários relativamente à atitude a adoptar frente às greves, fez com que tomasse uma posição prudente. Procurou desdramatizar a situação descobrindo, depois de 14 anos de violenta repressão anti-operária, que "a greve é uma coisa normal"...

Algumas empresas, como a Volkswagen e a Scania, tentaram quebrar o movimento mediante posições de força e atitudes intransigentes. Na Volkswagen, 28 operários da secção de ferromentaria foram despedidos, as secções todas isoladas entre si e o corpo de segurança da empresa, uma verdadeira milícia patronal, composta por cerca de 300 guardas, multiplicou as suas provocações contra os operários.

No entanto, o movimento continuou a aumentar com a entrada em greve de algumas indústrias metalúrgicas de base, como a Aços Villares e a Mannesman. Ao mesmo tempo registava-se a primeira vitória: depois de oito dias de greve, a



Ba

A vic
são as c
da histo
mo ant
e, no s
país te
virtual
dirigen
natos p
la corr
ameaç
territó
nes e i
O E
Paquis
foi c
1947,
ções r
do p
em ex
colom
ca. N
estab
volv
te or
eram
dent
por
rio in
As
gove
dura
g e
(19
qua
nég
Ass
elei
she

10

IN

Ist

C

L

d

p

te

d

n

pág. 128

FÁBRICA	GREVISTAS*	FORMA DE LUTA	RESULTADO
1) Mercedes Benz (SB)	10 000	greve	11% (2x5,5%)
2) Ford (SB)	9500	greve	»
3) Pirelli (SA)	6500	greve	10% imediatos
4) Volkswagen (SB)	5000	greve parcial	11% (2x5,5%)
5) Alcan (SA)	4500	greve	15% parcelados
6) Brastemp	3800	greve	10% imediatos
7) Rhodia (SA)	3600	greve rotativa	15% parcelado
8) Isam (SA)	2500	greve parcial	?
9) Saab-Scania (SB)	2000	greve	11% (2x5,5%)
10) Phillips (SA)	2000	greve	?
11) Chrysler (SA)	1800	greve	»
12) Equip. Villares (SB)	1800	greve	?
13) Fichet (SA)	1800	greve	10% imediatos
14) Elevadores Otis (SA)	1300	greve	13% parcelados
15) Adria (SB)	1200	greve	?
16) General Electric (SA)	1100	greve	10% imediatos
17) Motores Perkins (SB)	1100	greve	11% (2x5,5%)
18) Artemb (SB)	1100	greve rotativa	9% imediatos
19) Fabrini	1000	greve	?
20) Chrysler (SB)	700	greve	11% (2x5,5%)
21) Mannesmann (SB)	650	greve	?
22) Toyota (SB)	600	greve «tartaruga»	11% (2x5,5%)
23) Mollis (M)	600	greve	?
24) Toshiba (SP)	600	greve	15% parcelados
25) Fontoura Wyte	500	greve	?
26) Ibrape (SA)	500	greve parcial	?
27) Constanta (SA)	500	greve	?
28) Panex (SA)	500	greve	?
29) Kubota (SB)	500	greve «tartaruga»	11% (2x5,5%)
30) Forjarias S.	700	greve	?
31) Sulzer Weiss (SB)	450	greve	?
32) Kharman-Ghia (SB)	400	greve	11% (2x5,5%)
33) Coldex Trane (DI)	400	greve	?
34) G. Thompson (SB)	300	greve «tartaruga»	10% imediatos
35) Atlas Copco (DI)	300	greve	?
36) Reinfenhauser	300	greve parcial	?
37) Firestone (SA)	280	greve	10% imediatos
38) Krause (SA)	280	greve	?
39) Sermar (SA)	300	greve parcial	15% parcelados
40) J. I. Chase	250	greve «tartaruga»	11% (2x5,5%)
41) Bern Hueller (SB)	250	greve	10% imediatos
42) Atlantis (SA)	200	greve	?
43) Cofap (SA)	200	greve	10% imediatos
44) Felsa (SA)	150	greve	15% parcelados
45) Cima (SA)	100	greve parcial	?
46) Coferraz (SA)	100	greve	?
47) Ishiki (SA)	80	greve	?
48) Mecânica Lido (SA)	50	greve	15% parcelados
49) Pollmatic (SB)	?	greve	?
50) Anakol	?	greve	?
51) Quimbrasil	?	greve	?

* As cifras apresentadas correspondem ao número de grevistas e não aos efectivos globais das fábricas e empresas mencionadas. Calculamos o n.º total de grevistas em cerca de 75 mil.

** Os 11% de aumento concedidos por diversas empresas consistem em dois aumentos sucessivos de 5,5%, um imediato, outro em Outubro.

*** Localização das fábricas: SA = Santo André; SB = São Bernardo; M = Mauá; DI = Diadema e SP = São Paulo (capital).



A greve transcorreu tranquilamente, sem incidentes.

Ford anunciou ao sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo a sua disposição de conceder um aumento parcelado de 15 por cento, que foi aceite em assembleia pelos operários.

A maioria das demais grandes empresas automobilísticas ainda resistiram uma semana, mas no dia 31 de Maio acabaram por conceder um aumento salarial de 11 por cento parcelado (5,5 por cento em Outubro). A Volkswagen anulou o despedimento dos 28 operários da ferramentaria.

Um primeiro balanço

A greve foi suspensa nas grandes fábricas automobilísticas de São Bernardo com o aumento de 11 por cento, oficialmente assina-

do pelas empresas Scania, Chrysler, Volkswagen, Kharman Ghia, Mercedes Benz, Toyota e Kubotate.

Continuou, porém, em dezenas de outras empresas de variados sectores. Por outro lado, em muitos casos, particularmente nas indústrias da própria cidade de São Paulo, foram concedidos aumentos de 5 a 15 por cento em empresas onde ainda não haviam começado movimentos grevistas.

No início de Junho ainda havia fábricas paradas no ABC, como o caso da Mannesman e da Constanta de São Caetano e Ribeirão Pires, no sector metalúrgico. Entretanto, o movimento começava a tomar força no sector químico e eléctrico.

Surgiam indícios de que o movimento poderia estender-se para outras locali-

dades paulistas, como Osasco, e para outros estados, particularmente Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Já era possível, no entanto, fazer um primeiro balanço deste despertar do movimento operário brasileiro.

As pequenas vitórias alcançadas entre 5 e 20 por cento de aumento, consoante a fábrica, não compensavam as perdas do salário real registadas desde 1964. Permitiram, porém, uma certa melhoria na situação dos operários, que no sector metalúrgico moderno ganham salários entre 2500 cruzeiros (cerca de 5 mil escudos portugueses) e 6 mil, devendo fazer frente a um custo de vida dos mais altos do mundo, equiparável com o da França.

A grande vitória, porém, foi política. Tratou-se da conquista na prática do direito à greve, proibido pela Lei 4330 e, sobretudo, da experiência de luta obtida.

A grande maioria dos trabalhadores haviam feito greve pela primeira vez nas suas vidas. Poucos eram aqueles veteranos que se lembravam ainda das greves de antes de 1964, ou que haviam acompanhado as duas explosões pontuais de 1968 — Osasco e Contagem — barbaramente reprimidas.

As grandes greves de Maio de 78 abriram uma nova etapa na história da classe operária brasileira e inseriram-se, perfeitamente, no quadro de aceleradíssimas mutações pelas quais está a passar o país. O futuro recorda-se a estas greves como um ponto de partida.

Ba

A vic
são as c
da histó
mo ant
e, no se
país te
virtual
dirigen
natos p
la corr
ameaç
territó
nes e i

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
colón
ca. N
estab
volv
te or
eram
denta
por
rio in
As
gove
dura
g e
(195
qua
nege
Ass
elei
she

10

IN

Isl

Ca
Li
de
pe
te
di

n

pág. 126

A OPOSIÇÃO SINDICAL

*A Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo
prepara-se para enfrentar em Julho
as eleições no maior sindicato da América Latina.
Para contrabalançar o poderio
da lista situacionista sustentada pelo regime
e pelo patronato,
a Oposição organiza as bases operárias.*



Antônio Almeida

Um dos maiores sindicatos da América Latina, o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, que reúne 350 mil operários na base e 60 mil sindicalizados, prepara-se para realizar eleições no mês de Julho.

A importância das mesmas não se deve ao número de membros do sindicato, mas ao papel que os trabalhadores metalúrgicos estão a desempenhar na luta contra o regime militar. Esta categoria de trabalhadores, além de ser a mais numerosa do país, vem se destacando desde os movimentos grevistas de 1968 como um dos sectores mais avançados da classe operária brasileira que está a transformar-se no principal pilar da oposição.

É por isso que a luta sindical e a expulsão dos delegados oficialistas impostos pelo regime militar nos sindicatos adquire um significado político muito importante.

Os metalúrgicos reunidos na chamada "Oposição Sindical" conseguiram desalojar os dirigentes oficialistas de diversos sindicatos como o de São Bernardo e Diadema, o de Santo André (na Grande São Paulo), o de João Monlevade em Minas Gerais e o do Rio de Janeiro. Estendem as suas actividades às fábricas da região do ABC (São Paulo), Contagem e Belo Horizonte (Minas Gerais). As eleições do sindicato em São Paulo são parte do ascenso da mobilização operária registada nos últimos meses. O



governo e os "amarelos" sentem o perigo que se aproxima e estão a desenvolver uma série de tácticas para evitar que a lista da oposição logre desalojar os candidatos oficiais.

A principal e a mais típica medida tomada foi a resolução número 3.437 do Ministério do Trabalho adoptada no passado mês de Fevereiro pela qual se proíbe à oposição participar com fiscais nas mesas de votação e na contagem dos votos. O que não é outra coisa que a institucionalização da fraude. Por causa desta resolução a Oposição Sindical perdeu as eleições nos sindicatos metalúrgicos de São Caetano e Osasco e no sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Neste último caso, a fraude foi tão clara que o governo viu-se obrigado a convocar novas eleições para o mês de Junho.

No sindicato de São Paulo os oficialistas adoptaram uma nova táctica. Lançaram duas listas, ambas pró-governamentais, uma delas porém com um falso pro-

grama de liberdades sindicais. Mediante este engano, fazendo crer aos trabalhadores que esta era a chapa da oposição, o governo impediu que a verdadeira chapa da Oposição Sindical, a número 3, fosse identificada pelos operários.

Trabalho de formiga

Porém, apesar das manobras do actual presidente, Joaquim Andrade, que está no sindicato desde 1965 com um salário de 3500 dólares e que foi imposto pelos militares, a Oposição Sindical está desenvolvendo um paciente "trabalho de formiga" nas fábricas de São Paulo. Conforme está claramente especificado no seu programa-oficialmente apresentado na primeira semana de Abril e amplamente discutido em todas as fábricas pelos trabalhadores, — o fundamental é "transformar o sindicato num verdadeiro organismo da classe em luta pela libertação do domínio capitalista".

Bar

A vic
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territór
nes e in

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
coloni
ca. N
estabe
volvir
te ori
eram
denta
por r
rio in

As
gove
dura
g e r
(195
quar
nego
Asse
elei
she

10

IN

Isl

Ca
L
d
pe
te
de

n

pág. 128

Manifesto dos Metalúrgicos

Antes falava-se de "milagre brasileiro", hoje fala-se de crise, porém para os trabalhadores a situação continua a piorar. O nosso salário perde valor dia a dia. A situação obriga-nos a fazer horas extraordinárias. Nas fábricas, com pretexto na crise, muitos trabalhadores são despedidos e aos que ficam exige-se o aumento de produtividade.

Despedem-nos a qualquer momento; dependemos somente dos interesses do patrão. Os nossos poucos direitos reconhecidos por lei são constantemente violados.

E o sindicato?

No mundo inteiro os trabalhadores criaram os sindicatos para se unirem contra a injustiça dos patrões. O papel do verdadeiro sindicato é o de organizar nas fábricas os operários na luta por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, e outras reivindicações que beneficiem a nossa classe.

No entanto nas fábricas os nossos companheiros dão-se conta que o sindicato não cumpre esta função, e nós os trabalhadores estamos impedidos de negociar colectiva e directamente com os patrões e não podemos fazer greve. Apesar desta situação e sem o apoio do sindicato, nós estamos a lutar e conseguimos pequenas vitórias em muitas fábricas, através de pequenas paragens e greves de zelo.

O que quer a Oposição?

O nosso objectivo é construir a união da classe levando o sindicato a aproximar-se mais das fábricas.

Organizemo-nos a partir dos nossos locais de trabalho, incentivando a criação de comissões representativas, compostas de operários de várias secções, que na fábrica, junto com todos os companheiros, se organizem na luta pelos nossos interesses.

Essas comissões devem ser a base de mudança de toda a estrutura sindical, que hoje faz com que os sindicatos estejam afastados da vida e da luta dos operários.

Assim, organizados nas comissões de fábrica e no sindicato, lutaremos contra o controlo salarial e por aumentos superiores ao custo de vida.

Organizados no nosso sindicato, poderemos conquistar na prática o direito de greve mundialmente reconhecido.

Somente a classe operária organizada e unida pode mudar a situação.

Os 24 membros da lista foram escolhidos em duas etapas, em assembleias realizadas nas fábricas. Esta forma de actuar representa a vigência de um verdadeiro processo democrático que já está a sacudir a atitude manobrista dos "amarelos". No entanto são muitas as pressões. Vários dos que estão nas listas de oposição foram despedidos das suas fábricas.

Enquanto a lista liderada por Anísio de Oliveira — operário de oposição na Toshiba do Brasil SA — apresenta um programa claro e autenticamente operário, a lista número 1 encabeçada pelo actual presidente tenta de maneira demagógica aparecer como defensora da classe operária, quando nestes 13 anos não fez outra coisa que defender o governo militar e entregar à polícia os operários mais avançados que militavam nas fábricas.

A base da lista de oposição é a organização dos operários em comissões de fábrica por secções. Estas comissões logo se coordenam entre várias fábricas em comissões inter-fábricas. Há vários meses que se está a discutir o programa apresentado pela oposição, demonstrando claramente quais são os caminhos para um sindicalismo autêntico.

Uma vitória da lista de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, significará sem dúvida um duro golpe para o governo militar e um passo importante do movimento operário rumo à sua independência no caminho que o levará a constituir a vanguarda da oposição ao regime.

«Aproxima-se o fim do regime autoritário»

Rompeu-se a unidade do bloco dominante. Numa entrevista para os «Cadernos do Terceiro Mundo» o sociólogo economista Fernando Henrique Cardoso, candidato ao Senado pelo MDB nas eleições de 15 de Novembro, analisa o momento decisivo que o país está a atravessar.



entrevista de Vania Bambirra

COMO vê a actual situação política do Brasil?

— Creio que o regime autoritário está chegando ao fim. Está a esgotar-se social e economicamente a partir da crise do petróleo e da crise de uma economia de mercado que cresceu desordenadamente. Tudo isso agravado por causa da dependência estrutural da economia que obriga a importar equipamentos e produtos de consumo básicos sobrecarregando a balança de pagamentos, quando se diminuem as exportações, ou o seu valor, a dívida externa cresce em progressão geométrica para financiar os investimentos internos.

Tudo isso rompeu a unidade do bloco governamental. As classes médias, a

Igreja, os intelectuais e estudantes, os líderes sindicais e o movimento operário, ampliaram esta pressão. Face a isso — e considerando a inflação e a dívida externa — os antigos pilares do regime viram-se sacudidos. Inclusivamente os militares.

Qual é o sentido da sua candidatura ao senado pelo MDB?

— Politicamente o MDB é uma frente de oposição que, a partir das eleições de 1974, nas quais derrotou o governo, passou a ter apoio popular e a significar um canal político de protesto.

Na conjuntura actual eu creio que essa frente deve manter-se unida e ao mesmo tempo deve obrigar as oposições não parlamentares (movimentos de base da Igreja, campanha pela Amnistia, lutas dos profissionais liberais, dos advogados, sobretudo pela volta do estado de direito, etc...) e ganhar uma maior nitidez interna. Estou a lutar para conseguir aprovar uma proposta do MDB, ou seja, que de acordo com a lei eleitoral possa haver três candidatos ao senado por cada partido cujos votos somar-se-ão nesta proposta. O

Bar

A vio
são as e
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territó
nes e ir

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
colóni
ca. No
estabe
volvir
te ori
eram
denta
por r
rio ir
As
go ve
dura
g e r
(195
quar
nego
Ass
eleit
shei

10

IN

Isl

Ca
Lí
de
pe
te
de

n

pág. 128

Brasil candidato do partido que obtiver o maior número de votos será o eleito. Se conseguirmos isso dentro do MDB será possível reunir nesta proposta os candidatos à câmara federal e à assembleia estadual que sejam mais consequentes.

Não haveria portanto nenhum tipo de divisão na frente oposicionista, pelo contrário, está ampliar-se-á oferecendo uma saída eleitoral para as expressões extra-parlamentares.

A fundação de um Partido Socialista

Existem rumores na imprensa sobre a sua participação na criação de um futuro partido Socialista. Tem algum fundamento?

— Hoje especula-se muito no Brasil sobre a reorganização do quadro partidário. Creio que isso é salutar sempre que não haja precipitação nem ruptura na frente oposicionista unida em torno do MDB. Primeiro as eleições, a volta ao Estado de Direito, depois os novos partidos.

Quanto ao Partido Socialista, penso que é demasiado cedo para avaliar a forma que adaptarão as agrupações políticas populares. Também se fala no PTB (Partido Trabalhista, ou dos Trabalhadores, do Brasil). Eu diria que o importante é dispôr de organizações políticas que sejam populares, democráticas e nacionais (mas no sentido de povo e não de Estado forte). Não vejo razões para criar-se partidos ideológicos desligados da massa e apoiados pela universidade. Se é a esse tipo de partido que se refere a informação, denominando-o Partido So-

cialista, não tem o meu apoio.

Tão pouco acredito que um partido puramente eleitoral — ainda que seja de massas e busque a identificação com o populismo — corresponda às necessidades presentes, pelo menos de São Paulo, onde existe a maior concentração de trabalhadores e assalariados sem personalismos, que estimulem horizontes de opções socialistas mas na prática, não em forma abstracta.

Naturalmente um partido desse tipo depende da força social dos trabalhadores assalariados, das suas lideranças legítimas, da pressão das comunidades de base e de periferia das grandes cidades mais que de um punhado de intelectuais ou políticos profissionais. Eles são necessários, mas devem unir-se à dinâmica popular. Por isso é somente no futuro que poderei ver com mais clareza que tipo de partidos surgirão e poderão ter o meu apoio.

A imprensa e o processo político

A imprensa brasileira tem concedido grande espaço a figuras relevantes da oposição brasileira no exterior, especialmente Leonel Brizola, Miguel Arraes e Francisco Julião. Fala-se também da organização de um Partido dos Trabalhadores, o qual seria liderado por estas personalidades. Como sociólogo e como político, como avalia a viabilidade histórica e presente deste partido?

— A resposta anterior vale também para o que penso sobre este tema. Como as mencionadas figuras li-

gam-se à tradição das lutas populares, penso que eles incorporar-se-ão às lutas sociais e terão a sensibilidade necessária para, ao invés de querer determinar à priori, o tipo de partido futuro, ajudar a dar forma àqueles partidos que de alguma maneira já estão em gestão. Inclusivamente, se se organizam dois ou três partidos distintos, conforme as peculiaridades regionais e o grau relativo de avanço das massas, o importante será formar um bloco ou uma coligação que una politicamente os eventuais e distintos partidos populares, para que a sociedade brasileira possa dar um passo em frente.

A economia dependente

Você analisou várias vezes as mudanças recentes na estrutura económica e social brasileira. Como resumiria para os leitores da nossa revista estas mudanças, em especial no que diz respeito à situação da classe operária?

— Numa frase: assistimos nos últimos 25 anos a uma transformação importante: a industrialização de uma economia dependente e periférica. A população trabalhadora industrial passou de 3 milhões em 1960 para 6 em 1970 e para 10 em 1978. O campo se capitalizou criando o proletariado rural e, ao mesmo tempo — contraditoriamente — ampliando o número de famílias camponesas em certas áreas. A nova classe média composta por empregados de grandes empresas, especialmente ao serviço do Estado, cresceu vertiginosamente. A marginali-

zação de importantes sectores da população deu-se paralelamente através de laços com o sector produtivo estatal e invadiu também o campo.

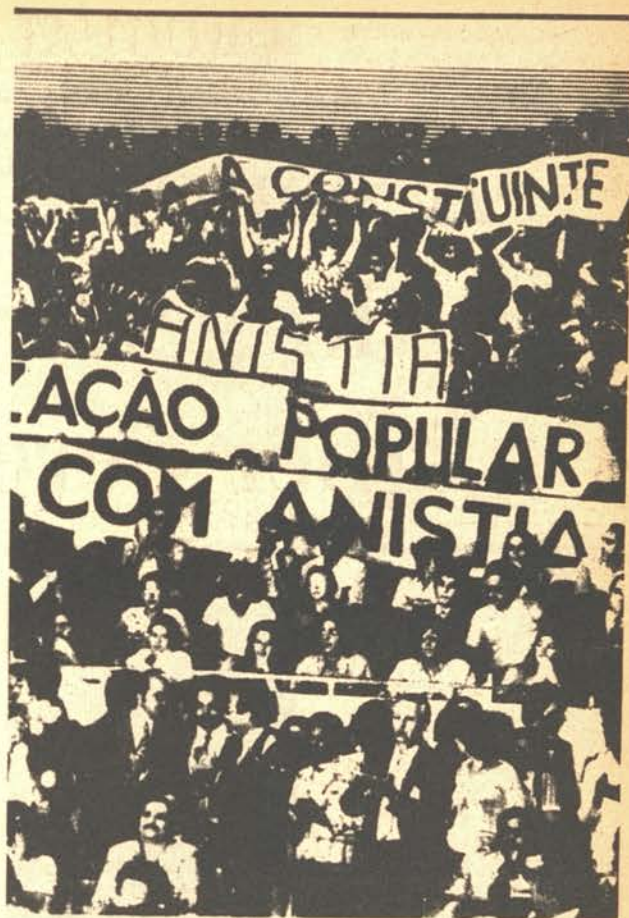
Tudo isso, num sistema económico explorador, no qual as classes trabalhadoras pagaram — através dos seus salários baixíssimos — o peso do seu crescimento económico no qual quase todos (empresários e assalariados) pagam interesses exorbitantes aos bancos locais e internacionais.

Que efeitos têm estas mudanças na luta democrática em curso no país e que projecções históricas terá na atapa mais avançada que obviamente se inscreve numa perspectiva socialista?

— São estas mudanças as que permitem falar de partidos de trabalhadores e assalariados, não só radicalmente democráticos e anti-imperialistas, como também de horizonte socialista.

A sua actuação política neste momento dá-se fundamentalmente em São Paulo que tem um peso decisivo na economia do país. Muitas especificidades derivam desta situação. Alguns dizem que São Paulo arrasta o Brasil, outros que o explora. Será possível pensar num partido político que se oriente fundamentalmente para a realidade paulista? Isso não entraria em contradição com a realidade das grandes massas brasileiras situadas, por exemplo, nas condições de grande miséria no Nordeste ou com as massas mais politizadas do Sul?

— Não creio que se deve pensar num partido “paulista”. Para começar, São Paulo é hoje a maior cidade nordestina do Brasil, de-



pois de Recife, por causa das migrações. Por outro lado o avanço político deverá ser nacional. Por isso os partidos populares serão obrigados a atender o grau diversificado de avanço das massas populares e as distintas situações objectivas da vida. Se não pudermos ter um partido, repito, teremos três, mas unidos, aliados.

A amnistia

O tema da Amnistia está na ordem do dia na América Latina. Banzer viu-se forçado a concedê-la, hou-

ve amnistia no Perú, até Pinochet teve que ensaiar uma farsa de amnistia. Crê que existem obstáculos que impedem o governo brasileiro de conceder a amnistia?

— A Amnistia virá. A pressão da opinião pública é muito grande neste sentido. O governo pretende conceder, sob pressão, uma mini-amnistia. Mas isso é como a gravidez na sua primeira etapa: ou aborta, ou nove meses depois nasce a criança. Creio que esta criança vai nascer, com lutas e restrições, mas acabará nascendo.

Bar

A vio
são as e
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territór
nes e ir

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
coloni
ca. No
estabe
volvir
te ori
eram
denta
por r
rio ir

As
go ve
dura
g e r
(195
quar
neg
Asse
eleit
shei

10

IN

Isl

Ca
Lí
dê
pe
te
de

n

pág. 128

URUGUAI

A condenação do general Liber Seregni



*Da mesma forma com que assassinou
vários dirigentes da oposição
o regime tenta agora eliminar politicamente
o destacado líder democrático.*

*Da sua prisão
o presidente da Frente Ampla
envia uma mensagem combativa:
«Lutar pela liberdade
porque depois da noite existe uma luz
que nos espera.»*

Capitão Geronimo Cardozo

A contra-ofensiva dos povos faz despontar uma nova hora na América Latina. No entanto, não caiu nenhuma das ditaduras que assolam o sul do continente, mas as amplas amnistias na Bolívia e no Peru, o incontável avanço das forças democráticas no Brasil e, até mesmo, a anedótica "amnistia" decretada por Pinochet são índices da erosão que sofrem os regimes autoritários que se pretenderam implantar por todo o continente.

As profundas crises das ditaduras, o seu crescente isolamento internacional e o novo desenvolvimento que ganhou o combate pela liberdade, criam novas condições para lhes provocar novas roturas, ou o seu derube, abrindo caminho às aberturas democráticas.

Neste panorama o regime uruguaio aparece uma vez mais a tentar contrariar a História com acontecimentos que tiveram repercussão internacional: Raúl Sendic, líder do *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros* é retirado do lugar onde estava preso para ser novamente submetido a torturas; Ricardo Vilaró, dirigente da *Convención Nacional de Trabajadores*, é sequestrado por um comando de Fuzileiros Navais quando era posto em liberdade após cinco anos de prisão; o general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla, é condenado a catorze anos de prisão (três anos a mais do que os onze pedidos pelo instrutor de justiça) quase dois anos após ter sido processado.

Os dois primeiros acontecimentos assinalam um re-



crudescimento da escalada repressiva desencadeada nos últimos meses. A condenação do general Seregni evidencia, sobretudo, as preocupações da ditadura sobre o seu futuro político ao perseguir uma figura que é a bandeira da oposição.

As acusações são tão ridículas e arbitrarias, que num Estado de direito não resistiriam ao mais débil argumento da defesa. É o caso, por exemplo, da condenação por "instigação a usurpar funções públicas", com base no argumento de que a Frente Ampla, coligação política que o apresentou como candidato à Presidência em 1971, exortava os seus militantes a colaborar na limpeza das ruas e praças e na construção de passarelas para peões, "usurpando" assim as funções municipais.

Qual a razão desta sentença? e porquê neste momento? Trata-se, sem dúvida, de um novo avanço no sector militar mais retrógrado que, sentindo já sintomas de debilidade e esgotamento, procura cortar aos "aberturistas" toda a possibilidade de diálogo

com a oposição, obrigando-os mediante acções que comprometem todo o aparelho de Estado, a unirem-se sob a palavra de ordem que até aqui lhes trouxe bons resultados: "Aqui todos temos o mesmo grau de compromisso, continuaremos juntos até ao fim e se cairmos, cairemos juntos".

No momento em que nos países vizinhos a "linha dura" tem de começar a ceder ante a pressão interna e externa, os "ultras" uruguaio saem a terreiro procurando enquadrar aqueles que os guiaram nos seus primeiros passos, aqueles com quem trabalharam juntos nas criminosas tarefas repressivas, procurando encontrar nos sectores reaccionários das demais forças armadas da América Latina o apoio e o consenso que dia-a-dia perdem no interior do país.

Necessitam de apoio político, mas sobretudo esperam que os governos vizinhos não diminuam o apoio económico sem o qual o seu regime desabaria.

Um elemento de união

Nas últimas eleições presidenciais uruguaioas, os dois candidatos mais votados foram Wilson Ferreira Aldunate, líder do Partido Nacional, e o general Liber Seregni. As forças políticas agrupadas em torno destes dirigentes pronunciaram-se conjuntamente contra o golpe de Estado de 1973. E não é por acaso que dois dos seus mais lúcidos representantes, o senador Zelmario Michelini (da Frente

Ba

A vio
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territó
nes e in

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
colóni
ca. No
estabe
volvir
te ori
eram
dentia
por r
rio in

As
go ve
dura
g e r
(195
quar
nego
Assé
eleit
shei

10

INI

Isl

Ca
Lí
de
pe
te
de

ni

pág. 128

Urugua

Ampla) e o deputado Héctor Gutierrez Ruiz (do Partido Nacional, presidente da Câmara dos Representantes) foram sequestrados e assassinados no mesmo dia, faz agora dois anos, quando ambos se encontravam exilados na Argentina.

Michelini e Gutiérrez Ruiz constituíam factores importantes no processo de união da oposição uruguaia. Após o seu assassinato, o ódio da ditadura lançou-se sobre Ferreira Aldunate e o general Seregni. Ao primeiro procuraram matá-lo também, fracassando o intento por poucos minutos; ao segundo procuraram eliminá-lo da cena política como resposta à reorganização no estrangeiro da proscrita Frente Ampla. Sabem perfeitamente que Seregni é um elemento de união das forças populares uruguaias que, sob a sua direcção incontestada, encontrariam formas mais efectivas de acção conjunta com o Partido Nacional e com outras forças da oposição à ditadura.

Por outro lado, sob o ponto de vista pessoal, o general Seregni representa tudo aquilo de que o regime uruguaio é a negação.

Militar brilhante, profissional consciente e responsável, Seregni aprendeu do general José Artigas, o herói da independência do Uruguai, a subordinar a sua acção à vontade soberana do povo.

É a fidelidade a este princípio que o leva a pedir em 1968 a sua passagem à reserva, quando exercia o cargo de Chefe da Região Militar Número 1, a mais importante do país. Nesse tempo o governo de Jorge Pacheco Areco compromete-



tia pouco a pouco as Forças Armadas na repressão. Devendo optar entre o acatamento a uma disciplina que, ainda que desvirtuada, emanava de um governo legitimamente constituído, e as suas convicções políticas e sociais, o general Seregni decide retirar-se do Exército a quem servira sem pausa durante 36 anos.

«Transformar as velhas estruturas»

No seu afã de servir melhor o povo, Seregni integra, como candidato à presidência da República, a coligação política que, com o nome de Frente Ampla, oferece pela primeira vez uma alternativa viável aos partidos tradicionais que sempre repartiram entre si o poder no Uruguai.

As eleições de Novembro de 1971, que consagraram Juan Maria Bordaberry na presidência, foram precedidas de um clima de violência e os seus resultados foram impugnados por fraudulentas pelo Partido Nacional e por amplos sectores da opinião pública. Convém destacar que na

acta de impugnação figura, entre outras, a assinatura do dr. Aparício Méndez, agora designado pelos militares para ocupar o cadeirão presidencial, e, consequentemente, beneficiário directo daquela fraude e também do golpe de Estado posterior.

Com Bordaberry as classes mais reaccionárias conservam o governo e, sentindo-se fortalecidas, pretendem calar toda a voz que defenda o povo e procuram consolidar o poder económico da oligarquia agro-exportadora e financeira, ligada aos interesses multinacionais.

Ante a política antinacional e retrógrada do regime, afirmava o general Seregni:

“A razão de ser, o porquê e o para quê da nossa Frente Ampla encontra-se no facto dela estar a realizar uma tarefa histórica fundamental: levar por diante o processo revolucionário no nosso país. Transformar as velhas estruturas económicas, políticas e sociais hoje caducas e criar as novas, que correspondam às que nosso povo deve viver. E trata-se de facto de um verdadeiro processo revolucionário, porque o que a nossa Frente se propõe é não só a mudança profunda das estruturas, como também a substituição das classes no poder. Derrubar a oligarquia do poder e levar o povo a governar.”

Ante a profundidade da crise económica que atinge o país, as organizações populares intensificam as suas lutas, particularmente no plano sindical. Em seu

apoio, declarava o General Seregni:

O verdadeiro rosto do regime

“O nosso país tem a sorte de contar com um movimento sindical que compreendeu na sua própria carne que as suas mobilizações e as reivindicações devem apontar para objectivos transcendentais, e que a luta por um salário justo não pode ser separada da luta pela soberania nacional, ou pela implantação de estruturas que permitam desenvolver um sistema de justa distribuição da riqueza, ou pela defesa da cultura ou das instituições de ensino, outra vez ameaçadas.”

Em 1972, o regime empunhando como argumento a segurança nacional, a ordem, a defesa dos valores “ocidentais e cristãos” arremete com inaudita violência contra toda a expressão das aspirações populares. Denunciando a verdadeira essência do modelo que se pretendia implantar, afirmava o general Seregni:

“Dizer que o porvir é nosso, que o futuro da Pátria está em nós, não basta para varrer com esta existência monstruosa que é o verdadeiro rosto do regime. Não bastam os discursos nem tão pouco a reacção individual e espontânea, porque o inimigo é hábil e move-se nas sombras da noite, e da impunidade. É um inimigo tenebroso e organizado que não está a fazer no Uruguai as suas primeiras letras. Com homens diferentes e distintos disfarces, com todo um aparelho paralelo de poder,



treinado nas formas mais refinadas da crueldade e do terror, procura segurar na América Latina os andaimes periclitantes do Império e os seus vizires locais. O fascismo crioulo apoia-se, à semelhança dos seus modelos europeus, na sua negatividade. É anticomunista. E nada mais do que isso. Porque o único elemento positivo que pretende ostentar — a defesa da democracia — nega-a dia a dia com a sua prática. Com o pretexto de defender a democracia, acabou com a democracia. Para defender as liberdades democráticas, suprimiu-as”.

«O Povo vencerá»

Naqueles violentos e conflituosos meses que precedem o golpe de Estado de 27 de Junho de 1973, Seregni, carismático e querido pelas massas, alcança verdadeiras dimensões de líder. Ante o clima de violência gerado pela declaração de “estado de guerra interno”, o general Seregni, a 28 de Maio de 1972, em representação da Frente Ampla dirige-se a todo o

país afirmando: “Somos consequentes com aquilo que sempre foi a nossa definição: somos uma força pacífica e pacificadora. E porque sabemos que a paz duradoura, não a paz do silêncio, não a paz do assentimento unânime, não a paz dos sepulcros, só poderá ser alcançada em plenitude se banirmos com as causas mais profundas da violência. A nossa proposta pode ser sintetizada nestes termos: queremos a pacificação para mudarmos a sociedade e queremos mudar a sociedade para alcançar a paz.

É com esta força da nossa razão, com a segurança e a firmeza das nossas ideias, que enfrentamos o presente e o futuro. Porque estamos convencidos que só o povo organizado é protagonista da História, é por isso que dizemos: o povo vencerá”.

“Quando oiço falar de cultura saco logo da pistola”, disse Goebbels, e os fascistas uruguayos fiéis ao mestre, de pistola, arremeteram contra todo o vestígio de cultura; professores, artistas, estudantes foram e são perseguidos e assassinados. Contra a sua fúria homicida o pensamento claro de Seregni é hoje, quando vislumbramos a possibilidade de regresso à nossa Pátria e pensamos na reconstrução, de um imenso valor: “...Que significa então agora defender a educação? Significa dar terra a quem a trabalha, pôr a indústria em plena laboração, aumentar o consumo e com ele o comércio, castigar o enriquecimento fraudulento. Significa pagar salários suficientes para todos, evitar o êxodo de ope-

Bar

A vio
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territór
nes e in

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
colóni
ca. No
estabe
volvir
te ori
eram
denta
por r
rio in

As
gove
dura
g e r
(195
quar
nego
Asse
eleit
shei

10

INI

Isl

Ca
Lí
de
pe
te
de

ni

pág. 128



rários qualificados, de técnicos e cientistas, assegurar uma velhice digna. Significa construir mais centros de ensino do que prisões, afirmar o pluralismo ideológico e lutar incansavelmente para o seu exercício quotidiano.

Tudo isso é hoje educar. É este o ensino que devemos levar aos jovens dentro e fora das aulas com a classe e o exemplo da nossa vida diária”.

Este homem que nas suas ideias e na sua acção é a antítese da ditadura, foi detido pela primeira vez a 9 de Julho de 1973, poucos dias após o golpe de Estado, quando participava numa manifestação pacífica contra a ditadura no meio de uma greve geral que paralisava o país. O governo, tal como fizera com Artigas a oligarquia de Montevideo, depejou-o do seu posto de general. No entanto, a população do interior proclamou Artigas como o “Protector dos Povos Livres” e os seus descendentes nomearam Seregni como o General do Povo.

A pressão popular e a opinião pública mundial

obrigam o regime a decretar a sua liberdade em Novembro de 1974. Mas a sua segurança pessoal preocupava os seus familiares e amigos, que o aconselharam a asilar-se numa das embaixadas dos vários países amigos dispostos a recebê-lo. Ele, porém, sempre se negou a fazê-lo.

«Lutar pela Liberdade»

A 11 de Janeiro de 1976 é novamente detido. E é submetido às mais cruéis condições de reclusão. A ditadura pretende com isso destroçá-lo intelectualmente. Durante meses alimentaram-no dando-lhe apenas três caldos aguados por dia, mantendo-o num quarto sem luz onde apenas se podia mover. A atitude da sua mulher protestando junto do comandante-chefe do Exército e a difusão da sua situação ante a opinião pública mundial, determinaram que lhe fosse melhorado o tratamento, tendo as autoridades do regime trasladado para a Prisão Central do Comando da Polícia de Montevideo, onde se encontra desde então.

O general Seregni foi detido em companhia de outros camaradas de armas, o General Victor Licandro e o Coronel Carlos Zufriategui, dois dos mais brilhantes militares uruguaios, presos por terem defendido em todo o momento a ordem constitucional, e que se encontram em precário estado de saúde, devido às extremas condições de reclusão a que foram submetidos.

Num país onde o direito foi banido, onde se institucionalizou a tortura e se assassinava impunemente os dissidentes, a vida do general Seregni, convertido num símbolo da resistência do seu Povo, corre um permanente perigo. No entanto sabemos que apesar da arbitrária e bárbara condenação que lhe foi imposta, a sua firmeza de espírito não foi tocada. E, tal como antigamente, envia agora da prisão uma mensagem a todos os patriotas: “Lutar, lutar pela liberdade, que para lá da escuridão há uma luz que nos espera. Até à vitória, companheiros!”

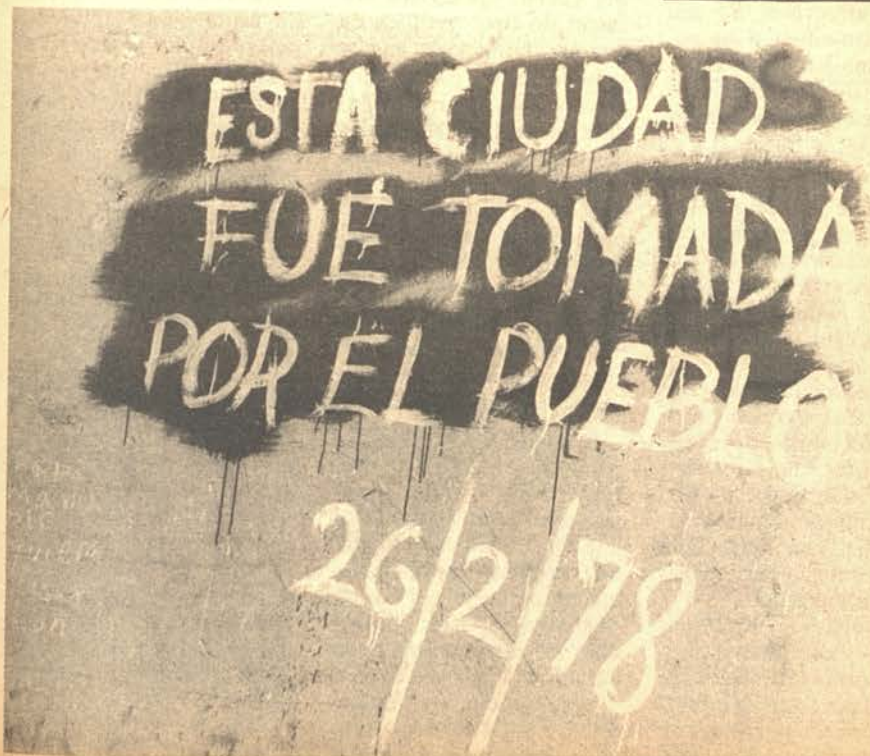
NICARÁGUA

Monimbó rebelde!

*As jornadas heróicas e sangrentas da insurreição de todo um povo
contra a ditadura.*

*O seu protesto foi calado a sangue e fogo
mas o povo nicaraguense não se curvou.*

Ignácio Briones Torres



Ba

A vio
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territór
nes e in

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
colóni
ca. N
estabe
volviri
te ori
eram
denta
por r
rio in

As
gove
dura
g e r
(195
quar
nego
Assé
eleit
shei

10

IN

Isl

Ca
Lí
de
pe
te
de

n

pág. 128

Nicarágua **N**UMA das nossas línguas indígenas pré-hispânicas Monimbô significa "lugar à beira da água". Na história da luta do povo nicaraguense contra a ditadura de Somoza, Monimbô é agora um símbolo semelhante a Guernica para a Espanha Republicana ou Lidice para a RDA.

No dia 26. de Fevereiro de 1978 o ditador Anastasio Somoza Debayle decretou o extermínio de Monimbô, um bairro da cidade de Masaya, a 20 km da capital da Nicarágua, como castigo pela sua rebeldia heróica de mais de dez dias, durante os quais os minimbosenhos proclamaram o seu bairro "território livre da Nicarágua".

O decreto foi cumprido com a característica ferocidade dos fascistas mas Manimbô sobreviveu ao seu holocausto e hoje o seu nome é uma bandeira, assim como o de Sandino ou as siglas da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Ano após ano, desde 1934 quando o fundador da ditadura, cumprindo ordens dos norte-americanos, assassinou o general Augusto César Sandino, o povo da Nicarágua combate na maioria das vezes em condições desvantajosas, contra os seus opressores. A longa luta jamais fez recuar os patriotas e hoje, quarenta anos mais tarde, conforme o expressa numa acertada e feliz frase, Jorge Turner, estamos a viver "a agonia do somozismo".

Uma ditadura, no entanto, não morre por si só e muito menos a somozista que sempre contou com o apoio dos imperialistas de Franklin Roosevelt a Jim-



Augusto César Sandino, Herói do povo nicaraguense.

my Carter, apesar dos disfarces do tipo "política de direitos humanos" que o império utiliza para exportar a sua imagem. As ditaduras devem ser liquidadas pelos próprios povos oprimidos e isso é o que está a ocorrer na Nicarágua onde prevalece um estado de insurreição popular que o regime é perfeitamente incapaz de controlar.

O princípio do fim

A agonia do somozismo começou no dia 27 de Dezembro de 1974, três semanas depois do actual ditador ter iniciado um segundo mandato presidencial que termina no dia 1.º de Dezembro de 1981; porém nem mesmo Somoza pode assegurar a sua conclusão.

Naquele dia um comando da FSLN tomou vários altos dignatários do regime

como reféns e trocou-os por vários militantes presos e um milhão de dólares. No dia 28 Somoza impôs o Estado de Sítio e a censura prévia na Imprensa que os seus censores aplicaram com especial ódio aos jornalistas.

O silêncio de todos os órgãos de Informação durou dois anos e nove meses e quando recordou a precária liberdade permitida tradicionalmente pelo somozismo a maioria dos jornalistas converteu os seus órgãos em verdadeiras trincheiras de luta pela libertação. Nunca o jornalismo nicaraguense foi mais combativo e nunca antes na sua história assumiu uma tão grande responsabilidade. Chegara a hora de ajustar contas com a imensa corrupção administrativa da ditadura, de denunciar o desaparecimento de centenas de camponeses capturados pelas tropas governamentais em diferentes regiões do país e exigir a sua liberdade, de reclamar aos gritos a justiça face aos desmandos do regime.

Em Outubro de 1977 a FSLN lançara várias ofensivas contra Somoza mostrando o quanto estava distante dos factos a versão oficial da sua liquidação. Grupos de cidadãos até então afastados da actividade política exigiram um diálogo ao ditador orientado para a busca de uma solução política. Somoza, prepotente, não atendeu ao apelo. Foi nestas circunstâncias que um bando de criminosos associados com influentes elementos do regime — segundo as suas próprias confissões — assassinaram o director de La Prensa, Dr. Pedro Joaquim Chamorro.



Manifestação em Monimbó com a bandeira da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

O assassinio de Chamorro, ocorrido no dia 10 de Janeiro, fez ultrapassar todos os limites da indignação popular e o povo lançou-se às ruas durante três dias para protestar, reclamar e mostrar a sua disposição de acabar de uma vez para sempre o somozismo.

Treze dias depois começou uma greve geral que paralisou 80 por cento das actividades do país e que exigiu unanimemente a renúncia de Somoza como a "última esperança de paz e concórdia". O Governo, diziam os comunicados da iniciativa privada, dos partidos políticos e das centrais sindicais, não está em condição de oferecer justiça, nem ordem, nem confiança. Estas palavras continuavam a ter uma vigência

absoluta.

No dia 2 de Fevereiro, numa extraordinária operação, comandos sandinistas tomaram as importantes cidades de Granada (a primeira construída pelos espanhóis em toda a América Latina) e Rivas, bem como a aldeia fronteiriça de Penas Blancas. Estes bem sucedidos ataques, bem como o crescente incremento da combatividade popular manifestada em todas as cidades alarmou o representante dos Estados Unidos, um apátrida de origem cubana, naturalizado norte-americano, Maurício Solaun que, com o peso da sua influência nos sectores empresariais, obteve o fim da greve, dividindo deste modo a unidade nacional contra a ditadura.

Monimbó na vanguarda

No entanto o povo continua a lutar e na sua vanguarda colocaram-se os habitantes de Moninbo. Já fazia um mês que participavam das acções anti-ditatoriais quando a 10 de Fevereiro se dispuseram a baptizar a antiga praça de San Sebastian, no coração do bairro, com o nome do jornalista assassinado. O acto foi conjugado com uma missa à qual assistiram cerca de duas mil pessoas.

Neste mesmo dia às cinco da tarde iniciaram-se os confrontos com a Guarda Nacional. Há vários dias as patrulhas militares haviam-se proposto impedir toda a manifestação popular em

Bar

A vio
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaçã
territóri
nes e in

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
coloni
ca. N
estabe
volviri
te ori
eram
denta
por r
rio in

As
gove
dura
g e r
(195
quar
nego
Asses
eleit
shei

10

IN

Isl

Ca
Lí
de
pe
te
de

n

pág. 128

Nicarágua

qualquer cidade. Qualquer ajuntamento ainda que fosse só de três pessoas era dissolvido com bombas de gás lacrimogéneo, golpes de corrente e tiros de espingarda Garand. O procedimento também foi aplicado contra os habitantes de Monimbo. Estes porém, quando se viram atacados, responderam com bombas de pólvora que costumam fazer rebentar nas suas festas.

Alguns tomaram velhos fuzis de caça, rifles 22 e usaram-nos em sua defesa. A Guarda Nacional teve que retirar-se e os monimbosenhos tornaram-se donos do seu bairro. Levantaram barricadas nas principais vias de acesso e montaram guardas permanentes à sua volta. Durante as noites acendiam fogueiras e inventaram um curioso meio de comunicação entre os bairros distantes e o seu para vigiar a mobilização dos efectivos militares da ditadura. De repente a altas horas da noite soava um estranho assobio que não se podia precisar se provinha de uma boca ou de um aparelho especial desconhecido. Estes silvos indicava aos defensores do bairro onde se deslocava alguma patrulha, quantos veículos a compunham e quantos homens vinham nos mesmos.

Em pé de guerra

As tropas aproximavam-se do bairro e abriam fogo. Monimbo em pé de guerra respondia ao ataque. Durante noites inteiras escutava-se o pipocar das armas de fogo, em toda a zona. Ao amanhecer os soldados

A resistência prossegue

O massacre de Manimbó não marcou, nem um reflexo, nem uma pausa, na ofensiva do povo nicaraguense contra a tirania de Somoza. Estudantes, camponeses, trabalhadores e habitantes de várias cidades continuaram a afirmar a sua decisão de luta através de manifestações, greves e constantes protestos.

Também a Frente Sandinista de Libertação Nacional continuou a golpear a ditadura. No dia 8 de Março, menos de um mês após o massacre de Monimbó, o seu responsável mais directo, o chefe do Estado Maior da Guarda Nacional, general Reynaldo Perez Vega, foi executado por um comando sandinista na capital, em Manágua.

No dia 1.º de Maio registaram-se manifestações em todo o país. Na localidade de Masatepec, a 40 km de Manágua, a Guarda Nacional abriu fogo sobre uma manifestação, ferindo várias pessoas.

No dia 14 deste mês um novo crime somozista: Pedro José Chamorro, primo de Dom Pedro Joaquim Chamorro, director de La Prensa e dirigente da UDELPA, assassinado em Janeiro, foi igualmente morto num atentado praticado por agentes do governo.

O novo crime provocou nova onda de manifestações em todo o país, que se repetiram por mais de uma semana, nos mais distintos pontos de Nicarágua. Nos dias 24, 25 e 26 de Maio, uma sublevação semelhante à de Monimbó ocorreu na cidade de Esteli. Dezenas de edifícios públicos e negócios pertencentes a dignatários do regime somozista foram incendiados por milhares de manifestantes que chegaram a controlar boa parte da cidade. Neste mesmo período, Somoza determinou o encerramento de cinco emisoras de rádio na capital que insistiam em dar notícias sobre o que ocorria em Esteli.

Na mesma semana, a FSLN lançou nova ofensiva, multiplicando emboscadas e ataques a postos da Guarda Nacional em diversos pontos do país.

O mês de Junho iniciou-se num clima de constante ebulição. No dia 8 assinalavam-se grandes manifestações nas cidades de Matagalpa e Jinotepec. Estudantes e moradores entraram em choque com a Guarda Nacional, que só conseguiu dominar a situação depois de várias horas.

O massacre de Monibó, executado por Somoza como uma "solução final" de intimidação do povo nicaraguense, parece ter tido o efeito oposto ao esperado e ter aberto o caminho a novas sublevações populares todas as semanas.



Um comício relâmpago contra o somozismo.

retiravam-se para os seus quartéis e de noite voltavam. Os habitantes do bairro não cediam uma polegada.

Vários dias se passaram nestes combates desiguais até que as bombas de pólvora passaram a levar pedaços de vidro capazes de perfurar o corpo de uma pessoa. Com ferros arrancados de um velho camião inutilizado foi fabricada um espécie de bazooka que soava com as armas primitivas e que se revelou de uma eficácia incrível.

A noite em que foi estreada foi para os soldados como se estivessem a enfrentar um outro exército. Os monimbo senhos ganha-

ram outras ruas noutros bairros. O povo então incendiou várias casas de pessoas fortemente ligadas ao regime, especialmente a do presidente da Câmara dos Deputados, um senhor que tradicionalmente vem arrebatando as terras aos camponeses e que recentemente havia vendido um vulcão, uma laguna e terras adjacentes, todas obtidas mediante sujas manobras despojando dos seus direitos uma comunidade vizinha.

A resistência de Monimbô transpirou para o Mundo. Por vezes durante o dia permitiam a visita dos jornalistas estrangeiros e o bairro sempre esteve aberto

aos jornalistas nacionais independentes. A todos os monimbo senhos faziam iguais pedidos de armas: **Que venham os companheiros da Frente Sandinista combater junto connosco** — diziam. **Se alguém puder comunique aos rapazes que estamos a precisar delas e que os esperamos.** Nas paredes das suas casas também apareceram estes pedidos.

De acordo com um comunicado da FSLN foi pouco antes do domingo, 26 de Fevereiro, que essa organização mandou um dos seus quadros o jovem Camilo Ortega Saavedra, que foi capturado ferido pela Guarda Nacional e lo-

Ba

A violên-
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territór
nes e in

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
colóni
ca. N
estabe
volvir
te ori
eram
denta
por r
rio in

As
gove
dura
g e r
(195
quar
nego
Assé
eleit
shei

10

IN

Isl

Ca
Li
dê
pê
te
de

n:

pág. 128

trá
dado como morto em
bate. As autoridades
entregaram o cadáver a
mãe, que só pode vê-lo
stantes antes de ser sepul-
tado no cemitério geral de
Manágua pela própria
Guarda Nacional.

O massacre

Igual ao que fez Fulgên-
cio Batista em 1958, de-
pois da greve geral convo-
cada por Fidel, que não foi
capaz de derrubá-lo de imedi-
diato, Somoza celebrou o
fim da greve nicaraguense
com uma concentração dos
seus partidários no dia 26
de Fevereiro.

Para juntar um pouco
mais de 25 mil pessoas o
Governo ameaçou todos os
funcionários públicos (cer-
ca de 50 mil) de despedi-
mento se não compareces-
sem, utilizou todos os veí-
culos de transporte colecti-
vo que na sua maioria per-
tencem a oficiais superiores
e mais de um milhão de
cordobas (150 mil dólares)
em subornos.

Em Monimbô, em lugar
de obstáculos, os habitan-
tes cavaram enormes sulcos
nas estradas tornando im-
possível o trânsito de
quaisquer veículos.

Escondido atrás de uma
cabine de cristal blindado,
protegido até dos maus
olhares, Somoza apresen-
tou-se à concentração dos
seus amigos ao meio-dia de
domingo, 26, e enquanto
as suas palavras faziam cha-
madas à conciliação da fa-
mília nicaraguense, as suas
tropas indubitavelmente
obedecendo às suas ordens
começaram o massacre de
Monimbô.

Eram doze horas e quin-
ze minutos de domingo, 26
de Fevereiro de 1978. Num

terreno baldio nos limites
do bairro, na saída de Mo-
nimbô para Niquinohomo,
a aldeia onde nasceu Sandi-
no, vários jovens monimbo-
senhos jogavam baseball
quando começaram a ou-
vir-se os primeiros disparos.
Um helicóptero desceu
sobre o pátio e saltaram vá-
rios militares que captura-
ram os meninos.

Rosario Cajina de Ruiz,
mãe de um dos detidos,
ofereceu os seguintes testem-
unhos à Comissão Perman-
ente dos Direitos Humana-
nos da Nicarágua: Teste-
munhas oculares entre as
quais vários auxiliares da
Cruz Vermelha disseram-
me que o meu filho junta-
mente com outros compa-
nheiros foram capturados
ali mesmo enquanto se pro-
duziam disparos e cenas de
violência cujos detalhes
desconheço. Sei no entanto
que levaram o meu filho vi-
vo. No dia seguinte, porém,
vi a sua foto em *Novedades*
(o periódico de Somoza) já
morto e com a informação
de que havia perecido num
combate no entroncamen-
to de Catarina... Não me
quiseram entregar o cadá-
ver e o trouxeram para
Maasaya, na quinta-feira 2
de Março. Veio num cam-
ião militar guardado. Não
me deixaram levar o corpo
do meu filho para casa,
transladaram-no directa-
mente para o cemitério,
onde permitiram que nós
os familiares o vissemos
momentos antes de ser se-
pultado. Tanto na morgue
como aqui em Massaya não
deixaram que vissemos
mais que a cara. Enterra-
ram-no sem a permissão do
médico forense...

Em todas as outras entra-
das de Monimbô ocorreram
cenas similares. A operação

militar da ditadura fora
planeada até aos mínimos
detalhes e estava a ser exe-
cutada a sangue e fogo com
aviões, tanques e forças de
infantaria. Mas sobretudo
com crueldade e vantagem.
Uma operação de arrasar,
com um poder de fogo co-
mo para fazer frente a um
exército inimigo fortemen-
te armado, foi lançada con-
tra uma população pratica-
mente desarmada.

Caiem as crianças sobre o
embate das balas, corriam
as mulheres desesperadas
procurando onde proteger-
se. No interior de uma ca-
sa humilde os pais e os avós
de um menor escondiam-se
num dos cantos do imóvel.
A criança ficou do outro
lado da sala, quando quis
cruzar rumo ao local onde
estavam os pais um soldado
brincou ao tiro ao alvo
com a sua cabeça varando-
lhe o crânio.

Os soldados apontaram
directamente para o ventre
de uma senhora grávida de
nove meses. Os vizinhos vi-
ram-na morrer numa imen-
sa poça de sangue sem nada
poderem fazer por ela. O
dantesco relato foi feito
pela senhora Norma Casti-
llo de Gonzalez perante a
Comissão Permanente dos
Direitos Humanos da Nica-
rágua, coordenada pelo Dr.
José Esteban Gonzalez.

Era uma caçada humana
com as armas nas mãos das
feras, afirma um membro
da Cruz Vermelha.

Os feridos aumentavam a
cada minuto e foi improvi-
sada uma clínica de emer-
gência que logo recebeu o
fogo de morte de um tan-
que que pulverizou a choça
e os feridos. Ao mesmo
tempe os helicópteros lan-
çavam gás lacrimogéneo até
escurecer o bairro.



O veículo de um funcionário da ditadura, incendiado pelo povo.

O nutrido fogo permitia apenas distinguir quantos caíam e quantos conseguiram alcançar uma casa e esconder-se nela. Dois meninos que haviam sido atingidos por balas e dados como mortos pelos soldados que os viram cair puderam observar que sete companheiros seus haviam logrado entrar num cinema. Foram retirados por patrulhas minutos mais tarde. Dois "bufos" que os monimbenhos conseguiram capturar (ver foto) confessaram que essas sete pessoas haviam sido fuziladas imediatamente após a sua captura. Entre esta e a execução só passou o tempo correspondente à sua transferência para um pátio vizinho, no qual foram enterrados, segundo outro testemunho recebido pela Comissão de Direitos Humanos.

Hoje a tensão prossegue

À meia-noite toda a Masaya havia caído em poder dos soldados. Uma vitória sobre o povo desarmado. Na manhã do dia 27, numa espécie de caricatura da entrada das tropas nazis em Paris, os tanques de guerra de Somoza atravessaram a rua principal da cidade abrindo passagem aos tratores de limpeza que recolhiam sangue e membros mutilados de pessoas como se fosse lixo.

Outros helicópteros — ou os mesmos — advertiam do ar que "as autoridades não permitiriam distúrbios e que abririam fogo contra quem desrespeitasse a ad-

vertência". As comunicações com a cidade foram cortadas e ninguém pôde mais entrar ou sair da mesma.

Hoje, sob o pretexto do "progresso", o Exército está a abrir muitas novas ruas em Monimbô, na previsão de novas rebeldias, para poder invadir o bairro por mais pontos ou dividi-lo em distintos blocos.

Uma concentração programada para o dia 10 de Março, ao cumprirem-se sessenta dias do assassinato de Chamorro foi proibida. A Guarda Nacional permanece em Monimbô tão tensa como os habitantes, porém mais cansada que todo o povo da Nicarágua.

Ba

A vio
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigent
natos p
la corr
ameaç
territó
nes e in
O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
coloni
ca. N
estabe
volvir
te ori
eram
denta
por r
rio in
As
gove
dura
g e r
(195
quar
nego
Ass
eleit
she

10

IN

Isl

Ca
Li
de
pe
te
de

n

pág. 128

S. DOMINGOS

A derrota de Balaguer

*Os resultados eleitorais marcam o fim de um regime
instaurado sob a protecção dos «marines» norte-americanos
mas isso não significa
que os caminhos da revolução
estejam livres de obstáculos.*

*As forças progressistas estão dispostas
a manter o novo clima de liberdades democráticas
e exigem a participação em pé de igualdade
das organizações políticas.*

PARA se poder interpretar os recentes acontecimentos na República Dominicana há, necessariamente, que se remontar à guerra de Abril de 1965. A actual crise é o mero culminar de um processo contraditório, proveniente da imposição de Balaguer, durante 12 anos, contra a vontade popular e o ascenso das novas classes.

A 28 de Abril de 1965, tropas dos Estados Unidos invadem o território dominicano com o objectivo de liquidar uma revolta civil e

militar que procurara restaurar o governo constitucional de Juan Bosch e do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), que há um ano e cinco meses tinha sido derrubado por um golpe militar planeado em Washington.

O motivo da invasão (42 mil **marines**, mais do que os então existentes no Vietnam) era impedir o regresso de um governo reformista, que durante sete meses de administração havia imposto novas regras de jogo ao investimento es-

Rámon Colombo

trangeiro e havia travado, através de leis moderadas, o poder económico e político da oligarquia.

Realmente a Constituição de 1963, que servia de suporte ao governo de Bosch, definia no artigo 23 os limites da propriedade da terra e no seu artigo 25 estabelecia restrições às empresas estrangeiras sobre os recursos naturais.

O ASCENSO DE BALAGUER

Os combatentes nacionalistas, encabeçados pelo coronel Francisco Caamaño Deñó, foram obrigados pelo invasor, após sofrerem mais de sete mil vítimas, a entrichar-se num pequeno sector da capital, estabelecendo-se um longo processo de negociações que conduziu, finalmente, à instauração de um governo provisório e à abertura de um "processo eleitoral" completamente anómalo, continuando o país sob ocupação das tropas norte-americanas e dos seus lacaios da chamada Força Interamericana de Paz.

O doutor Joaquín Balaguer, herdeiro da presidência da República após a queda da tirania de Trujillo (Maio de 1961), exilado nos Estados Unidos a partir de 1962 e de regresso ao país durante a contenda, "ganhou" as "eleições" de 1966 com o seu Partido Reformista.

O candidato opositor, Juan Bosch, não pode sequer fazer a campanha eleitoral, completamente manietado pelas forças de ocupação.

No primeiro plano apresentado pelo governo de Balaguer, este propunha criar as bases para a invasão massiva de capitais norte-americanos em todos os sectores da economia, e, juntamente com ela (como algo de natural), aplicar uma "solução final" no vigoroso auge revolucionário, desencadeado desde a queda da tirania.



Desta vez a máquina publicitária de Balaguer não surtiu efeito, foi derrotado.

O povo dominicano nunca se vergou passivamente à opressão. Foi baseado na luta que ele soube conquistar a sua condição de nação independente, opondo-se ao entreguismo das classes dominantes.

Conscientes do alto grau de politização do povo de S. Domingos, Balaguer e o imperialismo instauraram um sistema repressivo sem precedentes na República Dominicana, mesmo se comparado com a tirania de Trujillo.

Durante os quatro primeiros anos de governo, a resposta oficial face a qualquer voz dissidente foi sempre a mesma: a morte. Centenas de valiosos combatentes constitucionalistas foram vítimas de uma autêntica caça às bruxas, executada pela CIA e pelos corpos repressivos locais.

Segundo um censo realizado pela Amnistia Internacional, o saldo de doze anos de governo de Balaguer é constituído por 3200 assassinatos políticos, sem contar com os desaparecidos, cujo montante não se tem um ideia precisa.

REGALIAS PARA O CAPITAL ESTRANGEIRO

Juntamente com a implantação deste plano básico, no campo do trabalho, Balaguer decretou imediatamente o congelamento dos salários dos operários, medida que se encontra ainda em vigor, apesar da inflação atingir um ritmo anual de 14 por cento. Tomando como base o ano de 1969, o poder aquisitivo do peso dominicano havia baixado 46.7 centavos em cada peso para os assalariados que ganham entre 50 e 100 pesos, ao mês.

Os sindicatos foram reduzidos ao silêncio, mediante o assassinato de vários dos seus mais importantes dirigentes (entre eles o doutor Guido Gil, assessor jurídico dos operários da **Central Romana Corporation**) e a prisão e a deportação de muitos outros.

A política de entrega ao capital estrangeiro materializou-se com base nas seguintes leis: Financeira

Bal

A vic
são as c
da histó
mo ante
e, no se
país te
virtual
dirigen
natos p
la corr
ameaç
territó
nes e i

O B
Paquis
foi cr
1947,
ções n
do pô
em ex
colón
ca. N
estabe
volvir
te ori
eram
denta
por r
rio ir

As
gove
dura
g e r
(195
quar
nego
Asse
eleit
shei

10

IN

Isl

Ca
Lí
dê
pe
te
de

ni

pág. 126

São Domingos (1966), de Incentivo Industrial (1968), de Incentivo Agropecuário (1970), das Zonas Francas (1970), Mineira (1971), de Incentivo Turístico (1971) e dos Bancos Hipotecários (1971).

Com este articulado legal concederam-se enormes vantagens ao capital estrangeiro, como exoneração de impostos e de outros encargos sobre as indústrias, livre importação de matérias primas e de combustíveis, ausência de controlo sobre os rendimentos, expatriação de lucros, etc.

Outro aspecto da política económica de Balaguer foi o trespasse sistemático das propriedades do Estado (herdadas do governo de Trujillo) permitindo que as empresas estrangeiras concorram com o Estado em todas as áreas que antes eram de sua exclusividade.

Foi assim que o capital estrangeiro tirou enormes benefícios da intervenção armada de 1965. Os investimentos directos de capital estrangeiro que se produziram desde esse ano até 1974 totalizavam, segundo a Overseas Private Investment Corporation dos Estados Unidos, 220 milhões de dólares.

Estas cifras referem-se unicamente aos "novos investimentos" (sem determinar com precisão o período a que se referem) — mas não incluem os 41 milhões da Rosario Resources para a exportação do ouro e da prata; os 200 milhões de investimento da Gulf and Western (principal beneficiária da invasão dos minerais); os investimentos da Alcoa na exploração de bauxite, o controlo total

A vitória do PRD e o fracasso do golpe de estado

A contagem dos votos das eleições de 16 de Maio foi violentamente interrompida na madrugada do dia 17 por uma das facções militares que têm servido de suporte ao governo ianque-balaguerista.

A interrupção produziu-se ante as primeiras evidências de triunfo do Partido Revolucionário Dominicano (PRD) e pôs o país à beira da guerra civil. Washington, porém pressionou por todas as vias o governo de Balaguer e os militares que pretendiam executar o golpe, para que desistissem desse propósito. Para a Casa Branca, o ascenso do PRD ao governo não representa já uma ameaça para os seus interesses políticos e económicos no país e no Caribe.

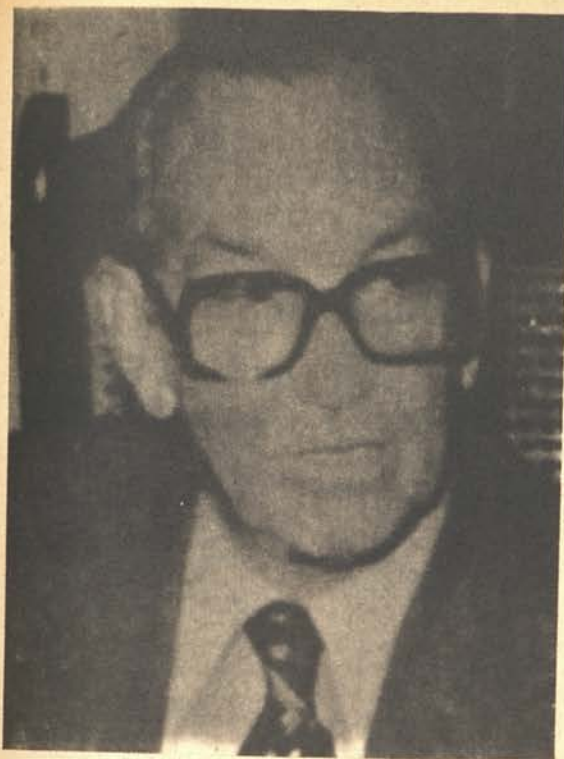
Com efeito, a participação do PRD nestas eleições só foi possível após o assentimento da Administração Carter, mas a troca de grandes concessões por parte daquele partido: eliminação das principais reivindicações do programa do partido incluídas desde a guerra de 1965 (nacionalização das empresas estrangeiras, reformas profundas nas estruturas económicas, resgate da soberania nacional e estabelecimento de relações com os países socialistas).

Durante os últimos cinco anos, simultaneamente com a subida da direita aos postos directivos do partido, o PRD desenvolveu uma política de aproximação aos "liberais de Washington" que, finalmente, lhe abriram as portas do governo, do qual — pela força — se tinha mantido à margem, não obstante constituir o principal partido de massas da história contemporânea dominicana.

Ao cabo de doze dias, a 28 de Maio, foram dados a conhecer os resultados das eleições:

	votos
PRD (António Guzmán)	832 504
PR (Joaquín Balaguer)	682 830

Vinte e sete por cento dos 2 200 000 votantes abstiveram-se de concorrer às urnas. Um dos factos mais importantes destas eleições é, além da elevada percentagem de abstenções, o facto das restantes organizações que a elas concorreram (PLD, PCD, UPA, PRSC, MIDA, MSN, POD, PDP) não terem obtido nem sequer o número de votos necessários, a nível nacional, para continuarem a possuir o reconhecimento jurídico da Junta Central Eleitoral.



Guzmán, o vencedor.

António Guzmán, o novo presidente, é membro proeminente de um dos sectores mais influentes da oligarquia latifundiária do norte do país.

Guzmán, de 67 anos de idade, foi Ministro da Agricultura durante o governo de sete meses do prof. Juan Bosch (1963). Em 1965 fez parte do governo constitucionalista do coronel Caamaño, sendo um dos elementos activos nas negociações que se travaram com as forças militares norte-americanas de ocupação para se pôr termo às hostilidades e para a constituição de um governo provisório, que acabaria por ser formado por Héctor García Godoy.

O seu programa de governo — delineado já a nível de partido — encaminhar-se-á, segundo as promessas feitas, a propiciar o restabelecimento garantias constitucionais, a lutar contra a corrupção, organizar a economia do país, implusionar o desenvolvimento da burguesia (com quem a oligarquia estabelece aliança), a regulamentar o investimento estrangeiro (no que estão interessadas as próprias multinacionais) e, obviamente, a fortalecer a institucionalização dos poderes.

De qualquer das formas, o governo do PRD estará sob a apertada observação por parte de quem, em primeira e em última instância, controlam as regras de jogo político dominicano: os Estados Unidos. A força do novo governo é suficientemente limitada nas duas câmaras do Congresso e nos municípios, o que não lhe permite grandes liberdades.

das comunicações (GTE, ITT e RCA) e o controlo aéreo e marítimo.

Junte-se ainda ao atrás referido os investimentos de organismos internacionais controlados pelos Estados Unidos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com mais de 200 milhões de dólares, o Banco Mundial e a USAID no campo agrícola.

No sector turístico, as grandes multinacionais (Sheraton — ITT, Loew's e Gulf and Western) monopolizam quasi toda a actividade, com um investimento calculado em mais de 100 milhões de dólares. No que respeita ao sector financeiro, antes sob controlo do capital canadiano, passou para as mãos dos mais conspícuos representantes da banca norte-americana: Chase Manhattan, First National City, The Bank of America e o Bank of Boston:

A política de penetração massiva do capital imperialista não deixou ao país os benefícios anunciados pelos seus propagandistas. Durante o governo de Balaguer foram criadas 292 empresas, mas elas apenas garantiram emprego a 23 mil dominicanos, o que é manifestamente insignificante se se tomar em conta que todos os anos são cerca de 600 homens e mulheres que entram para o exército de desempregados. A taxa de desemprego e subemprego, segundo dados da OIT, atinge os 60 por cento da força de trabalho existente no sector agrícola.

E os lucros?

Basta mencionar, como forma de exemplo, a Fal-

S. Domingo conbridge, empresa que explora os jazigos de ferroníquel: o seu investimento ascende a 190 milhões de dólares. De 1973 a 76, esta empresa vendeu minério ao estrangeiro no valor de 457.7 milhões de dólares. Deste montante, o Estado Dominicano recebeu apenas 11 milhões, ou seja 2,4 por cento do total exportado.

Por outro lado, a balança comercial do país deteriora-se dia a dia, enquanto a dívida externa atinge a bonita cifra de cerca de 1000 milhões de dólares, verdadeiramente astronómica se se considerar que em 1965 ela representava apenas 136,6 milhões.

Podemos concluir então que as consequências da invasão de 1965 constituíram para o povo e para a classe operária, em particular, a crescente perda do seu poder de aquisição devido à inflação galopante e à congelação de salários, ao mesmo tempo que se faziam sentir as medidas repressivas para impedir a sua organização sindical e política. Para o país foi a desnacionalização da sua economia, a aprofundização do seu grau de dependência a um nível neocolonial, deterioração da balança de pagamentos e aumento da dívida externa. Para o capital monopolista, ao invés, uma considerável taxa de rentabilidade dos seus investimentos.

A cena política

Desde que foi posto no poder, Balaguer sempre contou com o apoio irrestrito de Washington. Poder-se-ia afirmar, sem medo

de errar, que os aspectos fundamentais da sua política foram tecnicamente traçados a partir da "White House". Os Estados Unidos casaram Balaguer com os grupos oligárquicos, que haviam contribuído para a sua saída do país em 1962, e com um exército devidamente "reciclado" com as experiências realizadas no Brasil, Argentina, Chile e de outros países.

"Reciclar" os militares dominicanos significou eliminar do seu seio qualquer vestígio de dissidência quanto aos contornos da política norte-americana; qualificar em técnica e capacidade os altos comandos no manejo da política "civil" e impor um estrito controlo sobre a própria organização das forças armadas.

Com este apoio, Balaguer e o seu Partido Reformista puderam manejar cada um dos acontecimentos a seu bel prazer, mesmo até as campanhas eleitorais de 1970, 74 e de 78, recentemente realizadas.

A repressão sistemática contra todas as forças que se tinham oposto à invasão de 1965, permitiu a Balaguer apresentar-se sozinho às eleições de 70, já que o partido de maior implantação popular, o PRD, se absteve de participar, seguindo uma tese então apresentada pelo seu líder Juan Bosch. E, de facto, o clima eleitoral que se vivia então não oferecia nenhuma garantia à oposição.

A primeira parte do segundo período do governo (1970-74) é dedicada à repressão dos grupos de esquerda, sobretudo o Movimento Popular Dominica-

no. Repressão esta executada com toda a assessoria técnica por parte da CIA. Repressão, no entanto, que não é capaz de impedir as mobilizações de massa contra o congelamento dos salários e a favor da entrega da terra aos camponeses. Quando, entretanto, se multiplicam as ocupações de latifúndios em todo o país.

Em 1972, nasce a Central Geral de Trabalhadores à qual afluem cisões da Confederação de Sindicatos Cristianos, organizações operárias independentes e alguns sindicatos controlados pelo Movimento Popular Dominicano, que devido à tremenda repressão havia perdido grande parte da sua capacidade de penetração na classe operária.

Em princípios de 1973, entra no país, à frente de um reduzido grupo de guerrilheiros, o coronel Caamaño Deñó, figura lendária que tinha dirigido a luta contra o invasor em 1965. O grupo foi no entanto rapidamente exterminado. A morte de Caamaño levou a PRD a uma profunda crise, que leva Juan Bosch a abandonar o partido e a criar o Partido de la Liberación Dominicana.

De uma forma resumida, podemos caracterizar o segundo período do governo de Balaguer pela tentativa de fazer calar o descontentamento popular e de fazer ampliar as bases de penetração do capital estrangeiro, ao mesmo tempo que decreta certas medidas de carácter demagógico, como as leis agrárias, com as quais subtrai uma migalha ao poder dos terratenientes.

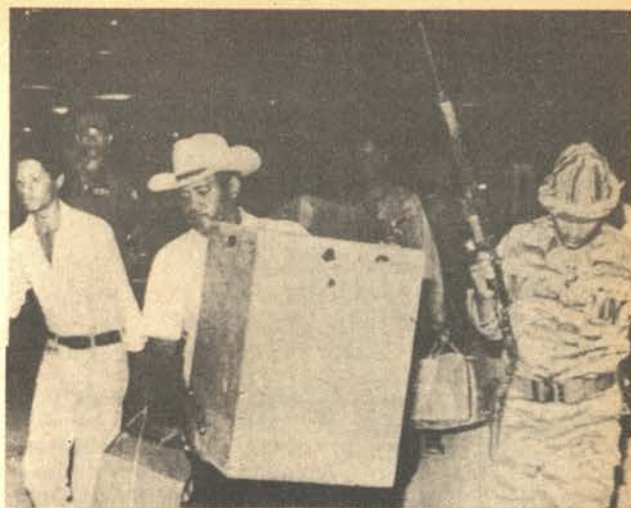
A oposição se reorganiza

No momento em que inicia a campanha eleitoral de 1974, onde Balaguer procura ser reeleito pelo terceiro mandato consecutivo, desencadeia-se a todos os níveis da oposição um processo de unificação que culmina com a aliança *Acuerdo de Santiago*. Esta frente agrupou o PRD, o Partido Quisqueyano Democrata (PQD), a Unión Cívica Nacional (UCN), o Partido Revolucionário Social Cristiano (PRSC) e o Movimiento Popular Dominicano.

O *Acuerdo de Santiago* consegue catalizar o grande descontentamento que se manifesta através de grandes manifestações de massa em que a oposição exhibe um programa de reformas propondo o ascenso de sectores da burguesia nacional e de franjas da oligarquia afectadas pelas leis agrárias de Balaguer. E, deste modo, se juntam à oposição alguns descontentes do regime, opositores à política de continuidade.

Ante a iminência do triunfo da oposição, os militares lançam-se à rua em apoio da candidatura de Balaguer; o que provoca a abstenção às urnas de toda a oposição. Deste modo, Balaguer "reelege-se" com votos de menos de 20 por cento do eleitorado que concorre às urnas.

Durante os últimos quatro anos de governo Balaguerista produziram-se na oposição vários acontecimentos significativos. Neste período, o PRD efectua



O sequestro das urnas, última tentativa de impedir a derrota de Balaguer.

uma viragem de 180 graus para a direita, viragem consequente com a absorção pelo imperialismo da débil burguesia nacionalista e dos sectores das classes médias que integram a estrutura dirigente do dito partido. Do programa do PRD desapareceram todas as medidas nacionalistas que o caracterizavam anteriormente, como sejam a nacionalização de algumas empresas estrangeiras. A viragem foi tal que hoje em dia não se vêem muito claramente as diferenças entre o Partido Reformista de Balaguer e o PRD. Os dirigentes do PRD, durante todos estes anos empenharam-se em demonstrar a Washington que não representam um perigo para os interesses norte-americanos e que também podem ser melhores administradores dos sectores públicos, onde a corrupção alcançou níveis nunca antes vistos em toda a história dominicana.

O PRD não só é o partido de massas como também nele se encontram re-

presentados os sectores mais poderosos do capital nacional (nacionalista e intermediário) integrados tanto na oligarquia como numa incipiente burguesia industrial.

No que respeita às forças marxistas-leninistas, encontram-se suficientemente atomizadas (e para isso tiveram um papel activo tanto a política de infiltração dos corpos repressivos em algumas das organizações como as consequências do conflito sino-soviético) para não representarem um perigo ao *status* político liberal.

Ao longo dos últimos anos três desses grupos (*Línea Roja del Catorce de Junio*, *Bandera Proletaria* e *Vía ML*) decidiram coordenar os seus esforços com vista a uma unidade eventual, o que parece remoto devido às sérias divergências surgidas no curso da campanha política actual.

Por outro lado, o *Movimiento Popular Dominicano*, a organização de maior tradição e envergadura den-

tro da esquerda revolucionária, atravessa um intenso período de reorganização, após ter sido expulsa parte da sua direcção acusada de procurar acabar com o partido. O MPD recusa participar nas eleições, afirmando que a principal tarefa da esquerda revolucionária é trabalhar na construção das bases para a mobilização efectiva das massas e do partido que as represente.

O Partido Comunista Dominicano (PCD) foi a única organização política de esquerda que defendeu o propósito do governo de realizar reformas no sector agrícola com a finalidade de "evitar um golpe fascista".

As eleições de Maio

A campanha eleitoral que culminou com as eleições a 16 de Maio teve o seu início a 15 de Fevereiro e desde o seu início se manifestou uma polarização radical entre as duas forças políticas principais: de um lado o PRD e do outro o PR.

À medida que a campanha avança, o PRD consegue capitalizar o grande descontentamento popular, resultado de uma política que durante 12 anos fustigou duramente operários, camponeses e as classes médias.

Descontentamento que vem à tona em cada uma das concentrações de massas que organiza o PRD, particularmente na realizada por altura da visita de uma delegação da Internacional Socialista encabeçada pelo Primeiro Ministro português, Mário Soares.

Nessa concentração estavam presentes cerca de 300 mil pessoas, o que levou a governo suspender a estadia dos delegados daquela Internacional, acusando-os de intervenção na política interna. Balaguer chegou mesmo, através do Chefe da Polícia, a convidar Mário Soares a abandonar o país sob o pretexto de que a sua vida corria perigo.

As outras forças burguesas que se opõem ao continuismo são constituídas pelo *Movimiento de Integración Democrática Antireeleccionista*, liderado pelo ex-vicepresidente (do primeiro período de Balaguer), Francisco Augusto Lora, partido que se dedicou a negociar plataformas tanto com o PRD como com o Partido Reformista, tendo em conta a sua debilidade junto do eleitorado. O *Partido de la Liberación Dominicana* que apresenta como líder a figura omnimoda o prof. Juan Bosch, apresenta um programa de cariz nacionalista com o qual se identificam alguns sectores da pequena burguesia, particularmente os intelectuais que, como Bosch, abandonaram as fileiras do PRD.

Vale a pena salientar neste caso, que a missão fundamental do PLD (Juan Bosch) foi, ao longo de todos estes anos, fazer "oposição ao PRD", o que veio a favorecer Balaguer em todas as confrontações que opuseram o regime à oposição. Bosch, eclético na sua configuração ideológica, representa o projecto mais avançado da burguesia nacionalista.

Vários pequenos partidos se apresentam também às

eleições. Entre eles importa mencionar o *Partido Revolucionário Social Cristiano*, o *Partido Comunista Dominicano* e uma frente integrada por várias organizações de esquerda, denominado *Unión Patriótica Antimperialista*.

Ainda que as organizações que integram esta frente sejam ilegais, a Junta Central Eleitoral concedeu-lhe o registo, num óbvio jogo de "liberalização" posto em prática pelo regime de Balaguer, para, por um lado, aparentar um processo eleitoral democrático, e ao mesmo tempo dividir as opções eleitorais que se apresentam ao povo.

A UPA defende a necessidade de participar no processo eleitoral para procurar "criar uma consciência anti-imperialista encontra um clima propício na situação de relativas liberdades democráticas que propiciam as eleições. Os seus contestatários assinalam, porém, que esta pretendida justificação eleitoralista faz o jogo do sistema, ao mesmo tempo que afasta as organizações que a compõem da tarefa principal, que é o trabalho de organização nos seios das massas.

Tal como nas campanhas anteriores, o Partido Reformista de Balaguer, despendeu enormes meios materiais e financeiros, incluindo a utilização de todos os recursos do Estado. Mas, apesar disso, não conseguiu mobilizar os seus aderentes com a mesma eficácia de outros tempos, devido, por certo, ao grande descontentamento popular que grassa no povo, e que atinge as suas próprias fileiras.



Francisco Caamaño Deno. Liderou a Insurreição popular de 1965. Foi assassinado em 1973.

A crise da farsa

Este panorama fazia prever o triunfo do PRD, no caso das eleições decorrerem numa situação de legalidade mínima.

Neste mesmo sentido, a política da administração Carter foi clara sem precisar a sua intenção de propiciar "umas eleições livres", cujos resultados devem ser acatados tanto pela oposição como pelos sectores civis e militares do balagueirismo.

Esta tomada de posição da administração Carter

evidencia que já tem em seu poder todos os fios da questão, na certeza de que qualquer que fosse o resultado da consulta popular, ela não alteraria o **status quo** de denominação que os Estados Unidos impuseram durante os últimos doze anos.

Até ao momento, Balaguer soube assegurar a continuidade do modelo imperialista com o menor custo político e económico. Daí a razão porque se manteve tanto tempo no poder.

No entanto, o enorme descontentamento reinante em todos os sectores sociais e o próprio desenvol-

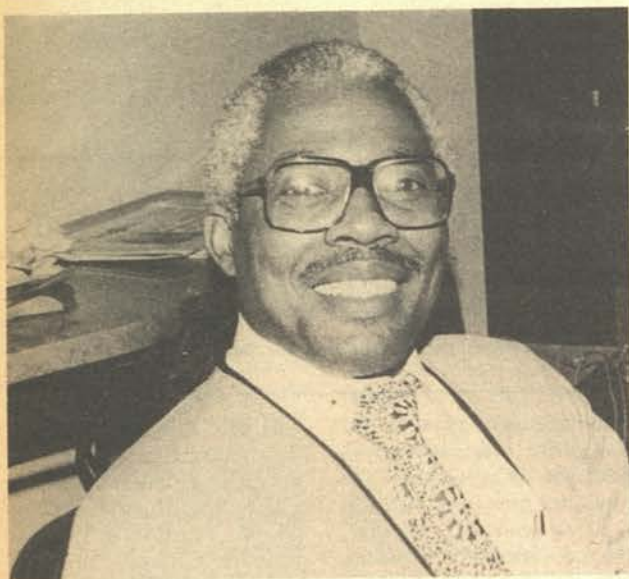
vimento histórico, exigem uma mudança substancial no estilo e uma modernização da estrutura do governo, de acordo com o advento de novos sectores das classes capitalistas.

Algo, no entanto, tem de conceder em troca, devido à ofensiva popular: a manutenção de um clima de liberdades democráticas, que permita a livre discussão das ideias e a participação igualitária de todas as forças políticas.

É por esta razão, e não por qualquer outra, que a esquerda considera que o PRD é a força política a apoiar. ●

HAITI

«A ditadura de Duvalier também cairá»



Um ex-prisioneiro dos cárceres de «Baby Doc» transmite-nos um testemunho indignante e comovedor. Apesar da feroz repressão, os haitianos organizam-se para resistir.

MARC Romulus foi um dos 104 prisioneiros políticos que Jean Claude Duvalier acedeu em libertar — depois de uma grande campanha internacional — em 21 de Setembro de 1977. Geólogo de profissão, Romulus havia sido detido em 19 de Maio de 1974 em Port-au-Prince, sem que as autoridades haitianas reconhecessem o facto. Torturado nas Casernes

Dessalines, como todo o prisioneiro, foi transferido depois para Fort Dimanche, terrível prisão conhecida no país como Fort-la-Mort (Forte da Morte).

Expulso logo depois de recobrar a sua liberdade, Romulus mudou-se para o Canadá, país onde reside actualmente. É aí que escreve seu testemunho sobre “Os cárceres de Duvalier”, onde relata as terríveis con-

Micaela Ramada

dições em que vivem os presos haitianos, e dá a conhecer uma longa lista de vítimas do regime, bem como os nomes de alguns dos prisioneiros políticos que ainda estão em Fort Dimanche.

Numa entrevista exclusiva, Romulus conversou

longamente com Cadernos do Terceiro Mundo. Eis aqui algumas das suas palavras.

— Você foi libertado em grande medida por uma intensa campanha internacional. Acredita que estas pressões externas sobre o regime de Duvalier poderão, não somente ajudar no futuro a que outros presos recuperem a sua liberdade, mas também para que haja alguma mudança de fundo no seu país?

— É facto conhecido que somos um país pequeno e que constituímos uma frente na luta pela libertação mundial. A solidariedade dos povos da América Latina e das forças progressistas de todo o Mundo é um apoio considerável à nossa luta pela independência económica e pela soberania popular do Haiti.

Existem ainda muitos patriotas presos no nosso país, e a solidariedade internacional, manifestada como pressão sobre o regime, poderá ajudar a sua libertação. Mas é necessário que, além disso, consigamos romper o isolamento informativo levantado pela ditadura em torno do Haiti, e para começar, uma campanha que consiga que os governos aliados de Duvalier deixem de apoiá-lo.

O desmascaramento do governo do Haiti, e o seu isolamento político, e económico e militar, será a maior ajuda que se pode dar ao nosso povo. Mas, ao mesmo tempo, devemos desmascarar o governo norte-americano, que enquanto apregoa uma política de defesa dos Direitos Humanos, ajuda o regime de Duvalier a manter-se no poder

com uma importantíssima assistência e económica e militar, participando directamente na repressão em nosso país.

— Quais as formas de luta adoptadas pelo povo haitiano?

— O nosso povo nunca cessou de lutar contra a ditadura. Sua tradição de rebeldia contra a injustiça manifestou-se ao longo dos últimos anos, e teve etapas importantes quando, por exemplo, a cidade de Gonaives, terceira em importância do país, levantou-se contra o regime. O mesmo aconteceu no porto, e em 1972 também houve revoltas populares importantes.

Apareceram diversos movimentos nos últimos tempos. Há organizações democráticas que lutam no interior do país. Mas compreende-se naturalmente que pelas características próprias do regime — que nunca tolerou qualquer tipo de actividade democrática — a luta é essencialmente clandestina.

Além das revoltas populares, já mencionadas, temos que citar o que se passa com a imprensa nacional, da qual a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) assinalou que “não goza de nenhuma liberdade”. Mas ultimamente os jornalistas começaram a “dizer” alguma coisa.

O pastor Luc Neree, em seu pequeno periódico, criticou os abusos do regime. A resposta não se fez esperar, e o pastor Neree foi brutalmente agredido, sendo depois atirado à rua, dado como morto. É outra vítima da ditadura que sofre o nosso povo. Ele é conhecido, e o seu caso foi sabido em todo o Mundo.

Mas o que lhe ocorreu é o destino de todo cidadão, operário ou camponês, que se rebela contra a ditadura. E ninguém dá-se conta.

A revolta em Gonaives foi brutalmente reprimida. Os camponeses morrem às dezenas de milhar no interior, e também os trabalhadores das cidades, enquanto o regime nega-se a mudar a sua política económica que pode ser chamada de verdadeiro desastre nacional.

A resistência prossegue. Na fábrica de Ciment d'Haiti, na mina de bauxite da multinacional Reynolds Mining, os operários levantaram-se em greve geral reivindicando melhores condições sociais e salários de acordo com o custo de vida real.

Um paralelo com a Nicarágua

— Você acredita que a situação do Haiti é comparável à da Nicarágua, no sentido de que as condições estão dadas para que o povo se levante em massa contra a ditadura?

— É claro que a situação do povo do Haiti é comparável à do povo da Nicarágua. Ambos suportam ditaduras há muitos anos. O que se passa na Nicarágua é mais conhecido do que aquilo que se passa no nosso país. Isto talvez seja porque somos uma nação muito pequena, e possivelmente porque nós mesmos não soubemos, na medida do necessário, dar a conhecer a nível internacional as condições em que se vive no Haiti.

Esperamos que a partir de agora possamos de ma-

Haiti neira mais regular participar em reuniões e debates nos quais seja possível expor esta situação, já que para nós é fundamental contarmos com a solidariedade internacional. Um dos objectivos desse esclarecimento, repetimos, é conseguir o isolamento da ditadura daqueles países que a apoiam, seja com ajuda económica, seja com ajuda militar.

— Existe no Haiti uma burguesia que em algum momento possa fazer face ou enfrentar a ditadura?

— De maneira geral, em toda a América Latina, as burguesias estão no poder, ou os que estão no poder estão objectivamente a defender os interesses da burguesia. Esta é também a situação do Haiti. A burguesia tem poder político e força para assegurar a sua estabilidade, uma vez que impõe a exploração da população. Nós não podemos elaborar uma estratégia política baseada no possível isolamento da burguesia do governo. Se esse fenómeno ocorresse — porque seria uma estratégia conveniente para a burguesia num momento dado, — nunca poderíamos garantir que esse afastamento fosse algo mais que conjuntural. Houve efectivamente alguns momentos em que a burguesia se distanciou do regime de Duvalier. Mas uma vez que este demonstrou que defende os seus interesses, tudo acabou e a burguesia voltou para o lado do ditador.

— Qual a situação dos camponeses, a maior parte da população haitiana?

— Os camponeses são no Haiti as maiores vítimas do regime. A política de Duvalier

caracterizou-se por reconstituir a grande propriedade agrária a partir da super exploração dos pequenos produtores, inclusive tirando-lhes as terras. Eles são perseguidos sob duas formas, como perseguidos políticos e economicamente. Nesta situação também vivem os outros trabalhadores.

São essas as principais forças que se uniram para lutar contra Duvalier, e serão elas que terminarão por vencer a ditadura. Mesmo tendo em algumas oportunidades manifestado sentimentos individualistas, são os camponeses que sempre enfrentaram o regime.

A santa aliança

— Há muito tempo que é conhecida a existência de uma aliança política entre os governos do Haiti e da República Dominicana, tendente a repatriar os prisioneiros políticos detidos do outro e vice-versa. Esse tipo de acordo não é exclusividade das ditaduras do Caribe. Existem também — como o demonstram factos concretos denunciados oportunamente — entre as ditaduras do Cone Sul. Em que medida foi isto implementado?

— Este acordo político está em pleno vigor. Recentemente um revolucionário haitiano foi preso na República Dominicana e entregue ao Haiti. Trata-se de Max Bourjoly, de cuja sorte nada se soube. Um general dominicano declarou que cada vez que se encontra um revolucionário haitiano em seu país, sente-se autorizado para exportá-lo para o Haiti, uma vez que

Os presos

Durante a entrevista, Marc Romulus pediu-nos muito encarecidamente, que publicássemos a lista dos presos que com ele compartilharam os difíceis dias de Fort Dimanche, e cujos nomes e profissões pode recordar hoje em liberdade.

Romulus sustenta a ideia de que, tal como aconteceu no seu caso, a opinião pública internacional pode ajudá-los a recuperar a liberdade, pressionando a ditadura de Duvalier. São eles:

Ernest Benoit: 25 anos, preso em Julho de 1976.

Rochambeau Nestor: 39 anos, professor secundário em Arcahaie, licenciado em Direito, preso em 1969 e transferido para Fort Dimanche em 1976. Preso na cela n.º 7.

Luc Deselmours: 35 anos, preso em Julho de 1976, e transferido para Fort Dimanche em 4 de Outubro de 1976. Cela n.º 2.

Anous Pierre: 35 anos, camponês, preso em Setembro de 1976. Cela n.º 2.

Céres Daccueil: Preso em Setembro de 1976, camponês de Arcahaie. Cela n.º 4.

Claude Daniel: Cela n.º 6.

Jacques Extermine Bélizaire: Cela n.º 4.

os governos de Duvalier e Balaguer perseguem os mesmos objectivos e desejam prevenir qualquer possível revolta da população.

Mas, em contrapartida, se há dois povos que são verdadeiramente irmãos, são os povos dominicano e haitiano. Depois de algum tempo, finalmente compreendemos que nossa luta é a mesma, já que nós, os haitianos, só teremos um regime verdadeiramente democrático quando também o haja na República Dominicana, e este é também o sentimento deles.



«Baby Doc» Duvalier e Rôbert Hearsant, dono da maior cadeia de jornais franceses e de importantes interesses no Haiti.

O horror que se vive na prisão

— Sabemos que este é um tema delicado e que lhe causa profunda tristeza, mas gostaríamos de conhecer algumas das suas experiências na prisão.

— Sou um patriota haitiano, e fui sempre consciente da necessidade de lutar pela libertação do meu país, apesar de conhecer a ferocidade da repressão. Havia ouvido falar de Fort Dimanche antes de ali ter estado. Mas, tendo estado recentemente preso em Fort Dimanche, dei-me conta que é muito difícil, — mesmo para um haitiano com consciência política, — imaginar o horror quotidiano que se vive nessa prisão.

E agora que falo disto, penso que o mesmo deve suceder a patriotas de outros países.

O que se passa em Fort Dimanche é realmente terrível. Um quotidiano que se resume em enfermidade, sofrimento, mortalidade. Quando para lá fui levado,

era uma hora da madrugada, meteram-me em uma cela onde os homens se amontoavam, alguns totalmente nus, em promiscuidade total, com cheiros realmente insuportáveis, já que não há latrinas, e ali ficam as matérias fecais. Assim se vive, come e dorme.

Mesmo no meio deste terror, desta degradação, desta tortura moral, há sempre alguma coisa que faz renascer a esperança. O espírito daqueles que ali estão é fortalecido pela necessidade de denunciar à Humanidade aquilo que se passa nos cárceres do regime de Duvalier. Fortalece-se também o espírito pela convicção de que fora dos muros da prisão condena-se todo este horror.

«Simplesmente animais»

— Foram denunciados alguns massacres em Fort Dimanche...

— Sim, eles existem. Tra-

ta-se de um lugar do Mundo em que se vive quotidianamente uma barbárie que não foi conhecido sequer nos campos de concentração nazis. Nesta prisão não há diálogo entre os guardas e os presos. Tratam-nos simplesmente como animais.

Quando se fala de um desses homens, doentes, humilhados, compreende-se que é um compatriota, um lutador que temos diante de nós, e que muitas vezes está no caminho irreversível para a morte. Então tem-se consciência da impotência, e dramaticamente constatamos que talvez esta seja a única via para encontrar-se alívio. E dia-a-dia, acostumamo-nos a essa sorte, a esse destino, sabendo que se um camarada caíu doente, morrerá fatalmente.

Tenta-se às vezes reagir, mas essa reacção é necessariamente limitada. Ninguém pode indignar-se e levantar-se contra isso, por-

Haiti que senão vêm os assassinatos em massa, dentro da própria prisão. A menor das revoltas provocará o massacre.

Há prisioneiros que dizem que a noite ditatorial é definitiva. Mas sempre há alguma reacção, apesar de tudo, mesmo que não se saiba quando começarão de novo os golpes e a tortura. Há compatriotas que encontram a morte nas mãos dos próprios carcereiros porque animaram-se a dizer que a ração de comida era insuficiente. Também quando era pedida uma aspirina para um doente, a resposta era a agressão.

E chega o momento em que ninguém mais se comove ao ver sair os cadáveres.

Mas, no meio de tudo isto, a esperança não morre. Porque sempre sabemos que fora da prisão não há torturas, porque tínhamos consciência de que a solidariedade estava ali conosco, que o Mundo luta pela Justiça.

Essa esperança nos alimenta a vida. É uma espécie de motor que nos ajuda a viver. E quando agora penso que ainda há compatriotas que estão vivendo esse horror, sou invadido por um sentimento de indignação que simplesmente não posso traduzir em palavras.

A morte é a companhia de todos os dias. É tão regular, tão permanente, que às vezes pensamos que somos o único vivo em Fort Dimanche. E embora esteja livre, cada vez que descrevo o que vivi nessa prisão, sinto que não sou totalmente livre. Somente serei livre no dia em que saiba que todo meu povo está liberto.

Uma nova esperança

— Há hoje no Caribe fenómenos políticos novos. Não somente a consolidação vitoriosa da Cuba socialista, mas há um avanço geral na região das forças progressistas. Qual a repercussão desta situação no povo haitiano?

— Para responder, vou contar-lhe uma história. Quando cheguei à prisão eu sonhava sempre com a minha vida anterior e o mesmo se passava com os outros prisioneiros. Lembrou-me que numa oportunidade em que conversámos, um jovem camponês que havia sido deportado de Nassau, quando lhe perguntámos pelas melhores recordações da sua vida, falou-nos dos dias que havia vivido em uma prisão cubana. É extraordinário, mas a passagem pela prisão em Cuba constituiu a mais grata recordação de sua vida. Dizia que nunca ninguém o havia tratado tão bem como ali.

A Revolução Cubana e o movimento progressista no Caribe e na América Latina, são as grandes esperanças do povo haitiano, porque são uma referência e um modelo. E porque é dali que é efectiva a solidariedade.

O povo do Haiti sabe que a ditadura de Duvalier, como todas as ditaduras do mundo, terá um fim. Que quando um povo luta, termina por vencer. Por isso, quando se fala no Haiti daquilo que se passa na Cuba

socialista, ou dos sucessos do governo progressista da Jamaica, as esperanças do povo crescem. Para o regime — em contrapartida — são elementos que lhes causam medo, porque anunciam que, apesar da repressão brutal, os ditadores nunca poderão vencer.

O despertar

— Da mesma maneira que em outros países latino-americanos os movimentos progressistas começam a reorganizar-se, pode-se também para o Haiti falar de um renascer, ou melhor, de um fortalecimento da resistência popular?

— Há no Haiti organizações que lutam no interior do país e a população é protagonista de revoltas que no ano passado assumiram características muito especiais. Por exemplo, o que aconteceu em Gonaves, que aos gritos de “— Abaixo a miséria!! — Abaixo a fome !! — Viva a Liberdade!!”, a multidão rebelou-se e saiu às ruas. O mesmo fenómeno repetiu-se em outros pontos do país.

Há repressão, mas a população sempre resiste. A nível operário, por exemplo, recentemente entraram em greve os trabalhadores da zona de exploração mineira, reclamando por melhores condições de trabalho. Pode dizer-se que os seis milhões de haitianos que vivem na ilha-prisão começaram a compreender que, a viver nessas condições, é preferível rebelar-se e morrer com dignidade.

BOLÍVIA

A nova situação política

A marcha rumo à consolidação da abertura democrática conquistado pelo povo Boliviano.

O fracasso da tentativa continuista de Banzer.

As várias candidaturas para as eleições presidenciais com os diferentes projectos políticos em confronto.

As difíceis tentativas para unir uma esquerda que apesar das suas recentes vitórias ainda não conseguiu formar um sólido bloco unitário.

O velho equilíbrio instável e agonizante que o general Banzer prolongou na Bolívia fugindo a diversas etapas, está definitivamente em ruptura. Isto não significa que o governo e o poder já estejam em novas mãos, mas sim que se abriu uma luta aguda a qual assume as mais diversas formas, pela recomposição de um novo equilíbrio das forças sociais em luta.

A expressão actual deste novo rumo é a agitação pré-eleitoral, a luta e as opções apresentadas pelas diferentes candidaturas presidenciais para as eleições do segundo domíço de Julho.

O conteúdo do processo porém transborda no sentimento de transformação que anima as camadas mais profundas da sociedade boliviana e, ao mesmo tempo, das forças conservadoras que se batem e manobram para manter o *status quo* retendo os controles vitais do aparelho de estado e as alavancas da economia.

O desejo de mudanças

Uma expressão clara do sentimento que anima a classe trabalhadora foi a greve de fome, iniciada por um punhado de mulheres mineiras e cujo exemplo

Renato Andrade

alastrou como um rastilho de pólvora até conseguir impor a actual abertura democrática. Abertura democrática que, obviamente, não estava nem nas intenções, nem na imaginação do general Banzer quando anunciou as eleições no dia 9 de Novembro passado.

As condições objectivas amadureceram de modo a se poderem dar as transformações, mas faltava a direcção que compreendendo a nova situação, canalizasse o processo.

A greve de fome protagonizada no seu início por quatro trabalhadores das minas, imediatamente secundada por vastos sectores de intelectuais, mineiros, estudantes, sacerdotes e freiras, foi a "invenção" que compensou circunstancialmente este "deficit" histórico.

"Invenção" neste caso não significa nem ilegitimidade, nem espontaneidade casual. Foi a forma que tomou a necessidade de fazer algo para cuja execução amadureceram as condições objectivas, mas que não encontraram o instrumento consciente preparado a tempo. Além disso, as companheiras mineiras não foram improvisadamente a La Paz. Fizeram-no depois de discussões com os trabalhadores do centro mineiro mais politizado do país, como é o Catavi-Siglo XX. Por isso o movimento mineiro e operário de todo o país apoiou a greve de fome, cujo auge e triunfo foram coroados pela greve geral que paralizou a produção mineira em todo o país, atacando o centro vital da economia boliviana.

Os primórdios eleitorais

Este processo aberto na Bolívia é irreversível, porque é sustentado por causas profundas, tanto nacionais, como latino-americanas e mundiais. A direita consegue percebê-lo mas não acerta na sua explicação. O seu apurado instinto de classe permite-lhe sentir o perigo mas não compreendê-lo — conforme chegaram a dizer alguns — "o porquê deste carnaval



Banzer, a sua tentativa contunulista fracassou

eleitoral, logo agora que estávamos tão bem".

E, consequentemente com o seu pensamento, desde Santa Cruz, onde ainda vigora o que existe de mais refratário na feudal burguesia, desencadeou-se um movimento cujos objectivos são bem resumidos numa palavra de ordem gritada insistentemente num acto público assistido por Banzer: "Banzer si, elecciones no!"

A este movimento, segundo insuspeitas fontes locais, não era alheio o próprio Banzer.

Estava programada uma reunião de todos os comandantes e chefes militares do país para avaliar, a situação política e eleitoral, como a relativa ao rompimento de relações com o Chile. Dias antes Banzer iniciara uma volta pelo país que culminaria naquele comício em Santa Cruz. Previamente, em Cochabamba, ele próprio havia advertido que "se surgissem factores extraordinários e se o povo o pedisse, o acto eleitoral poderia vir a sofrer alterações". Foi aí, que numa fanfarronice infantil, mas bem calculada para promover a unidade militar em torno de si mesmo, disse

que o problema da "saída para o mar" poderia resolver-se, se fosse necessário, "pela via militar". Este discurso era preparatório da resolução que tentaria obter em Santa Cruz, onde o presidente do comité de obras públicas deveria pedir-lhe "em nome do povo santa-cruzino" a suspensão das eleições.

Em Santa Cruz porém também existe o povo sem aspas, e como resultado de múltiplas pressões, o presidente do comité de obras públicas não assistiu ao comício, nem pronunciou o esperado discurso que veio a ser publicado dez dias mais tarde com uma desculpa esfarrapada pela sua omissão naquele momento.

Foi assim que o plataforma de apoio popular que Banzer pensava poder exibir na reunião de comandantes militares para adiar as eleições, fracassou. Também foram infrutíferos os seus pedidos numa reunião da guarnição de Santa Cruz, no sentido de se manter a união das Forças Armadas e o seu próprio retorno. Os oficiais fizeram duras críticas e retiraram abertamente o seu apoio ao candidato oficial, o general Pereda Asbun.

A reunião de comandantes, como é conhecido, depois de acesas e duras discussões, confirmou a via eleitoral e em vez de apoiar o candidato Pereda — que goza de todo o suporte financeiro e propagandístico do Estado — emitiu uma resolução que reafirma a sua vocação "nacionalista revolucionária", e não se pronuncia oficialmente nem por Pereda, nem pelo general René Bernal Escalante.



A Amnistia Geral: uma vitória da mobilização popular

A candidatura de Bernal

Tudo parece indicar que a estrela do general Banzer, apesar da sua indubitável capacidade de manobra, encontra-se em franco declínio. A direita internacional, tanto a nova política de Carter quanto o imperialismo europeu, parecem inclinar-se para uma "democracia viável" liderada por um par de Banzer, participante do seu governo nos últimos anos, mas que pudesse oferecer, segundo estes sectores, uma imagem nova.

Trata-se do general Bernal, quem como candidato não oficial, logrou a façanha para os outros impossível, de fazer penetrar a sua campanha nas regiões camponesas, até agora muito fechado da cúpula militar.

Bernal exibe a imagem de pai de família sempre rodeado e acompanhado pela sua esposa e filhos durante as suas viagens eleitorais, no melhor estilo da campanha de Carter. O seu apoio visível é o pequeno Partido Democrata-Cristão, chefiado por Benjamin Miguel, que sofreu um longo exílio na Venezuela e parece contar com o apoio da alta hierarquia da Igreja católica. Segundo transpirou, conta com a assistência financeira dos círculos dirigentes da Democracia-Cristã europeia.

Desta maneira expressar-se-iam na Bolívia as disputas mundiais inter-capitalistas e oferecer-se-ia simultaneamente uma forma aceitável de alternativa "democrática" frente à contra-ofensiva ofensiva popular que está a gestar-se em toda a América Latina.

Teríamos assim uma ver-

são boliviana do "trilateralismo", e uma experiência piloto para enfrentar o problema da cada vez mais notória inviabilidade das ditaduras do "cone sul".

Claro que uma coisa são os projectos e outra as realidades socio-económicas de países como a Bolívia. Vejamos agora como se apresenta o panorama no campo popular.

A reorganização operária e popular

As bases operárias com uma atitude crítica e madura, impuseram importantes recuos ao governo, como no sindicato dos professores, onde apesar da divisão das listas de esquerda, ganhou a oposição que enfrentou o governo com uma greve geral, que o obrigou a reconhecer a nova direcção. Ou como em Siglo XX, onde a fragmen-

Bolivia

tação da esquerda havia chegado ao ponto de constituir seis listas frente à lista única do governo. Os mineiros impuseram a reunificação ao menos em duas listas. Uma que corresponde à aliança PCB, MNRI e MIR (que no plano político-eleitoral se expressa na FUDP, Frente de Unidade Democrática e Popular) liderada por Hernán Siles Suazo, e outra liderada por Cirilio Jimenez, um veterano dirigente de origem trotskista.

Por sua parte o movimento camponês realizou dois congressos que correspondem a outras tantas tendências de oposição à Confederação dirigida pelo governo. Uma é o Bloco Camponês Independente, e a outra um novo movimento dirigido pelo grupo Tupak Katari, que é liderado por um jovem dirigente camponês, Genaro Flores. Este último aprovou no seu congresso uma série de pontos programáticos juntamente com toda uma plataforma de luta imediata, que se desdobra rumo aos problemas de fundo da situação agrária. Este é um facto significativo que está a demonstrar a maturidade ideológica de toda uma equipe de dirigentes surgidos nas próprias comunidades e regiões camponesas.

Entretanto na Universidade, vive-se um clima de efervescência e agitação que é o resultado lógico de anos de reinado da incompetência académica, da arbitrariedade e do esbanjamento mais ostensivo.

Uma recente assembleia rejeitou, de forma amadurecida, uma proposta de desalojo imediato das ve-



O general Pereda Asbun, candidato de Banzer

lhas autoridades (que já haviam renunciado, levando vultosas e suculentas indemnizações). Pronunciou-se porém pela formação de um conselho superior universitário que organizará a democratização da direcção universitária, afastando definitivamente as autoridades impostas pelo governo e apoiar-se-á na aliança entre estudantes e docentes com o apoio das organizações operárias e populares.

A esquerda política

A FUDP do ex-presidente Siles Suazo (líder do MNRI), tem o apoio do Partido Comunista, da fracção Aponte Burela do Partido Socialista e do MIR, mantendo uma atitude aberta com relação às for-

mações do MNR "hístrico" de Paz Estensoro e do Partido Revolucionário Auténtico de Guevara Arce (uma cisão pela direita do MNR).

Apesar desta inclinação da FUDP, parece que o MNR de Paz Estensoro e o PRA pronunciar-se-iam por uma frente com a democracia-cristã, juntando-se, em consequência, aos apoiantes do general Bernal.

No outro lado estão os grupos de extrema-esquerda, como o Partido Comunista (marxista-leninista) de origem pró-chinesa e algumas frações originárias do POR de Guillermo Lora e do PRIN de Juan Lechin (outro desprendimento do MNR, este de esquerda). Estes sectores de extrema-esquerda preconizam uma frente classista. Até ao momento, pelo menos, negam-se a participar de qualquer aliança táctica eleitoral que permita a formação de uma frente ampla para derrotar o continuismo oficialista ou semi-oficialista.

O PC (marxista-leninista) possui uma certa influência nas direcções sindicais, na universidade e no "Bloco Camponês Independente". Padece de um cerrado anti-militarismo, e não vê a polarização ideológica e política existente nas Forças Armadas e, em consequência disso, despreza a perspectiva de influir sobre um dos factores de poder que juntamente com os sindicatos, não pode ser ignorado na política boliviana.

Por outro lado está o Partido Socialista liderado por Marcelo Quiroga Santa Cruz, que preconiza uma Frente Ampla das esquerdas, advertindo que "a aliança que procuramos po-

de propor como um fim em si mesmo a intervenção nas próximas eleições. O que a classe operária e os sectores populares buscam, é um instrumento de organização e luta, cujas perspectivas ultrapassam as necessidades eleitorais". Em consequência, define a necessidade de "um eixo estratégico" a partir do qual seja possível um entendimento". Neste mesmo sentido pronunciou-se o POR que corresponde à 4.ª Internacional posadista.

Conforme vemos, a oposição de esquerda e democrática está fragmentada, mas em todas as suas diferentes e desencontradas tendências, existe subjacente a pressão do sentimento unitário que circula nas bases operárias e populares. De diferentes ângulos do movimento popular reclama-se a unidade da esquerda. Chegará a consolidar-se, ainda que não seja para mais do que com a finalidade táctica de derrotar definitivamente o continuísmo?

Creemos que sim, que sobre o sectarismo estreito primará o sentido comum. Estão em marcha uma série de encontros, congressos e reuniões ampliadas do movimento operário e da esquerda política. O 1.º de Maio, com uma gigantesca manifestação expressou a tendência rumo à unidade existente no seio das massas.



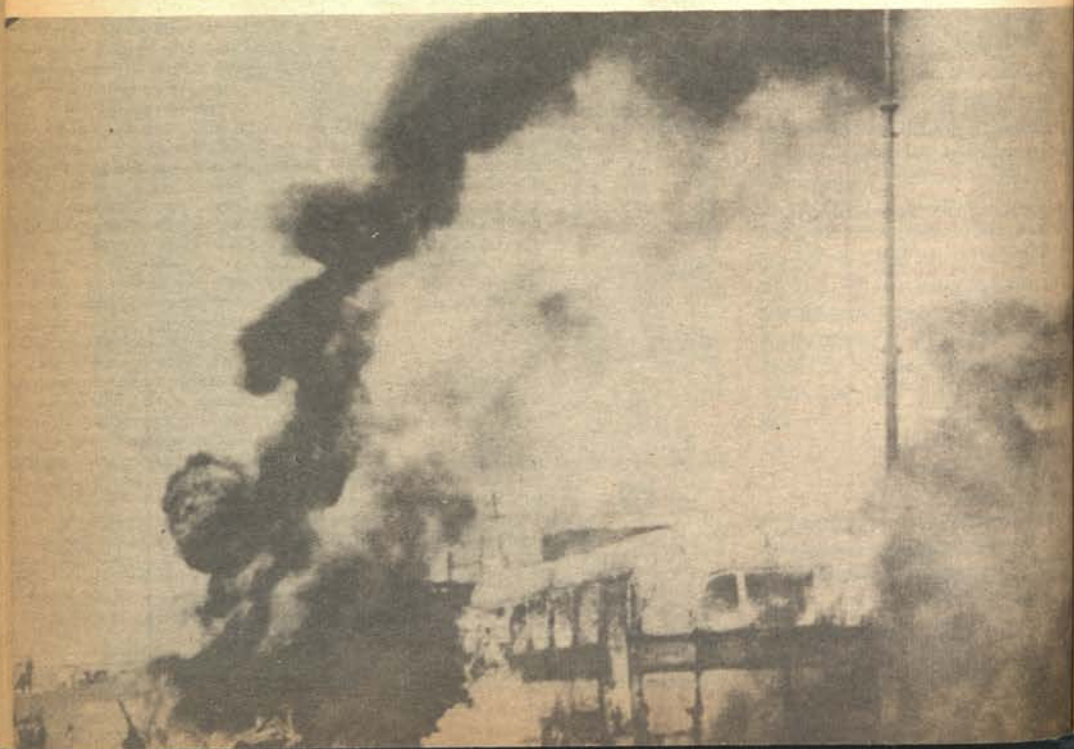
Os mineiros: a veterana vanguarda dos trabalhadores bolivianos

PERU

Rebelião contra o FMI

*As imposições do FMI
estão a ser enfrentadas
com uma verdadeira rebelião popular
que sacode o país
da cordilheira andina até à costa.*

10



Juan Quispe

DESDE ontem estamos atordoados. Veio o "pacote" do Fundo. Com aumentos de 70 por cento nos artigos de primeira necessidade. Hoje estive no mercado de Surquillo, todos estão desesperados."

Este é um comentário típico no Peru, depois que foram anunciados os aumentos de preços, que em alguns casos chegaram a 110 por cento. A gasolina subiu 66 por cento, e isto depois de ser tomado público que o país, com o oleoduto da selva, tornou-se auto-suficiente em petróleo.

O leite passou de 29 para 39 soles o litro, e o azeite, de 80 a 180. Esses são os preços oficiais, porque no mercado são ainda mais altos. O sol veio abaixo. A cotação oficial é de cerca de 150 soles por dólar, com a meta de gradualmente chegar aos 180. Mas nas primeiras 24 horas da liberação dos preços, o sol era cotado no mercado negro a 220 por dólar.

O governo do general Morales Bermúdez sabia perfeitamente que esta dramática capitulação perante o FMI provocaria reacções traumatizantes sobre o povo. Mas contava poder controlá-las pela propaganda, pela informação dirigida, ou em último recurso, com o estado de emergência e o seu respectivo "toque de recolher", que vai das dez horas da noite às cinco da manhã.

Morales Bermúdez equivocou-se. Não entendeu

que o povo peruano hoje é outro. Quando perto de um milhão de pessoas saíram às ruas para transformar o funeral do general Velasco Alvarado em um acto de rebeldia política e afirmação revolucionária, era fácil compreender que as coisas estavam mudando. O largo processo de consciencialização das massas populares — que levam como bandeiras duas figuras da história contemporânea peruana, Mariátegui e Velasco — está produzindo os seus frutos.

Essa rebelião contra o Fundo Monetário Internacional é, sem dúvida, inédita na América Latina. Os tecnocratas do Fundo são odiados em todo o continente, assim como no conjunto do Terceiro Mundo. As suas afirmações são muito criticadas, e há núcleos de resistência às suas imposições. Mas um levantamento popular como aquele que agora está a ocorrer no Peru, nunca tinha havido ainda no mundo subdesenvolvido. E este é um facto exemplar.

A greve e suas repercussões

Apesar das exigências do FMI, de que o governo não consentisse nenhuma paralisação e que obrigasse o povo a receber passivamente o congelamento de salários, a redução do investimento estatal com o consequente desemprego, a autorização aos patrões para realizarem despedimentos maciços e a liberação do sol (moeda nacional), a resposta popular foi de grande impacto.

Mais de 80 por cento dos 120 mil professores do

país, agrupados no combativo Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Peru (SUTEP), que ganham um salário de fome, realizaram uma paralisação por tempo indefinido, que junto com a poderosa organização dos bancários, procederam a greve geral de 48 horas que imobilizaram completamente o país.

Todas as centrais operárias — incluindo a pequena confederação de filiação **aprista**, que foi forçada à greve pela rebeldia das suas bases —, integraram-se na posição de luta. E mesmo no terceiro dia, foram poucos os que trabalharam, pelas repercussões do movimento.

Enfrentando a repressão policial, que em todo o país ocasionou 35 mortos e muitos feridos, os operários de Lima e de outras cidades bloquearam estradas, áreas industriais e fábricas. Nos **Pueblos Jóvenes** (bairros marginais) que alojam milhões de habitantes na periferia das áreas urbanas, o protesto atingiu níveis de uma verdadeira rebelião popular.

A paralisação geral de Arequipa — principal cidade do sul do país —, ultrapassou os dez dias, e só a intervenção mediadora do comandante da Região Militar, general Schrot, conseguiu por-lhe fim.

Em Huancaavelica, em plena cordilheira andina e a mais de 500 quilómetros da capital, vários edifícios públicos foram incendiados e registaram-se confrontações com as forças policiais, de que resultou um elevado número de feridos.

A quinhentos e setenta quilómetros a norte de Lima, no Departamento de

Peru La Libertad, também houve manifestações violentas. O governo fechou os jornais diários locais, **La Indústria** e **Satélite**, acusando-os de "proselitismo subversivo".

Genericamente, a rebelião ampliou-se a todo o país, com maior violência nas cidades de Cuzco, Arequipa, Ayacucho, Piura, Chiclayo, Cajamarca, Oroya, Huancayo, Chimbote, Huánuco, Ica, Huaraz, e outras.

Prisões e deportações

Embora os números ainda sejam confusos, sabe-se que a quantidade de presos se aproxima das duas mil pessoas, das quais, duas centenas são dirigentes sindicais. O governo, no primeiro acto de deportação, enviou para Jujuy, na República Argentina, dois dos ministros da Marinha do governo do general Velasco, os Almirantes José Arce e Guillermo Faura, além dos dirigentes políticos e gremiais Ricardo Díaz Chávez, Humberto Damonte, Javier Diez Canseco, Hugo Blanco, Ricardo Letts, José Luis Alvarado, Genaro Ledesma, Ricardo Napurí, Justiniano Apaza e Valantín Pacho. Todos estes são conhecidos militantes, e não haviam cometido nenhum acto "subversivo" que justificasse a deportação.

Para "colorir" a lista, o governo também deportou o jornalista Alfonso Baella, que há algum tempo criticava o governo de uma posição ultraconservadora.

Quando esta nota foi escrita, eram procurados pela polícia, os generais Leoni-



Morales Bermúdez: uma política cada vez mais antipopular.

das Rodríguez Figueroa e Arturo Valdez Palácios, antigos colaboradores do general Velasco, e dirigentes do Partido Socialista Revolucionário, o major José Fernández Salvatechi e o capitão Eloy Villacrez, igualmente militante do PSR, Avelino Mar, presidente da Confederação Nacional Agrária (CNA), que congrega quatro milhões de camponeses, o presidente da Federação de Jornalistas do Peru, Rafael Roncagliolo, e o escritor Manuel Scorza, autor de **Redoble por Rancas**.

As eleições

Os últimos inquéritos feitos previam uma votação de 35 a 40 por cento para os partidos de esquerda, e era visível o esforço feito para a unidade, realizado por todas as correntes. Uma representação tão numerosa, actuando homogeneamente e com grande base popular e sindical, dominaria a Assembleia Constituinte.

O projecto da direita peruana, inspirado sem dúvi-

da pela nova doutrina do presidente Carter e intimamente ligado ao Fundo Monetário Internacional, é assegurar um esmagador domínio da Assembleia Constituinte para, a partir daí, invalidar todas as conquistas da revolução.

Os técnicos do FMI sabem que com a auto-suficiência de petróleo — resultado da nacionalização das empresas norte-americanas e do desenvolvimento da indústria estatal no campo petrolífero — com o arranque dos grandes projectos mineiros e um apoio financeiro e técnico adequado à Reforma Agrária — tudo isso possível pelas transformações introduzidas pela Revolução de 1968 — que o Peru é um dos poucos países latino-americanos capazes de sair da crise e avançar.

Morales Bermúdez, em vez de aprofundar as reformas, para que elas se tornassem realmente eficazes, desmantelou-as todas, sistematicamente, reabrindo as portas do país ao capital estrangeiro, e permitindo a escandalosa participação da direita empresarial nas decisões do poder.

Com isso, Morales Bermúdez mudou inteiramente o panorama económico do país, e deixou-o completamente dependente do FMI e da banca internacional. O corolário dessa política, foi a transformação do Peru em um campo de concentração económico, o que somente seria possível com a implantação de um virtual estado de guerra como aquele que se vive presentemente.

O futuro imediato é imprevisível, e dependerá em grande medida da posição

das Forças Armadas. Sabe-se que na Marinha e na Força Aérea, a política do FMI conta com sólidos apoios. Mas não é esta a situação no Exército onde, desde comandantes de grandes unidades até à camada de jovens oficiais, todos questionam a política contra-revolucionária de Morales Bermúdez e sua total submissão ao Fundo.

O facto mais destacado hoje no Peru é, sem dúvida, a resistência popular. O actual governo insiste que não é de direita, embora proceda como tal. Tem no entanto a seu favor, o facto de ser, embora nominalmente, o delegado de umas Forças Armadas que consideram o garante da continuidade do processo político iniciado por Velasco Alvarado. Mas, não obstante, o Povo enfrenta duramente a sua política económica.

O projecto da direita é, através dos seus líderes, como Belaúnde, Bedoya e Haya de la Torre, controlar totalmente o poder, forçando os militares a um regresso aos quartéis e serem utilizados somente como "gendarmes" dos interesses empresariais. É fácil de prever o que se passará no Peru se esta direita civil assume directamente o poder, sem a intervenção de militares como o general Morales Bermúdez.

As forças populares estão a conseguir uma tal organização e capacidade mobilizadora que, muito provavelmente, tornar-se-lhes-á bastante difícil exercer alguma autoridade. Seria necessário um "pinochetazo" ainda pior que o chileno. E até onde haveria apoio militar a esta opção?



Um blindado em frente da CGTP: a intimidação na ordem do dia.

Para além das eleições

*Num clima de forte instabilidade,
incerteza e crise económica,
as forças populares constroem um forte movimento
para deter o avanço da reacção.*

A situação peruana não poderá ser compreendida sem se explicar o que acontece simultaneamente a três níveis: a questão económica, a conjuntura internacional e as Forças Armadas.

País endividado

O Peru tem uma dívida pública externa da ordem dos 5 mil milhões de dólares. Só os juros e amortizações que tem de pagar em 1978 ultrapassam os 800 milhões de dólares, e no próximo ano de 1979, tais encargos aumentarão para quase mil milhões de dólares, não estando, no entanto, incluídos neste montante os novos juros resultantes das operações de endividamento mais recentes.

Por outro lado, as exportações peruanas continuam a passar por uma fase difícil. O país está longe de atingir a produção de farinha de peixe que atingia anteriormente devido à escassez de anchoveta, pequeno peixe que outrora

abundava nas costas do Peru, e que era moído e posteriormente exportado para a Europa, servindo de ração para o gado. Os preços do cobre e do açúcar atravessam perigosas oscilações. Resultado: uma balança comercial fortemente deficitária, razão directa também do aumento assustador das compras de alimentos e produtos industriais ao exterior como consequência de uma industrialização dependente. Em 1977, as exportações peruanas atingiram o valor de 1725 milhões de dólares, enquanto as importações foram de 2100 milhões. Como se isso não bastasse, o Peru deverá destinar este ano 40 por cento das suas exportações ao pagamento das suas dívidas aos bancos norte-americanos, europeus e japoneses.

As condições que o governo de Morales Bermúdez teve de cumprir para que os seus credores lhe concedessem prazos e facilidades para os empréstimos provocaram a obstru-

Hector Béjar

ção ao processo revolucionário iniciado em 1968. A aplicação do primeiro plano de "reactivação" em 1976, que incluía a desvalorização da moeda nacional, o sol, em cerca de 44 por cento e o aumento de 44 por cento do preço da gasolina, e que tinha como objectivo a obtenção de um empréstimo de 200 milhões de dólares de um grupo de bancos norte-americanos, esteve entre as causas da queda do então Primeiro-Ministro Jorge Fernández Maldonado — uma das mais proeminentes personalidades militares de esquerda —, a deportação do general Leonidas Rodríguez e a expulsão ou a passagem compulsiva à reserva de vários expoentes da esquerda militar.

Não contente com isso, o governo, durante todo o ano de 1977, fez sucessivas concessões, desta vez com o objectivo de que o MFI



Um comício eleitoral em Lima.

lhe outorgue um empréstimo de 100 milhões de dólares. O empréstimo foi-lhe concedido... mas em pequenas tranches e em condições muito duras: eliminar os subsídios às empresas estatais, entregando algumas delas de novo ao patronato; aumentar de novo a gasolina e os impostos; cortar os subsídios estatais aos produtos alimentares; limitar os aumentos salariais; desvalorizar novamente, o sol e limitar a inflação a 15 por cento.

Condições que são absurdas e contraditórias, já que não se pode desvalorizar a moeda e aumentar os preços dos combustíveis sem aumentar a inflação. Mas não é isso o mais importante. A aplicação destas condições faria com que a economia peruana voltasse de novo ao pleno domínio dos capitalistas, e conduziria a

economia socializada à situação de fome generalizada.

Por outro lado, convertido em fiscal todo-poderoso de um país em crise, o FMI tem nas suas mãos o controle da situação. Se o governo não aceita as suas exigências, os bancos credores não concederiam ao Peru o novo empréstimo de 260 milhões de dólares que este solicitou para cobertura das suas dívidas. O Peru não teria pois dinheiro para pagar, ficaria numa situação em que, não tendo crédito, já não poderia fazer compras no exterior. Quem está por detrás das manobras do FMI quer pôr o Peru de joelhos e dar-lhe um exemplar "correctivo".

Mas enquanto o governo de Morales negocia e negocia com o FMI, no plano interno a economia vai de tropeço em tropeço. Os

grandes investimentos estatais, em que se baseia o desenvolvimento do país para os próximos anos, encontram-se paralisados, milhares de pequenas empresas faliram em consequência dos efeitos da desvalorização, as empresas camponesas que se fundaram com a reforma agrária encontram-se asfixiadas pelo encarecimento da maquinaria e dos outros impostos agrícolas e os índices de desocupação e de miséria são realmente alarmantes. Quem ganha são as multinacionais que vendem em dólares em alta cotação e pagam salários em sóis baratos.

Imitar Sadat

A nível internacional actuam vários factores decisivos sobre a política peruana. Para além da já mencio-

nada pressão do FMI, que tem desastrosas consequências internas, encontra-se a política de Carter, com o objectivo de conseguir que os militares deixem o poder à "civildade", ou seja aos partidos da direita tradicional. Pressão esta que se continua a efectivar e para a qual o governo norte-americano tem neste momento em seu poder um poderoso instrumento para o conseguir: o FMI. Por outras palavras: se o governo militar cede o seu lugar à direita, pode confiar na cobertura da sua dívida externa. Se não... teria que se submeter às consequências. Contudo as pressões não são só de índole económica e política. O Pentágono encontra-se também "preocupado" porque o Peru tem comprado armas na Europa e na União Soviética para poder fazer face a qualquer ataque da agressiva ditadura de Pinochet.

Como a hegemonia militar dos Estados Unidos se encontrava "ameaçada", estes pressionam mais ainda para que Morales Bermúdez faça a política de Sadat "voltando de novo ao redil". Mas a existência de tensões fronteiriças com o Chile e com o Equador obriga o governo peruano a recorrer a outros fornecedores, o que causa a irritação norte-americana. A necessidade de manter um equilíbrio de armamento relativamente à ditadura de Pinochet quando se aproxima o centenário da trágica guerra de 1879, da qual o Peru conserva ainda uma recordação traumatizante, constitui um dado constantemente presente nas decisões militares.

Confusão e incerteza

No âmbito da política interna, a situação peruana é extremamente incerta e confusa. A estratégia de Morales Bermúdez tem actuado em várias direcções. Pretende satisfazer as exigências eleitoralistas de Carter mediante a convocação de uma Assembleia Constituinte. Quer, ao mesmo tempo, reconciliar-se com os empresários privados, neutralizando a co-gestão operária, dando-lhes carta branca para despedirem 3 mil dirigentes e activistas sindicais e promulgando uma lei de "estabilidade" que amplia as causas de despedimento e prolonga o período de experiência do trabalhador por três anos. Entende-se com a APRA e pretende fazer o mesmo com os demais partidos da direita. Num esboço inicial da Constituinte, esta deveria estar dominada pelos apristas, como força moderada e de governo, e pela **Acción Popular**, o partido do ex-presidente Fernando Belaúnde Terry, como oposição tolerada de direita. O que teria permitido o governo militar trocar o apoio popular de que gozou nos tempos de Velasco Alvarado pelo apoio dos grandes partidos da direita peruana. Mas a realidade tem ido ao encontro desta estratégia.

Os capitalistas, que durante o governo de Velasco beneficiaram com um dólar barato, crédito e compras estatais e facilidades de exportação, encontram-se hoje entre os principais bene-

ficiários da crise e continuam a exigir ainda mais, fazendo pressão no sentido de ser constituído um governo civil e chegando a ameaçar com o "lock-out" e a paralização das empresas.

O que aconteceu recentemente ilustra o que se acaba de afirmar. Quando por iniciativa do presidente e por sugestão insistentes da Igreja, o governo decidiu readmitir 78 dos 3 mil trabalhadores despedidos, a **Sociedade de Industrias**, dirigida por pequenos mas agressivos industriais, decidiu pura e simplesmente não acatar a disposição. Assim se deu o primeiro caso de aberta desobediência institucional a um governo militar que foi outrora temido e acatado em silêncio pelos empresários privados.

Por outro lado, o ex-presidente Belaúnde não aceitou a condição posta pelo governo de "incorporar" as alterações estruturais na nova Constituição, tendo-se absterido de participar na Assembleia.

Desta forma, o esboço inicial centrado na APRA e na **Acción Popular** aparece ultrapassado pela direita e pela esquerda. Pela direita, com a candidatura ultracconservadora de Luis Bedoya Reyes, ex-presidente da Câmara de Lima e homem de confiança do patronato; e pela esquerda com a apresentação de 6 listas que se legalizaram no registo eleitoral com mais de 300 mil adesões.

Isto fez com que o presidente Morales, respondendo favoravelmente ao descontentamento de alguns comandos militares preocupados com o excessivo avanço da direita, tivesse



Um bairro de lata em Lima.

salientado no final do ano passado que se a Constituinte não aceitasse as reformas estruturais introduzidas no Perú com o golpe de 1968, seria dissolvida. Quem o afirmou foi o mais alto representante de um governo que se tem caracterizado pelo ataque e desmontagem dessas ditas reformas...

A Constituinte pode pois naufragar entre o descontentamento da direita que exige eleições gerais para que os militares se vão de vez e a indiferença das camadas populares castigadas pela implacável política económica governamental e para quem a Assembleia carece de sentido.

Mudanças militares

A partir de Fevereiro deste ano produziram-se al-

terações importantes nos comandos castrenses. O Ex-Primeiro Ministro, general Arbulú Galliani, que jogou claramente no sentido de um entendimento com a APRA, foi substituído pelo general Oscar Molina Pallochía, homem vinculado ao governo de Alvarado desde o seu início, que assumiu os cargos de Primeiro Ministro e de Ministro da Guerra. O general Pedro Richter Prada, ex-Ministro do Interior do regime de Alvarado, assumiu simultaneamente a chefia do Comando Conjunto das Forças Armadas e a chefia do Estado Maior do Exército. O general Pérez Tenaud tomou a seu cargo a Inspeção Geral do Exército. O general Rafael Hoyos Rubio, um dos "quatro coroneis de 68", é comandante dos Centros Académicos del Exército, uma das mais importantes unidades mili-

tares da capital. E os generais Loayza e Schrith detêm sob o seu comando duas das três regiões militares com maior poder de fogo. Todos eles foram homens que a seu tempo apoiaram o regime de Alvarado. A sua presença em postos chave da hierarquia, ao mesmo tempo que se dá a passagem à reserva de Morales Bermúdez, gera uma lenta recomposição de forças, que tarde ou cedo se reflectirá na política do governo.

É impossível prever se esta recomposição se orientará no futuro no sentido de um regresso ao nacionalismo, já que o regime militar parece fadado, e sem possibilidades de sair do círculo vicioso em que caiu.

Por sua vez os ataques da direita e da esquerda contra os militares provocam o seu profundo desagrado. Se os acontecimentos escapa-

Peru rem ao seu controlo, poderiam bem cortar a saída iniciada com o processo das eleições. A imposição de um regime puramente castrense, apoiado pelos capitalistas e pelos Estados Unidos, nas condições de crise e de descontentamento popular que se vivem, poderia abrir o caminho a uma ditadura semelhante às do Cone Sul.

A luta popular

Dentro deste clima de instabilidade, incerteza e crise, desenvolve-se a luta popular, cujos momentos mais altos foram a greve de 19 de Julho de 77, que imobilizou as principais cidades do país, a imensa manifestação popular quando do enterro de Velasco Alvarado, as greves operárias de 27 e 28 de Fevereiro deste ano, com a quase paralisação total dos sectores proletários de Lima, e a prolongada greve da fome de 60 trabalhadores que exigiam a reintegra-

ção dos três mil despedidos.

Em todas estas lutas foi manifesta uma intensa tendência para a unidade e o repúdio total pela política do governo. As centrais sindicais mais importantes do país, a CNA — **Confederación Nacional Agraria** — e a CGTP — **Confederación General de Trabajadores del Perú** — iniciaram um processo de aproximação e cordenação com outras centrais sindicais: a CTRP e CNT, com vista à revogação do recente decreto da "estabilidade" laboral.

As tendências unificadoras são também visíveis em certos sectores da esquerda, não tendo porém originado, nem uma Frente Eleitoral, nem uma lista única candidata às eleições. São seis as listas que representam os sectores da esquerda: a Democracia Cristã, encabeçada por Héctor Conejo Chávez, que defende o processo revolucionário e enfrenta a direita; o Partido Socialista Revolucionário, presidido pelo ge-

neral Leonidas Rodríguez Figueroa, que reúne personalidades de esquerda do governo de Velasco Alvarado; a União Democrática Popular que agrupa 12 pequenas organizações marxistas-leninistas; o Partido Comunista Peruano, de Jorge del Prado; a Frente Operária Camponesa e Estudantil, de Genaro Ledesma, que agrupa algumas personalidades de esquerda juntamente com algumas organizações trotskistas e maoístas; e por último, a Acção Revolucionária Socialista, de Mário Villarán, resultante de uma cisão da Acción Popular. Existem ainda algumas organizações maoístas que defendem a abstenção, mas são grupos muito pequenos e com pouca representatividade.

Ajudada pela intensa politização de importantes sectores populares durante o governo de Velasco Alvarado, a esquerda peruana tem diante de si a enorme tarefa de construir um forte movimento popular. Todas as tendências defendem que a Constituição deve ser, no caso de se vir a realizar, apenas um elemento de uma estratégia mais ampla, destinada a deter o avanço dos tradicionais inimigos do povo peruano.

Da maneira como a esquerda enfrentar os importantes problemas nacionais do momento, e da sua capacidade para sair da política do grupúsculo e de interpretar os verdadeiros sentimentos populares, depende se conseguirá constituir uma importante força política capaz de influir decisivamente sobre o futuro do Peru.



Nos muros a presença do PSR, novo partido da esquerda peruana.

EQUADOR

Os movimentos pré-eleitorais

A proibição da candidatura do favorito Assad Bucaram lança uma nova interrogação sobre as próximas eleições presidenciais. Num quadro político que mudou radicalmente pelo impacto do petróleo na economia, a direita e as companhias petrolíferas já têm o seu candidato. Por outro lado, fracassou uma tentativa de formar uma ampla coligação de centro-esquerda.



José Steinsleger

EM 1924, o tradicional equilíbrio entre conservadores e liberais no Equador foi interrompido devido à aparição no cenário político nacional de novas forças políticas. O sistema capitalista nacional sofreu um reordenamento e o país entrou numa espécie de incipiente desenvolvimento industrial gerado a partir da cidade costeira de Guayaquil, principal bastião dos liberais.

Sob numerosos aspectos e pontos de vista, as circunstâncias em que vivem os equatorianos de há um tempo a esta parte são análogas às de então, se se tomar em conta o impacto que a exportação de petróleo, iniciada em Agosto de 1971, teve nos sectores tradicionais, produtores de banana, café e cacau. A perda de importância destes produtos na exportação nacional transformou por completo as características económicas do Equador. O petróleo deixava de ser um "mito" para os equatorianos, segundo a expressão do ex-presidente Galo Plaza.

Tal fenómeno económico teve uma correspondência política. Em princípios de 1972, uma corrente das Forças Armadas, encabeçada pela marinha, decidiu tomar as rédeas do poder imbuída de insuspeitos sentimentos nacionalistas. Os hidrocarbonantes do oriente amazónico tinham criado uma complexa e desafiante situação: a transformação da secular sociedade agro-exportadora numa sociedade agro-mineira-industrial.

O pano de fundo: as companhias petrolíferas

O epicentro contraditório desta crise estrutural teve a sua mais alta expressão durante o mandato presidencial do General Guillermo Rodríguez Lara. Identificado com os interesses industriais da Sierra e alguns poderosos capitais do Pacto Andino, Rodríguez Lara encontrou um incómodo curto-circuito na administração do ex-capitão de Fragata (hoje Almirante na reserva) Gustavo Jarrín Ampudia, titular do Ministério dos Recursos Naturais e ideólogo das forças nacionalistas da Academia Naval de Guerra, dispostas a romper com a dependência capitalista do país em relação ao imperialismo e a enfrentar o consórcio Texano-Gulf.

À direita de ambos os oficiais, as companhias do cartel foram repartindo hermeticamente aquilo que podemos denominar por **nova organização nacional do Equador**, estreitamente ligada aos seus interesses directos e adaptada às exigências de uma economia transnacional sensibilizada pela crise mundial energética. Se bem que ainda não sejam visíveis as características deste Equador produtor de petróleo, ferreamente integrado na órbita imperialista, é já patente, até pelas consequências, que numerosos acontecimentos políticos produzidos neste país desde 1972 tiveram por pano de fundo as companhias de petróleo.

A destituição de Jarrín Ampudia do Ministério dos

Recursos Naturais e depois o derrube de Rodríguez Lara (devido à sua ambígua administração face às companhias) não deixam lugar para dúvidas. O assunto constitui hoje um amplo campo de especulações e expectativas nas forças políticas partidárias atomizadas por uma trintena de organizações obrigadas a permanentes conciliação de acordos, frentes de coligações que constituem também a expressão clara da crise institucional equatoriana.

O triunvirato

Os ensaios estratégicos a longo prazo aplicados no Equador (invariável política de cartel do petróleo), expressaram-se nos últimos anos numa série de golpes de estado. A 1 de Setembro de 1975, por exemplo, o general González Alvear encabeça um golpe que fracassa não sem que tenham perecido cem pessoas. No rescaldo verificou-se que na conspiração estava envolvida a embaixada de Pinochet em Quito que contava com o velado apoio de diversas forças da reacção interna.

González Alvear refugiou-se na embaixada chilena e passados poucos dias parte para o exílio em Santiago do Chile. Uma explicação nada descabida corre entre os círculos políticos democráticos: o sector golpista encorajado a partir de Santiago estaria ligado ao objectivo do Pentágono que visaria forjar um confronto militar com o Perú, recomeçando a guerra do petróleo de 1941. Com tal

objectivo alcançado, o Chile, por seu lado, estaria em condições de criar um conflito no sul do Perú.

Quatro meses após o fracassado "quartelazo", Rodríguez Lara foi derrubado da presidência e substituído por um triunvirato cujas figuras mais relevantes são o vice-almirante Alfredo Povedo Burbano e o general Guillermo Durán Arcentules. Povedo Burbano, sem jogo próprio, pareceria inscrever-se na política do Presidente Carter quanto às prometidas eleições de Julho próximo. Por seu lado, Durán Arcentules, é apontado como um "homem duro", na linha de González Alvear.

O referendo de Janeiro passado levou mais de um milhão de equatorianos às urnas. Deviam votar entre a Constituição de 1945 e uma outra reformulada que, sob todos os pontos de vista, é muito mais progressista que a primeira. Ainda que 70 por cento dos sufrágios se tivessem pronunciado pela mais democrática das constituições, a sua aplicação não se consumará sem que se tenham realizado as eleições de Julho próximo. Mas, haverá eleições? No entanto a direita lançou já o seu homem: trata-se de Sixto Durán Ballén, arquitecto e antigo presidente da Câmara Municipal de Quito. Uma formidável máquina publicitária procura contrariar a ausência de consenso social em torno deste candidato. Apoiam-no, no entanto, as companhias de petróleo e alguns sectores conservadores da Sierra e da Costa... É além disso, de certo modo, o favorito de grande parte das Forças Armadas.



As forças camponesas e operárias avançam de maneira organizada, mas ainda não encontraram uma expressão política unitária.

O centro-esquerda e a esquerda, juntamente com a Democracia Cristã e outros sectores mais democráticos, não conseguiram constituir uma coligação para ir às urnas com vista a fazer algo mais do que a mera "contagem dos votos".

A proibição da Bucaram

A proscricção do favorito Asaad Bucaram, da *Concentración de Fuerzas Populares* (CFP), aglutinadora de poderosíssimos capitais costeiros e apoiada por centenas de milhar de marginais e desempregados, levanta uma interrogação sobre o espírito constitucionalista apregoado pelas Forças Armadas. A razão invocada é a mesma de

sempre: qualquer pessoa que seja filha de estrangeiros não pode aspirar ao Executivo. E Bucaram, seguro vencedor, é filho de libaneses. No entanto, o determinante será jogado no seio das Forças Armadas. Ou seja, sobre quem deterá a hegemonia interna, sobretudo em relação a Durán Arcentales, que assistiu em Outubro passado a uma conferência de chefes do Pentágono celebrada na Coreia do Sul.

É neste âmbito que deverá ser explicado o crescente entendimento entre as instituições militares chileno-equatorianas que se traduzem, inclusive, nas recíprocas visitas efectuadas por delegações de ambos os países.

ASIA

COREIA DO SUL

Uma reforma agrária capitalista

*Uma «modernização» da agricultura que expulsa
pequenos agricultores das suas terras.
A medida, desde há muito preparada pelo governo de Seul
e pelas grandes empresas capitalistas,
só é possível devido à ausência de liberdades públicas,
à supressão da oposição
e à repressão exercida sobre as organizações camponesas.*

DRÁSTICAS alterações estão a transformar profundamente a agricultura sul-coreana, afectando a vida de milhares de camponeses num processo de consequências sociais e políticas imprevisíveis. O governo de Seul promove essas transformações na economia rural de forma a conseguir a sua integração na industrialização da Coreia do Sul, cada vez mais

dependente dos capitais estrangeiros e que se orienta por isso também cada vez mais para o mercado mundial e não para a satisfação das necessidades internas do país.

A 7 de Dezembro de 1977 o oficioso Grupo de Professores para a Assistência de Políticas Governamentais propôs excluir dos direitos inerentes à propriedade a faculdade do cam-

Kim Chang Soo

ponês decidir como utilizar as suas próprias terras. Além disso recomendou pôr fim a toda a venda de terras públicas, dando ao governo a prioridade sobre as compras e autorizando empresas estatais a emprender tarefas de desenvolvimento agrícola. Em

outras palavras, isso significa controlar ou abolir a capacidade dos camponeses em decidirem o destino das suas courelas.

Nesse mesmo dia, o Partido Democrático Republicano (PDR), que governa Seul, anunciou a preparação de leis que ampliarão os limites máximos da propriedade rural. Até agora os camponeses sul-coreanos enfrentavam a proibição de possuir mais de três chongbo (medida que equivale aproximadamente a um hectare) de terra, ainda que na prática existam muitos agrários com propriedades maiores e latifundiários absentistas com enormes possessões. Para além de legalizar este neolatifundismo, o partido governamental anunciou em 13 de Dezembro a sua intenção de decretar uma "licença de terras" para regulamentar todas as transacções a partir da década de 80. Com esta finalidade será criada uma "Comissão de Terras" nas províncias, a qual deverá autorizar toda e qualquer compra ou venda de propriedades agrícolas.

A 10 de Dezembro, Nam Duk Woo, ministro da Junta de Planificação Económica, afirmou: "a política governamental de subsidiar um preço alto aos camponeses pelo seu arroz chegou a um limite, devido ao enorme custo financeiro que implica. A partir de agora o governo suspenderá esses subsídios. O investimento dos agricultores será incrementado através de "lucros extra agrícolas" e da redução da população rural".

O recém designado ministro da Agricultura e Pescas, Chang Duk Chin, afir-



Seul, uma cidade americanizada...

mou em 20 de Dezembro que "a mecanização é necessária para reduzir os custos da produção agrícola". Dois duros golpes para os pequenos proprietários, a quem a baixa do preço do arroz impedirá mecanizar a produção, vendo-se assim arruinados e obrigados a vender as suas parcelas.

De proprietários a proletários

Estes passos rumo à "Reforma Agrária" foram promovidos pelo próprio Presidente, Park Chung Hee. No final de 1976, o Presidente havia ordenado a Park

Joon Kyu, Presidente do Comité Político do PDR, a elaboração de um projecto de revisão do sistema agrícola. A proposta foi estudada numa reunião conjunta do partido e do governo, sendo presidida pelo próprio Park Chung Hee, na sua residência oficial da Casa Azul, em 14 de Dezembro do ano passado.

Em duas oportunidades anteriores (1967 e 1974) o regime sul-coreano já havia tentado reformar o sistema de propriedade rural procurando elevar os limites de extensão das parcelas, permitir a posse de terras a proprietários absentistas, estabelecer corporações

Coreia do Sul agrícolas e reconhecer um sistema de arrendamento. A firme resistência dos partidos da oposição, da imprensa e dos camponeses fez fracassar este projecto.

Agora, graças à ausência de uma oposição política capaz de colocar objecções, à supressão de liberdade de imprensa e à repressão dos movimentos camponeses é altamente provável que o governo sul-coreano concretize o seu plano de revisão da lei da propriedade rural e de reestruturação total da economia agrícola.

Um estudo avançado pelo PDR sobre as extensões mínimas contempladas no novo sistema revelou que a área considerada mais económica para uma "granja modernizada" é de 7 a 8 chongbo e que 15 chongbo seria o mínimo para uma agricultura empresarial mecanizada. Estima-se então que a modernização da economia agrícola se poderia realizar apenas com 300 mil granjas familiares e que a mecanização empresarial da agricultura se efectuará reduzindo a 150 mil o número de propriedades. Isso significa que entre 87 e 94 por cento dos actuais proprietários da terra serão postos de lado, expulsos das suas terras ou assalariados como trabalhadores agrícolas pelas grandes empresas agrárias.

Note-se, contudo, que os camponeses sul-coreanos tinham atingido nos últimos anos a autosuficiência na produção do arroz (base da alimentação), graças à utilização de fertilizantes e ao emprego de novas sementes. Ainda que a produção tenha aumentado surpreendentemente, os camponeses nunca receberam o rendimento propor-

cional ao seu trabalho (ainda que o ministro da Junta de Planificação Económica tenha afirmado o contrário).

Como se explica então esta insistência do governo em alterar tão drasticamente a economia rural se os camponeses acabam de demonstrar a sua capacidade em abastecer todas as necessidades de arroz do país?

Uma reestruturação económica total

O recente "desenvolvimento" da economia sul-coreana e do seu sector agrícola explica todas estas interrogações. A agricultura é considerada uma "carga" pelo governo de Seul, já que a taxa de crescimento do sector agrícola é muito mais baixa do que a do sector manufactureiro ou dos serviços.

O baixo rendimento dos camponeses converte-se então num "gargalo de garrafa" para a expansão do mercado interno, necessária por sua vez para impulsionar as indústrias de exportação. De facto, na década de 60 o regime sul-coreano abandonou o mercado interno em busca de mercados no estrangeiro, adoptando um modelo de industrialização totalmente voltado ao consumo mundial. Graças aos baixos salários e ao ínfimo preço do arroz, a Coreia do Sul obteve um rápido crescimento das suas exportações, que chegaram a ser superiores a dez mil milhões de dólares em 1977. Mas como a economia do país depende ba-

sicamente da indústria ligeira, torna-se difícil actualmente expandir ainda mais as exportações.

Em 1977, 37 por cento das exportações foram constituídas à base de têxteis e confecções de pronto-a-vestir, produção essencialmente baseada nos baixos salários. 60 por cento do total exportado provinha da indústria ligeira, e se incluirmos nesta categoria a produção de electrodomésticos tal cifra eleva-se a 70 por cento. Nos últimos tempos os representantes dos empresários sul-coreanos começaram a reclamar uma reorientação que dê prioridade à indústria pesada e química. O presidente da Federação Coreana de Indústrias defende que a Coreia do Sul não pode aumentar as suas exportações se depender apenas dos baixos salários. O que implica que a actual estrutura industrial deveria dar lugar a uma utilização intensiva do capital. Mas tal intenção vê-se condicionada pela pequenez do mercado interno. Neste contexto, o governo sul-coreano procura transformar profundamente o sector agrícola, esperando deste modo incrementar o consumo doméstico e estimular as indústrias de exportação, particularmente a indústria química. A "reforma agrária" proposta é parte integral, pois, da reestruturação total da economia.

Logo que subam os limites de superfície das propriedades, os grandes latifundiários e as grandes empresas comprarão vorazmente as terras dos pequenos agricultores durante os próximos anos. Ao mesmo tempo que o governo decretará a exploração de cer-

tas terras por determinadas empresas agrícolas, onde os pequenos camponeses serão empregados como trabalhadores rurais ainda que formalmente conservem a propriedade das suas parcelas. Será então possível fazer baixar os custos de produção através da mecanização e da exploração empresarial das terras. A procura de fertilizantes e de maquinaria agrícola estimulará, por seu turno, a indústria química. O sector agrícola tornar-se-á cada vez mais dependente do capitalismo mundial, consumindo a produção rural uma quantidade crescente de petróleo, que o país é obrigado a importar.

Expulsão de milhares de camponeses

Mas esta incorporação da agricultura no sector industrial fará com que milhares de camponeses sejam obrigados a deixar as suas terras. Emigrando para as cidades, constituirão uma enorme força de trabalho que manterá a baixo preço os salários dos operários industriais. O arroz barato, conseguido através da mecanização, contribuirá para um abaixamento ainda maior destes salários industriais. A agricultura "florescerá", mas sem camponeses.

À medida que a economia cresce deteriorar-se-á a situação social e económica dos camponeses e dos trabalhadores industriais. Durante os últimos três Planos Económicos Quinquenais, a agricultura e os camponeses estiveram sistematicamente afastados do crescimento do resto da econo-



Park Chung Hee, presidente da Coreia do Sul, o principal promotor da «reforma agrária» capitalista

mia. O governo sul-coreano procura agora incorporar completamente a economia rural na economia capitalista, expulsando os camponeses das suas terras e "libertando-os" para que se tornem assalariados nas empresas agrícolas ou industriais.

Um aspecto complementar desta política é a limitação do direito à propriedade da terra. Na Coreia do Sul a ditadura vai muito mais além da supressão da liberdade e expressão, o que provoca o protesto dos intelectuais de todo o mundo. A ditadura afecta a vida dos trabalhadores e camponeses ainda que nas áreas mais remotas.

Através da Lei de Uso e Exploração Nacional da Terra, o Governo proibiu já a utilização privada de cerca de 16 por cento (15.805) do território sul-coreano. Foi ainda proposta uma lei que garanta o direito das companhias construtoras em expropriar terras de camponeses para a edificação de apartamentos. Sob um sistema político que não reconhece limite algum ao poder ditato-

rial, todos os direitos civis, incluindo o tradicional direito dos camponeses de possuírem a terra que trabalham, são suprimidos. A repressão ao movimento camponês, à imprensa independente e aos partidos opositores é garante que tal política possa ser aprovada sem contestação pública. O que não imuniza o regime de Park contra os efeitos sociais explosivos de tão drásticas mudanças.

Numa análise superficial, a supressão do usufruto e da propriedade da terra a fim de possibilitar a sua utilização por parte do Estado poderia parecer semelhante a uma reforma económica de cariz socialista. Mas na Coreia do Sul esta política tem como único objectivo o fortalecimento da ditadura e o benefício das grandes empresas capitalistas. Só através de uma transformação política, que dê ao povo poder sobre o seu destino, os camponeses sul-coreanos poderão desfrutar do produto do seu trabalho na sua própria terra.

PANORAMA

TRICONTINENTAL

França

O «herói de Shaba» torturara na Argélia

Algumas horas após o lançamento dos pára-que-distas do 2.º Regimento Aerotransportado da Legião Estrangeira, os “mass-media” franceses, particularmente a televisão e os matutinos *Le Figaro*, *L'Aurore* e *France-Soir*, desencadearam uma campanha de glorificação e exaltação belicista sem precedentes desde a guerra da Argélia.

Tais campanhas necessitam sempre de heróis individualizados, e o comandante da operação dos pára-que-distas, coronel Philippe Erulin, tornou-se rapidamente o ídolo dos intrépidos guerreiros de gabinete que povoam as redações

dos órgãos de comunicação social oficialistas da França neocolonialista. A história do 2.º REP passou a ser cantada alto nas suas glórias duvidosas.

Um regimento “para” modelo, não cabem dúvidas. Em Abril de 1954 participou da batalha de Dien-Bien-Phu, a derrota final do colonialismo francês na Indochina. A partir de Dezembro do ano seguinte da guerra da Argélia, onde terminaria sem glórias, cercado no enclave de Mers-el-Kebir, em 1962.

A partir de 1967, a sua base de operações passou a ser a Córsega, de onde enviou unidades para o Tcha-

de em 69 e para Djibuti em 70.

Quanto ao coronel Erulin, tornou-se um herói algo embaraçoso. O antigo militante anticolonialista Henry Alleg descobriu um conhecido de longa data. Com efeito, reconheceu no garboso coronel um certo alferes Eulin, que participara pessoalmente no seu interrogatório e tortura, em plena “Batalha de Alger”.

Preso em Junho de 1957, Alleg, que era o chefe de redacção do diário *Alger Republicain*, teve um pouco mais de sorte nas mãos dos “páras” do que o seu companheiro de cela, Maurice Audin, que morreu durante o “interrogatório” e foi sepultado secretamente em lugar até hoje desconhecido.

Vinte e um anos mais tarde, Alleg, teve a oportunidade de reconhecer e denunciar novamente — já o fizera antes no seu livro “*La Question*” — um dos oficiais pára-que-distas que, obedecendo as ordens do célebre general Massu, lhe administrara choques eléctricos e outros suplícios.

O então alferes do 1.º Regimento de Páraquedistas Coloniais fora, é verdade, condecorado por tão relevantes serviços à França, com o título de Cavaleiro da Legião de Honra.

Sem dúvida, ninguém melhor para comandar a “missão humanitária” dos legionários em Kolwezi...

10

O coronel Erulin, um dos troturadores de Henri Alleg durante a «Batalha de Argel»



Argentina

Montoneros também jogam

A convicção da Junta Militar de poder aproveitar o Mundial 78 como uma forma de autopromoção política capaz de mascarar a verdadeira situação existente na Argentina, está a ser frustrada pelos acontecimentos.

Com metade do campeonato já transcorrido, é possível fazer-se um balanço político parcial da batalha do Mundial 78. No próximo número de "Cadernos do Terceiro Mundo" teremos oportunidade de voltar ao tema, com o campeonato já encerrado e com informações mais detalhadas sobre os acontecimentos políticos que marcaram a sua realização.

Enquanto em campo se disputavam os quartos de final, no terreno político a situação evoluía de maneira desfavorável à Junta Militar. As celebrações das vitórias da selecção argentina contra a Hungria e a França, no centro de Buenos Aires, transformaram-se em certos momentos em manifestações contra a Junta Militar. Na noite do desafio Argentina-Hungria, durante as carnavalescas celebrações da vitória, no centro

da capital, a polícia atirou contra grupos de "torcedores" que gritavam: "ARGENTINA CAMPEON - VIDELA AL PAREDON!!!", matando pelo menos uma pessoa.

Mas novas surpresas estavam reservadas ao regime. No dia 6 de Junho, poucos minutos antes da transmissão do desafio Argentina-França, a voz do locutor do canal 2 da TV de La Plata emudeceu. Ouviu-se, em seguida, os acordes da marcha "Los Muchachos Peronistas" e, logo de imediato, uma declaração de treze minutos do secretário-geral do Movimento Peronista Montonero, Mario Eduardo Firmenich.

A aparição na TV da principal organização de resistência argentina provocou um grande impacto e acabou por transpirar — com um dia de atraso — para a imprensa internacional. Foi realizada com o auxílio de um sofisticado sistema de interferência electrónica que permitiu aos Montoneros aparecerem cerca de 60 vezes, no video, nos últimos 12 meses.

Nos dias seguintes, os



Montoneros marcaram a sua presença no centro da cidade fazendo detonar três bombas de estrondo, lança-panfletos: uma, por estranho que possa parecer, em frente da Casa Rosada, a sede do Governo, e as outras duas em pontos centrais da capital. Realizaram também um comício-relâmpago em plena Calle Florida, o centro turístico de Buenos Aires.

No dia 9, mais de mil **Locas de la Plaza de Mayo** — mulheres, mães e irmãos dos desaparecidos — realizaram uma manifestação silenciosa da **Plaza de Mayo** até à **Calle Florida**, todos vestidos de negro com lenços brancos. A polícia evitou intervir por causa da presença de numerosos jornalistas estrangeiros e de quase toda a equipa sueca que compareceu à manifestação. Na hora da dispersão, porém, foram sequestradas 3 mulheres pela Polícia Federal.

Tudo isso parecia ser apenas o começo. Inclusi-

PANORAMA TRICONTINENTAL

vamente, dada a rigorosa censura aos serviços de telex, são poucas as informações que filtram para fora relativas à resistência do povo argentino. Terá que se aguardar o regresso e o testemunho directo dos jornalistas, jogadores e afi-

cionados para se saber de mais detalhes.

É previsível, também, que no final do campeonato, as diferentes formas de resistência e protesto do povo argentino aumentem e atinjam níveis inesperados. Resta aguardar e "tor-

cer" pela vitória futebolística da equipa favorita de cada um e pela vitória política do povo argentino contra a ditadura.



África do Sul

Quem financia o Apartheid?

A decisão do governo nigeriano de retirar todos os fundos que tinha depositados no **Barclays Bank**, como represália aos vínculos que esta instituição financeira britânica tem com o regime racista sul-africano, trouxe um efectivo impulso na já vigorosa campanha internacional pelo bloqueio económico do **apartheid**.

Pelo menos seis bancos

norte-americanos e um inglês foram já obrigados — por pressão da opinião pública — a não conceder novos créditos ao regime sul-africano. No entanto, Anthony Tuke, presidente do **Barclays Bank**, anunciou em Londres o seu propósito de manter os vínculos financeiros com o regime racista.

A resposta do governo

nigeriano foi um sério revés para esta política, já que uma alta percentagem dos 900 milhões de libras esterlinas depositados no **Barclays Bank of Nigeria** eram de origem estatal.

Além disso, segundo notícias provenientes de Lagos, muitos investidores e pequenos aforristas nigerianos, seguindo o exemplo do seu governo, começaram a retirar os seus fundos das noventa sucursais daquela instituição bancária na Nigéria, o que poderia provocar o encerramento de grande parte delas.

Entretanto, em Washington, duas grandes organi-

zações norte-americanas pronunciaram-se a favor do boicote financeiro. A Central Sindical AFL-CIO, em comunicado do seu Conselho Executivo, reclamou "o termo do afluxo de capital ou créditos para a África do Sul" procedentes de entidades governamentais. Por seu lado, a Associação Nacional para a Protecção da Gente de Cor (NAACP, criada pelo falecido Martin Luther King) comprometeu-se a "trabalhar para desestimular o apoio governamental (norte-americano) à África do Sul; promover campanhas para que os aforradores retirem as suas poupanças dos bancos que operam com o regime racista; exortar as multinacionais a romper os seus vínculos com Pretória e a propor que os fundos que o Ex-Im Bank (Banco de Exportação e Importação) destina à África do Sul sejam canalizados para o Botswana, Lesotho e Suazilândia para fortalecer estas pequenas nações africanas e a reduzir a sua dependência dos regimes de minoria branca".



Hilgard Muller e John Vorster.

mittee e a Associação de Padres e Leigos Comprometidos.

"Jimmy Carter está na Casa Branca há mais de um ano e os programas governamentais de apoio ao regime sul-africano de Vorster continuam de pé", assinala um documento assinado por Edgar Lockwood, Christine Root e George Wright, representantes das várias organizações.

"Necessitamos montar uma campanha — acrescentam — que demonstre que neste país há uma exigência popular para factos e não para palavras, para que cessem as ligações dos Esta-

dos Unidos com o apartheid".

Face a esta crescente reivindicação, não tardou a montar-se uma contra-campanha. Foi assim, por exemplo, que o semanário "Time" fretou um avião especial, que transportou 60 jornalistas à África do Sul, onde se entrevistaram com dirigentes negros leais a Pretória, que protestaram contra o boicote financeiro alegando que este prejudicaria a população negra.

Os amigos de Vorster em Washington são poderosos e não se renderão facilmente.

Bolívia

O relatório sul-africano

Uma delegação do **Harstigte National Party**, organização política sul-africana situada à direita do primeiro-ministro John Vorster, visitou recentemente a Bolívia e o Brasil para examinar o potencial agrícola destes países sul-americanos. A deslocação fez parte de um programa de estudos organizado por este partido para decidir sobre eventuais lugares para onde os colonos brancos possam

emigrar quando a maioria negra tomar o poder.

Segundo informa o **South African Sunday Times**, a delegação sul-africana chegou à conclusão de que a situação racial na Bolívia não lhes criaria grandes problemas, já que "tal como nós, eles (os bolivianos) praticam a discriminação". Os sul-africanos consideram que a economia boliviana "é dirigida por uma pequena minoria de

imigrantes brancos da Europa que mantém espanhóis (sic) e índios no seu lugar. A única diferença é que eles fazem-no sem o tornar público ao mundo inteiro".

O porta-voz da delegação informou o mencionado periódico, que muitos colonos pensavam emigrar "num futuro próximo". No entanto, segundo a agência noticiosa ALAI, a partida de um primeiro grupo de 50 famílias em direcção à Bolívia havia sido suspensa indefinidamente, logo após terem sido tornadas públicas acusações por parte da Igreja boliviana de que os sul-africanos procuram transplantar o **apartheid** para esse país da América do Sul.

Egipto

Fome e repressão

O descontentamento contra a política capitulacionista do presidente Sadat em relação a Israel e aos Estados Unidos, estende-se aos meios militares egípcios. Pese embora o silêncio, alguns sintomas transpiraram para o exterior. Sabe-se, por exemplo, que o chefe de Estado egípcio pediu ao seu ministro da Guerra, general Ab-

del Ghani El Gamassi, a imediata passagem à reserva de onze generais, entre os quais figuravam os comandantes do II e III Exércitos, generais Fuad Aziz Ghali e Ahamad Badaui, heróis da guerra de 1973, que encabeçaram a histórica travessia do Canal do Suez.

El Gamassi, no entanto, absteve-se de publicar o

decreto correspondente, e a crise continua.

Incapaz de superar estas divergências, Sadat decidiu confrontar-se com rivais menos poderosos, e em fins de Maio fez plebiscitar uma "purga" na administração pública, da qual promete expulsar todos os "comunistas", denominação interpretada com suficiente amplitude para abarcar todo e qualquer opositor.

A medida é extensiva também aos sindicatos e à imprensa, onde já se iniciaram as represálias contra quem publicou críticas em

jornais estrangeiros (a censura impede-o de fazer nos "mass media" locais).

Neste contexto, a aprovação pelo Senado dos Estados Unidos da proposta de vender ao Egipto aviões de combate F-5 (ao mesmo tempo que proporciona a Israel os mais sofisticados F-15) dificilmente conseguirá sustentar a ira dos oficiais nacionalistas. Quanto ao povo, os números divulgados oficialmente de que o referendun teria obtido uma votação de mais de 99 por cento favorável a Sadat, não convenceu os observadores estrangeiros no Cairo, que no dia 1 de Maio ouviram sonoramente o discurso do "raiz" ser várias vezes interrompido pelos trabalhadores que gritavam: "temos fome". ●



cadernos do
**terceiro
mundo**

**Formação
através da
informação**

Vietnam

O socialismo e os comerciantes

“A política do Estado consiste em abolir a burguesia como classe e não o indivíduo capitalista”, de-

clarou recentemente Vu Dinh Lieu, presidente do Comitê Popular da Cidade de Ho Chi Minh e membro

do Comitê Central do Partido Comunista Vietnamita.

O público seguia com a máxima atenção as suas palavras. E o caso não era para menos, já que se tratava de um encontro de mil capitalistas da antiga Saigão, reunidos para discutir a actual campanha de transformação do comércio. “Aqui não há prisão, nem represália ou juízo público contra capitalistas, mas apenas conselhos e recomendações”, explicou Vu Dinh Lieu.

Mas o que se aconselha a estes comerciantes, muitos deles culpados (ainda que não tenham sido publicamente acusados) de açambarcamento, especulação e adulteração de mercadorias? Que se convertam em produtores, aportando os seus capitais à construção de novas unidades económicas, agrárias ou industriais.

“A existência do comércio capitalista barrou o processo de transformação socialista no Sul do Vietname”, comenta a agência noticiosa vietnamita VNA. Para acelerar o novo sistema de comércio socialista (que é maioritário nos principais mercados populares de Ho Chi Minh) estabeleceram-se estímulos aos comerciantes: isenção do pagamento de impostos aqu-



les que trespassassem os seus capitais para a indústria; redução de impostos sobre mercadorias vendidas ao Estado e igualdade de direitos na educação e na vida política para os seus filhos.

Assim o antigo dono de uma peixaria será ajudado pelo Estado a converter-se num produtor de farinha de peixe; e 200 comerciantes de tecidos de Lam Dong prepara-se para participar na construção do Centro de Criação de Bichos de Seda na nova zona económica de Gia Lanh. Os capitalistas podem, também, incorporar-se nas empresas mistas ou nas cooperativas, onde passam a trabalhar por conta do Estado.

Como explicou à imprensa estrangeira o Comissário Político, Nguyen Duy Trinh, "a transformação socialista tem de se realizar reduzindo ao mínimo as perturbações económicas e sociais", e para isso é que é implantada "a um ritmo apropriado, por etapas sucessivas".

A reorganização do comércio é uma delas, tendente a eliminar o sector mais parasitário do empresariado e a encaminhar os seus membros para actividades produtivas enquadradas na planificação socialista.

Namíbia

Othoniel Gonzalez-Quevedo
jornalista de "Verde Olivo".

"Os nossos mortos impõem-nos que continuemos a luta até libertar todo o território da Namíbia", foram as palavras do Comissário da SWAPO, Greenwell Matongo, no mesmo local de Kassinga, onde as tropas mercenárias de Vorster cometeram um dos massacres mais espantosos que a História regista.

O combatente respondeu às perguntas dos jornalistas estrangeiros acreditados em Angola, e assegurou que Kassinga não era acampamento militar, mas um lugar de trânsito onde chegavam refugiados em busca de assistência médica e crianças para estudar.

"Quase todos os três mil e sessenta e oito refugiados que se encontravam no local no dia dos acontecimentos, haviam chegado uma semana ou dois dias antes, e deveriam abandonar o acampamento na manhã seguinte. (...)"

"Nossa moral", assegurou Greenwell, "é o moral de um combatente revolucionário, o moral dos que lutam pela liberdade. E se pensam que com este sistema de barbárie vão fazê-lo baixar, enganam-se. Este assassinato de pessoas inocentes, que não estavam armadas, as vidas que os racistas da África do Sul nos tiraram, terão que, um dia, pagar por elas".

O Comissário do Exército Popular da Libertação da Namíbia afirmou que no momento actual, os efectivos das tropas sul-africanas no território ocupado de seu país, são fustigados pelos combatentes.

"Eles têm problemas, e quiseram elevar o moral dos seus homens. Na realidade os seus soldados estão desmoralizados, e quando a SWAPO captura alguns, estabelece-se o pânico entre eles".

"Eu creio", concluiu, "que o melhor para a África do Sul, é ir a Washington e perguntar aos norte-americanos o que foi que se passou com eles no Vietnam, Cambodja e Laos, e o que tiveram que engulir. O povo da Namíbia e o da África do Sul serão livres, não importam os meios utilizados para evitá-lo".

Botswana

A luta difícil

A luta pela independência real do neocolonialismo é, no Botswana, ainda mais difícil que noutros países africanos, por se tratar de um país do interior, sem acesso ao mar, e quase completamente rodeado pelos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

Um dos grandes esforços do governo de Seretse Khama para se livrar desta asfixia, foi a construção da estrada norte-sul, que liga o país com outro dos integrantes da "linha da frente": a Zâmbia. No entanto, esta via torna-se intransitável na época das chuvas e as importações e exportações do Botswana têm de se dirigir para os portos sul-africanos através da via férrea que atravessa o país desde Ramakgwebana, no norte (na fronteira com a Rodésia), até Ramatlhabama, no sul.

O caminho de ferro, que transporta diariamente cinco mil toneladas de produtos (carne e minerais para os países europeus; petróleo, produtos alimentares e maquinaria para o Botswana) foi construído no século passado e integrava-se no

projecto colonialista de Cecil Rhodes de ligar o Cairo com a Cidade do Cabo, pertencendo desde o início do século ao governo da Rodésia.

Embora a linha férrea seja vital para o Botswana (ou talvez precisamente por isso) os rodesianos nunca se preocuparam em formar técnicos locais. Dos 838 empregados da **Rhodesian Railways** no Botswana, não há um só nascido no país que se possa considerar especializado ou, pelo menos, semi-especializado.

Este é um dos mais sérios obstáculos à nacionalização dos caminhos de ferro. Mas com paciência e decisão, o Botswana esforça-se para poder superá-lo, razão pela qual existem hoje dezenas de jovens a estudar as diversas técnicas ligadas com os caminhos de ferro em outros países africanos.

Entretanto, uma equipa de cinco técnicos botswaneses trabalha no exterior para conseguir os créditos necessários à nacionalização. Para nacionalizar os caminhos de ferro, o Botswana necessita ainda de

montar uma estação de manutenção e reparação (pois, actualmente, não existe nenhuma no país) e comprar cerca de 500 carruagens e várias locomotivas. As vantagens que aquele país africano tirará da nacionalização são óbvias, não só por deixar de depender de um regime hostil como é o rodesiano, como também devido à alta rentabilidade daquela via de comunicação. Porém, o prazo para a realizar não se estipulou ainda, mas a decisão do governo de Seretse Khama é irreversível.

Entretanto, antes do final do ano, os botswaneses poderão transitar pelas ruas do seu país em bicicletas construídas na sua própria terra. Segundo um acordo firmado entre as entidades governamentais e a fábrica indiana APLAS, o Botswana começará este ano a montar bicicletas fabricadas na Índia, prevenindo-se a gradual substituição das peças importadas por outras fabricadas internamente. As bicicletas passarão a ser 50 por cento mais baratas e, o que é mais importante, o Botswana deixará de importá-las da África do Sul.

Os caminhos da independência são difíceis, mas não intransitáveis. No Botswana, percorrem-se de comboio ou... a pedal.

Líbia

Visita de Sekou Touré

A visita do Presidente da Guiné-Conakry à Líbia constituiu um acontecimento de alta relevância política. Sekou Touré foi homenageado não só a nível oficial, mas também aplaudido pelas massas populares como um dos construtores da nova África, independente e progressista.

O comunicado final da reunião realizada entre os dois presidentes da Guiné-Conakry e da República Líbia reafirma, uma vez mais, a posição anti-impe-

rialista dos dois povos e realça a importância da cooperação entre o mundo árabe e a África negra.

"O reflexo desta reunião na luta dos povos do Terceiro Mundo pelo desenvolvimento e pela independência é inestimável" — refere o comunicado conjunto assinado pelo coronel Khadafi e pelo Presidente Sekou Touré.

O comunicado denuncia ainda os intentos imperialistas de estimular alianças

e blocos entre os países africanos e as velhas metrópoles coloniais. Reiterou-se a adesão ao princípio da autodeterminação de todos os povos, realçando o apoio à luta de libertação da Namíbia, Zimbabwe e África do Sul.

No documento, Líbia e Guiné-Conakry manifestam a sua vontade de participar na procura de um acordo justo que resolva as divergências reinantes no continente africano, particularmente quanto ao Sahara e à Eritreia. Os dois governos apelam à unidade do continente, que consideram fundamental para neutralizar os imperialistas **"que devem tirar as suas mãos sujas de África"**.

O Presidente do Comité Superior do Povo da Universidade de Trípoli, doutor Abdel Hafiz Al-Zeleitini, ao saudar o Presidente Sekou Touré, declarou: **"Homenageamos hoje um dos intelectuais que, no campo da filosofia, da literatura, da política e do direito, dedicam a sua vida à luta revolucionária para assegurar os Direitos Humanos em África, de modo que uma parte importante do continente se liberte da hegemonia imperialista, da discriminação racial e da exploração política e económica"**.



Quênia

O aumento da criminalidade

O Quênia tem presente-mente 13 milhões de habitan-tes (8 milhões de adul-tos), porém a sua estrutura económica só oferece em-plego a cerca de 800 000 assalariados. A maioria da população continua a viver da agricultura, mas a atrac-ção artificial do seu mode-lo "capitalista selvagem" de desenvolvimento empur-ra todos os anos milhares

de jovens para as cidades. Nairobi, a capital, com 700 mil habitantes, cresce a um ritmo de 10 por cento ao ano. Resultado: desempre-go... e delinquência.

As estatísticas de crimi-nalidade mostram um au-mento de 50 000 casos em 1972 a mais de 72 000 em 1976. E a tendência é para subir. A maioria destes cri-mes referem-se a assaltos e

a roubos de automóveis executados por desempre-gados. A única resposta a esta situação que procurou o governo do velho Jomo Kenyatta, foi o de decretar a pena de morte para os de-litos de assalto com violên-cia, e o de elevar considera-velmente os anos de prisão para crimes menores. Até ao momento, estas medidas não obtiveram o efeito ate-morizador desejado pelas autoridades do regime que-niano. Como explicou um funcionário policial: os de-linquentes não esperam ser capturados nunca.

Benin

Rápido crescimento económico

Ao completar-se o pri-meiro semestre de aplica-ção do Plano Trienal, Ou-tubro 1977-Setembro 1980, o Produto Interno Bruto do Benin cresceu a um ritmo de 19 por cento ao ano, o que ultrapassa a tendência prevista.

A estratégia de desenvol-vimento daquele país ba-seia-se na industrialização da sua produção agrícola, procurando reduzir a de-pendência das importações e de incrementar o valor acrescentado das exporta-ções.



O presidente Jomo Kenyatta

Angola

Ex-agente da CIA conta como foi...

Em livro agora publicado nos Estados Unidos da América pelas edições W.W. Norton & Company, John Stockwell, antigo Chefe do corpo expedicionário americano em Angola a trabalhar para a CIA, conta permenorizadamente a operação *Iafeature* que na altura dirigia, e com a qual se procurava desestabilizar a situação angolana, hipotecando a independência daquela antiga colónia portuguesa aos interesses do imperialismo através dos seus lacaios locais: FNLA e UNITA.

Acerca da intervenção norte-americana naquele país africano, afirma textualmente John Stockwell no seu livro: "Não foram os soviéticos que deram o primeiro passo em Angola (...). Foram os chineses e os Estados Unidos. Os soviéticos só chegaram depois para contrariar a nossa acção. (...) Foi a CIA que fez mergulhar os Estados Unidos na ilusão angolana."

O mercenário Stockwell não conta, por certo, tudo quanto sabe, mas o que afirma no seu livro é suficiente para ilustrar a cha-

mada "Teoria dos Três mundos" de Pekim: "*O golpe de Estado em Portugal teve lugar em Abril de 1974. Mas já em 1973, Holden Roberto tinha começado a receber armas dos chineses. A 29 de Maio de 1974, o primeiro contingente de 112 conselheiros militares chineses, chegava ao Zaire para treinar as forças da FNLA*". No mês seguinte a "CIA começa a fornecer fundos a Roberto, sem aprovação do Comité dos 40. Na altura ainda pequenos montantes, mas o suficiente para levantar rumores de que a CIA estava metida na corrida. Em Agosto, o Partido Comunista da União Soviética anunciava que considerava o MPLA como o verdadeiro porta-voz do novo angolano." "A 10 de Setembro, prossegue Sotockwell, a FNLA reconhecia publicamente que acabava de receber 450 toneladas de armas e munições provenientes da China".

O livro de Stockwell parece ter saído do prelo no "momento menos apropriado", quando as grandes potências ocidentais inter-

vêm militarmente no Shaba a pretexto da "penetração soviético-cubana". O testemunho do antigo chefe da operação *Iafeature*, acima de qualquer "suspeita" de poder estar a fazer "o jogo" do "comunismo internacional", vem provar, "com imparcialidade", a intervenção directa do imperialismo americano e da CIA contra a luta de libertação do povo angolano, e, de um modo geral, a ingerência de Washington nos assuntos internos de África.

As recentes declarações do presidente Carter sobre Angola, e um estudo da situação pedido a três altos funcionários da Secretaria de Estado norte-americana por Cyrus Vance, em que estes — segundo informa a revista *Afrique-Asie* — se teriam oposto vivamente a todo o projecto de intervenção "directa ou indirecta" da CIA com vista a apoiar as organizações fantoches angolanas (FNLA, UNITA e FLEC), vem demonstrar que o imperialismo norte-americano prepara novas agressões contra o martirizado povo angolano.

Stockwell (à esquerda), ao lado de Holden Roberto (Agosto de 1975)



Sahara

250 pessoas presas em El Ayoun

Em telex enviado ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha e à *Amnesty International*, o Crescente Vermelho Saharaui manifesta a sua "preocupação sobre a situação gravemente inquietante que se vive nas zonas ocupadas" pelo Marrocos e pela Mauritânia no Sahara Ocidental.

"No seguimento do 20 de Maio, dia de aniversário do início da luta armada do povo saharauí, — informa aquela organização humanitária — foram presas em El Ayoun — capital do Sahara Ocidental — cerca de 250 pessoas, contando-

-se entre os detidos muitos velhos e mulheres. As nossas populações inocentes são encarceradas em campos de concentração e de miséria, minados e rodeados de arame farpado".

O Crescente Vermelho Saharaui apela "à consciência humanitária" destas organizações internacionais, de modo a que impeçam "uma odiosa carnificina entre as populações inocentes", que viram o seu país ocupado e foram alvo das mais horríveis represálias por parte do regime expansionista de Marrocos.

Perú

As eleições constituintes

A APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), velho partido populista fundado por Haya de la Torre, obteve o primeiro lugar nos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte peruana. Com cerca de 98 por cento dos votos apurados, a APRA dispunha de 35,1 por cento, o que representa entre 35 e 37 lugares na futura Assembleia.

Em segundo lugar vinha o Partido Popular Cristão (PPC), de centro-direita, com 26,1 por cento e entre 26 e 28 lugares.

A Frente Operária Camponesa-Estudantil, de extrema-esquerda, ocupava o terceiro lugar com 11,5 por cento e entre 10 e 12 lugares. Em seguida vinha o Partido Socialista Revolucionário, do Gen. Leonidas Figueroa, com 6 lugares, o

Partido Comunista, com 6 e o Partido Democrata Cristão com 3. Outros partidos menores tentavam fazer o seu primeiro deputado, não devendo passar disso. Era o caso da União Nacional (extrema-direita) e União Democrática Popular (extrema-esquerda).

No entanto a notícia mais bombástica foi a da prisão do líder do Partido Socialista Revolucionário, general Rodríguez Figueroa, quando exercia o seu direito de voto. Rodríguez Figueroa, que havia há bem recentemente dado uma longa entrevista aos *Cadernos do Terceiro Mundo* (ver o nosso último número), encontrava-se na clandestinidade desde que o governo militar de Morales Bermúdez passara contra si um mandato da captura, na sequência da greve geral contra o aumento do custo de vida e contra as imposições do FMI.

Rodríguez Figueroa ainda na clandestinidade, segundo consta, teria obtido das autoridades peruanas autorização para votar, não lhe garantindo estas, porém, "a integridade física".

A prisão daquele líder da oposição peruana foi violenta, pois Rodríguez Figueroa negou-se a aceitar a ordem de detenção. Mas o dirigente do PSR acabou por ser dominado e transportado num carro por vários agentes da polícia política para lugar não identificado.

Segundo notícias trans-

mitidas de Lima, capital do Peru, o general Rodríguez Figueroa será deportado para a Argentina, desconhecendo-se porém ainda a data, a exemplo do que já aconteceu com outros polí-

ticos de esquerda e dirigentes sindicais.

A deportação do líder do PSR, transmitida por fontes diplomáticas creditadas em Lima, foi alvo de uma tomada de posição do pre-

sidente do júri nacional de eleições, Ulisses Montoya, que comunicou oficialmente o Ministério do Interior peruano a violação do regulamento eleitoral vigente no país.

Lisboa

Embaixador egípcio denuncia política de Sadat

O regime de Sadat no Egipto não é melhor do que o regime de Salazar e Caetano que foi derrubado em Portugal em 1974, ou do que o regime de Franco que viu o seu fim em Espanha em 1976 — é nestes termos que o embaixador egípcio em Lisboa, general Saad El Shazly, antigo chefe do Estado Maior General das Forças Armadas egípcias em 1973, caracteriza a situação actual que vive o seu país.

Em documento distribuído à agência noticiosa portuguesa — ANOP — o general El Shazly, herói do Sinai e principal estratega da travessia do Canal de Suez pelas forças egípcias na guerra contra os sionistas em 1973, faz o libelo do regime de Anwar El Sadat: Se existisse uma real democracia no Egipto, nós não poderíamos ter escolhido a política externa errada de Sadat. Os resulta-

dos dessa política externa errada falam por si:

1 — Israel tornou-se mais intransigente do que nunca. Os israelitas rejeitam agora o que estavam prontos a aceitar durante os negros dias da nossa derrota em 1967;

2 — As Forças Armadas egípcias, que constituem o factor principal que poderia permitir à direcção política a negociação de um acordo de paz a partir de uma posição de força, perderam muito do seu vigor. A sua capacidade é hoje estimada como sendo de cerca de 60 por cento da que tinham antes da guerra de 1973; ao mesmo tempo que a capacidade das Forças Armadas israelitas aumentou em 160 por cento desde a mesma época;

3 — A solidariedade árabe foi abalada. Nunca nos últimos 30 anos foi tão grande a divisão entre os países árabes;

4 — A extraordinária posição do Egipto entre os países do "Terceiro Mundo" em geral e entre os países africanos em particular, diminuiu enormemente.

Algumas horas após a divulgação do documento do general Shazly, o governo egípcio através do Ministério dos Negócios Estrangeiros divulgava a suspensão do seu embaixador em Portugal, ordenando-lhe que regressasse ao Cairo a fim de comparecer perante um "Conselho Disciplinar". Tal atitude insere-se perfeitamente na política repressiva do governo do Cairo. O general Saad El Shazly definia desta forma: Com a cobertura de frases ambiguas como unidade nacional e paz social, Sadat está agora a enviar para a cadeia todos os seus opositores políticos.

Porém, eu digo-lhes que, desta vez, o povo não vai esquecer nem perdoar. O povo não voltará a encorajar o oportunismo (...) a estrada para a democracia é difícil, mas é o único caminho que poderá levar o Egipto para um futuro melhor — concluía Saad.

CULTURA

Alfabetização dos indígenas europeus

O Centro do Terceiro Mundo da Universidade de Nijmegen «alfabetiza politicamente» a classe média holandesa, mostrando que quer os problemas por ela sentidos quer os que enfrentam os povos do subdesenvolvimento, são causados pelo mesmo sistema sócio-económico.



“É mais difícil alfabetizar os “indígenas” holandeses que os indígenas do Terceiro Mundo. Na América Latina, os indígenas sabem que os estrangeiros chegam para os roubar e estão ávidos dos conhecimentos que os possam ajudar a mudar essa situação. Ao contrário, na Holanda, a nossa classe média é totalmente analfabeta política e economicamente, mas julga-se muito culta e não recebe bem o alfabetizador”.

Assim explica Gerrit Huizzer, antropólogo holandês que durante muitos anos conviveu com indígenas e camponeses latino-americanos, as dificuldades do seu trabalho de

“alfabetização política” no Centro do Terceiro Mundo da Universidade estatal católica de Nimega, Holanda. Mas ainda que a tarefa seja árdua, Huizzer fá-la com empenho, procurando relacionar as lutas do Terceiro Mundo com os problemas que enfrentam os países altamente desenvolvidos como o seu, extraindo das primeiras os elementos que permitam criar consciência nos segundos sobre a necessidade de transformações radicais.

“A ideia do Centro do Terceiro Mundo surgiu dos próprios estudantes em 1968 — explica Huizzer — quando depois de um ciclo de conferências sobre a

Roberto Remo

América Latina resolveram que já era tempo de escutar a voz dos próprios povos e não a interpretação de académicos que olham o Terceiro Mundo com uma óptica europeia.”

Os universitários de Nijmegen, um centro de estudos financiados pelo Estado e vinculado aos sectores mais progressistas das igrejas holandesas, conseguiram que o seu projecto fosse aprovado. Conseguiram impor, também, que como director do Centro fosse nomeado Gerrit Huizzer, conhecido não só pela solidez das suas investigações (1) como também pe-

la sua coerente posição anti-imperialista.

Docência, investigação e acção

Com uma equipa docente de oito professores, o Centro ministra cursos semestrais a estudantes de sociologia, medicina, teologia, física ou qualquer outra das cadeiras da Universidade de Nimega, procurando integrar a docência com a investigação e a acção.

“Os estudantes chegam-nos sensibilizados pela pobreza, ou pelas lutas de libertação que vêm nos noticiários da televisão, explica Huizzer. Mas nem sempre sabem que a causa dos problemas que os comovem é um sistema económico estruturado a nível mundial. E que é a mesma causa que provoca os problemas do desemprego ou a contaminação do ambiente que tanto nos preocupa na Holanda”.

Ali começa a “alfabetização política”. A ânsia de aprofundar os conhecimentos é canalizada até à investigação de temas concretos. “Em jornais, revistas, material do nosso arquivo, — continua o director do Centro — os estudantes buscam informações sobre os temas que lhes interessam, a guerra em Timor Leste, a luta palestina, as multinacionais na América Latina. E preparam folhetos, audiovisuais, material divulgativo que lhes permita passar à acção”.

Esta acção pode ser conversas na escola, colheita de fundos para os movimentos de libertação, manifestações contra as ditaduras, ou o que consideram



Gerrit Huizzer

apropriado. E organizam-se em conjunto com grupos e eclesíásticos, organizações estudantis, sindicatos operários ou comités de outras localidades vizinhas.

“Naturalmente as pessoas nas ruas fazem-lhes perguntas antes de lhes dar dinheiro para uma causa, comenta Huizzer. Dão-se conta então que a sua informação não é suficiente, que faltam argumentos, que é parcial ou demasiadamente radical. E isso obriga-os a aprofundar os seus conhecimentos”.

O maior imperialismo do mundo

O centro do Terceiro Mundo de Nimega compreende, além disso, projectos mais ambiciosos e a longo prazo. “Actualmente estamos a trabalhar numa história do imperialismo holandês do século XVI ao século XX. Ninguém parece recordar na Holanda que nós fomos os maiores comerciantes de escravos do

mundo. As casas bonitas dos canais de Amsterdão, das quais nos orgulhamos, foram construídas com o sofrimento de milhares de escravos africanos vendidos pelos holandeses nos mercados do Recife e Curaçao no século XVII. Os povos do Terceiro Mundo, estes sim, sabem disso. E também são recordados em muitas partes da América Latina os crimes dos corsários holandeses. Mas nas nossas escolas não se fala disso. De modo que estamos preparando uma grande obra, da qual sairá material para as nossas escolas. Tem que se reescrever a história.”

— Mas o governo holandês é respeitado no Terceiro Mundo pelas suas posições progressistas no seio da Comunidade Económica Europeia...

— A Holanda orgulha-se de ser um dos países que destina maior percentagem do seu PBI para ajuda externa (0,8 por cento). Mas o que os nossos concidadãos não sabem, é que a

Holanda é também o país que mais investe per capita no mundo, através das suas grandes corporações multinacionais, a Royal Dutch Shell, Unilever, a Philips e outras. Mais que os Estados Unidos. Somos os maiores imperialistas do mundo.

— Não lhe cria problemas realizar essas denúncias?

— Não. Nós temos uma democracia liberal muito estável e arreigada. E o Centro do Terceiro Mundo realiza o seu trabalho com o máximo rigor académico, de modo que as nossas afirmações contêm uma base científica, irrefutável.

— O público poderia interpretar a atitude do Centro como um ataque aos seus interesses...

— O holandês médio já foi sensibilizado pelos meios de comunicação e vêem com simpatia a causa dos pobres do mundo. Só que a entende como um problema de caridade. Nós os "alfabetizamos" fazendo-lhes ver que as raízes estão no sistema socio-económico que é o mesmo na Holanda e no Terceiro Mundo.

Agora mesmo, por exemplo, — continua Huizzer — a Unilever está a fechar uma das suas fábricas de carne na Holanda, deixando desempregados centenas de operários, porque supostamente tem tido prejuízo. Mas se os sindicatos holandeses pudessem demonstrar que a mesma empresa está tendo enormes lucros no México, Chile, Índia ou El Salvador (onde se chama ZWAN, INDUSLEVER, INDUSTANLEVER ou UNISOLA) então a lei holandesa poderia obrigar a reabrir a fábrica. Começa uma luta e uma conscien-

cialização. Mas para isso é indispensável estudar a acção das multinacionais e poder apoiar-se em dados e argumentos inquestionáveis. É uma tarefa a longo prazo e muitos dos nossos estudantes impacientam-se e passam a constituir grupinhos maoístas ou trotskistas de escassa efectividade.

— De onde obtém essa informação?

— Dos jornais europeus e do Terceiro Mundo, das próprias empresas a bibliografia de organismos internacionais, do trabalho de campo. Enfim, as fontes tradicionais de toda a investigação académica. Mas actualmente o Centro está estudando, além disso, a possibilidade de realizar um grande concurso internacional de trabalhos sobre as multinacionais. Já se escreveu muita teoria sobre o funcionamento dessas empresas. Queremos agora dar oportunidade aos estudantes, investigadores e militantes do Terceiro Mundo, para que descrevam casos concretos, que são os que podem sensibilizar amplos sectores concienzializados sobre o problema e criar-se uma base para futuras acções. Além dos trabalhos que sejam premiados e publicados, cremos que todos eles serão uma fonte valiosa de informações, da qual temos necessidade. Já há na Europa uma importante corrente de opinião que pede um maior controlo sobre as actividades das multinacionais e esse concurso contribuirá para a fortalecer.

— De modo que ainda que seja indirectamente, a luta dos povos do Terceiro Mundo integra-se com a

das forças progressistas dos países industrializados...

— Temos outro exemplo. O nosso Centro tem um grupo feminino dedicado ao estudo do papel da mulher no Terceiro Mundo. Entre outras coisas organizaram-se jornadas de solidariedade para as mulheres namibianas e o SWAPO. E as nossas companheiras compreendem que tanto no Terceiro Mundo como na Holanda ao capitalismo interessa submeter a mulher, e o socialismo é a melhor maneira de colocar o problema.

Os sindicatos europeus, enfrentados pelo fantasma do desemprego, sabem agora que a sua empresa actua também noutros países e já não se trata de lutar por uns centavos, mas sim de ter controlo sobre as decisões que se tomam de cima, que têm repercussão internacional.

E até no plano religioso. A teologia da libertação, esta nova interpretação do cristianismo que surge na América Latina ao fracassar o desenvolvimento, está impressionando muita gente na Europa. E assim temos numerosos sacerdotes e leigos que estão reinterpretando o cristianismo no nosso país, desenvolvendo um novo estilo de vida, sem tanto luxo supérfluo. E há vários sacerdotes que optaram pela causa dos pobres e exercem o seu apostolado no Terceiro Mundo. Muitos grupos de bases eclesíásticas na Holanda já pensam que o cristianismo e o socialismo não são contraditórios, mas que se completam. E mais, que se trata da mesma coisa.

Se me deixam falar

«Si me dejam hablar» é um livro elaborado a partir das depoimentos de Domitila, a mulher de um trabalhador boliviano de Siglo XX que foi uma das precursoras da greve de fome que impôs a vitória da Amnistia Geral. A educadora brasileira Moema Viezzer que gravou e ordenou o trabalho, concede uma entrevista aos Cadernos do Terceiro Mundo.

entrevista de
Beatriz Bissio



Si me permiten hablar” (se me deixam falar) é mais do que um livro, é uma lição de política, de militância revolucionária, de heroísmo anónimo. Tomando a experiência de Domitila Barrios de Chungara — esposa de um mineiro do Siglo XX, o importante complexo de minas de estanho — sem alterar o seu modo de falar e as suas expressões idiomáticas nem incorporar outras análises que não sejam as da protagonistas, Moema Viezzer, a educadora que sistematizou este testemunho, oferece-nos um livro que ao mostrar as terríveis condições de vida dos trabalhadores mineiros e a sua irredutível luta pela justiça social nos coloca diante da

crua realidade dos explorados da América Latina e nos compromete com ela.

Nesta experiência de “dar a palavra ao povo ao invés de falar por ele”, Moema Viezzer cumpriu — como ela próprio assinala — o papel de instrumento comunicador entre o leitor e a verdadeira autora do trabalho, Domitila, lutadora exemplar na qual se resume a militância a abnegação e a rebeldia de mulher boliviana.

Ao reservar-se humildemente o papel de instrumento, não de interpretadora, Moema consegue cumprir um papel fundamental: dar a conhecer ao leitor uma experiência viva e directa da luta protagonizada pelos mineiros bolivia-

nos, muito mais rica que a melhor das novelas que se poderiam conceber sobre o tema. Mais profunda, impactante, e aliciadora, do que qualquer análise teórica e despersonalizada que algum investigador social possa ter realizado a partir da utilização de um esquema tradicional de trabalho.

Durante uma breve estadia no México para tratar com a editora Siglo XXI a segunda edição do seu livro Moema Viezzer concedeu-nos uma entrevista exclusiva na qual explica como nasceu “Si me permiten Hablar” e também tece reflexões a respeito do vasto campo que se abre com esta obra inovadora.

Moema, hoje quando o livro “Si me permiten Ha-

Cultura
blar” está a caminhar para a sua segunda edição em idioma espanhol, cremos que existe muito interesse em conhecer mais detalhadamente como nasceu, o que existe atrás deste trabalho. O que pode dizer-nos a esse respeito?

— Olhe, conforme explico na Carta ao leitor, este livro nasceu a partir do meu encontro com Domitila Barrios na tribuna do Ano Internacional da Mulher, aqui no México. Ela era a única trabalhadora entre mais de 4000 profissionais presentes. O que mais me chamou atenção desde que a ouvi falar, naquele encontro e depois, durante os três meses que ficou aqui neste país, foi a maneira com que Domitila reagia perante de cada situação que se apresentava.

Dona de casa de um centro mineiro perdido entre as montanhas dos Andes, que apenas concluiu a escola primária, confessou que no princípio sentiu-se um pouco assustada diante dos muitos títulos das participantes e assim o relata no livro “Me apresentei como uma mulher do povo esquecida e disse: sou a esposa de um trabalhador mineiro da Bolívia. Sentia muito temor...” e no entanto, poucos minutos depois, já a partir do primeiro dia, Domitila dava a sua opinião sobre qualquer um dos temas que apresentavam para discussão, a partir da sua perspectiva de classe.

Ela nunca ouvira falar de feminismo mas diante das feministas impôs o seu ponto de vista de libertação da mulher, de igual para igual. Falou-se de “plani-

ficação familiar” e ela respondeu que o problema não está nos filhos. Que não é o nascimento de menos filhos que vai resolver os problemas da Bolívia. Na tribuna do Ano Internacional da Mulher ela sentiu-se representante da classe trabalhadora e com base nesta referência e a partir da sua própria luta, enquadrou todos os temas que se discutiram.

Era a primeira vez que ela saía do seu país — recebera um convite das Nações Unidas em reconhecimento pela sua militância — mas compreendera, perfeitamente, quais eram os seus aliados e em quem não podia confiar.

Na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) viu-se diante de 200 estudantes e funcionários. Ao princípio conseguia falar. Dizia: “É a primeira vez que estou assim, entre intelectuais, e talvez a minha linguagem não chegue à altura de vocês. É melhor que me façam algumas perguntas”.

Porém poucos minutos mais tarde já estava a falar não somente da experiência dos trabalhadores da Bolívia como também sobre o papel dos intelectuais na luta dos trabalhadores. Quando estive com os exilados bolivianos no México falou-lhes do papel que deviam cumprir aqui — “preparar-se para o regresso e responder a todas as exigências que o povo lhes faz (...) transmitir a experiência do nosso povo às demais pessoas que se interessem por ela; apoiar a luta dos que permanecem no país”.

Isto não poderia ser espontâneo. Tinha que haver

uma experiência anterior que lhe permitisse dar todas essas respostas. Devia existir uma análise já elaborada que possibilitasse uma definição frente a cada situação nova. A sua segurança devia ser fruto de uma longa aprendizagem, da observação e da análise da realidade a partir da sua participação directa na evolução da classe trabalhadora.

A repercussão do seu testemunho

Creio que foi a minha condição de educadora e o meu trabalho de investigação académica que me permitiram vislumbrar as possibilidades de transmissão da experiência de Domitila que nunca se poderia encontrar num livro escrito por um intelectual.

Tudo que ela dizia saía da sua experiência. Na sua vida a educação formal só havia influido numa pequena escala. Como ela mesmo diz, a sua escola foi a experiência do povo.

Foi assim que surgiu a ideia de escrever o testemunho da sua vida. Coloquei-lhe a questão. Disse-lhe que voltaria para o complexo mineiro Siglo XX e que talvez nunca mais viesse a apresentar-se a oportunidade de transmitir a sua experiência. Lembrei-lhe também que ela mesma estava impressionada com o pouco conhecimento existente na África, na Europa e inclusivamente noutros países latino-americanos da situação dos trabalhadores bolivianos. Também lhe disse que se já havia sido grande o impacto ouvi-la falar dois minu-



Domitila e Moema.

tos na tribuna, muito maior seria a repercussão que poderia alcançar um trabalho elaborado com o testemunho da sua vida.

Também lhe salientei o facto de toda a geração nova do seu país, que não viveu o processo, nem a guerra do Chaco, nem a Revolução nacionalista de 52 (que ela conheceu bem através do seu pai), nem os massacres de mineiros e camponeses, e nunca iria encontrar um livro sobre o que foi a luta das mulheres no movimento sindical e tantas outras experiências que seriam importantes que conhecesse. Fundamentalmente da minha, da vida da classe trabalhadora boliviana.

Foi assim que Domitila aceitou.

E como começaram a trabalhar?

— Eu recolhi todo o material da Tribuna, das suas intervenções na universidade e de entrevistas aos jornais, além de gravar muitíssimas horas de conversa com ela. Tinha mais de 800 páginas e sempre tentei manter a linguagem e a interpretação dos factos de Domitila. Nada publiquei — de acordo com o compromisso assumido — antes de poder ir à Bolívia e corrigirmos juntas os originais de modo a comprovar se Domitila se reconhecia naquilo que eu havia seleccionado.

Além do que recolhi no México, Domitila me contou, na Bolívia, o que fez em 76, ou seja, depois do seu regresso, já que se reintegrou na sua vida normal e prossegue a sua participação na luta do seu povo.

Ela liderou, junto com quatro companheiras, a greve da fome que teve lugar em Janeiro deste ano em La Paz e que culminou com a conquista da Amnistia e da liberdade de todos os presos políticos e a recuperação das liberdades sindicais que estavam suspensas desde 1974.

Tu que a conhecestes intimamente e que conviveste com ela no seu próprio meio, quando da tua visita a Siglo XX para corrigir o

trabalho, como definirias Domitila?

— Resumindo eu diria que é a mulher de um centro mineiro, esposa de um trabalhador e mãe de sete filhos que reparte o seu dia em três actividades principais:

1) Como dona de casa, quer dizer, lava, passa, cuida dos filhos e atende o marido, adaptando-se ao horário rotativo de cada semana na mina.

2) Como vendedora na rua. O salário do seu marido não é suficiente e então Domitila prepara todas as manhãs cem "salteñas" (pastéis bolivianos) e vai vendê-las na rua. Os seus filhos ajudam-na. Com isso ganha um dólar por dia mas tem-se de levantar-se às quatro da manhã.

3) Como secretária do Comité de Donas de Casa Domitila dedica várias horas por dia ao trabalho organizativo das mulheres e participa de todas as actividades do comité. Em períodos pré-eleitorais, como o que está vivendo o país, há muitas actividades "extras".

A reacção do povo

Como é que Domitila foi assumindo o compromisso com a sua classe? Como se consciencializou?

— Desde criança ela conheceu a miséria e a exploração dos mineiros. Através do pai, dirigente sindical e político, ouviu falar desde pequena da guerra do Chaco e da Revolução de 52. Viu o estanho da mina ser embarcado em vagões para benefício do patrão e sempre lutou para mudar a vida dos trabalhadores. Viu directamente o massa-

cre nos acampamentos, a sua transformação em "zona militar", conheceu muita gente que sofreu o exílio, ela própria foi presa e sofreu vexames. A reacção de Domitila é a reacção do povo frente à repressão e à injustiça.

Ela sistematizou a realidade boliviana e percebe a resposta que tinha que dar. A sua participação no Ano Internacional da mulher e o facto de ter um livro escrito com a sua vida não alterou em nada o seu desejo de se não afastar da sua classe e de prosseguir na luta a partir da sua condição de mulher de mineiro. Um exemplo desta determinação aparece quando ela recebeu um convite para visitar o Brasil no mês de Abril, data em que o livro devia sair naquele país.

"Como gostaria de conhecer outro país" — disse-me Domitila comentando o convite, mas imediatamente acrescentou — "mas neste momento a pátria me exige outras coisas e não posso sair". Também foi convidada a ir a Paris, mas acho que da mesma maneira, não vai aceitar.

Que factores incidem na militância de Domitila?

— Creio que é muito importante o facto dos seus filhos compreenderem a sua luta e a apoiarem. Agora, por exemplo, quando ela foi a La Paz para participar da greve da fome, os seus filhos assumiram as tarefas do lar. Compreendem e ajudam a mãe, por isso podem fazer muitas coisas. Domitila compreendeu que se não fosse assim não poderia continuar. E também sabe que o seu marido não reconhecesse o valor que tem a sua luta e se não a

apoiasse, entendendo que o problema pessoal deve ficar noutra nível, ela também não poderia actuar conforme o faz.

Metodologia de trabalho: que o povo analise a si mesmo

A sua condição de educadora incidiu sobre o trabalho porque te permitiu observar Domitila na sua actuação no alto da tribuna do Ano Internacional da Mulher com outros olhos. Também influiu na elaboração do livro, propriamente dita?

— Este trabalho está inserido na corrente que busca caminhos novos no trabalho de educação popular. Cremos que a educação deve ajudar a organização do povo e, por este motivo, o trabalho educativo assim entendido pressupõe que se parta da investigação da realidade. Fazem-se muitas análises sociológicas e às vezes da situação de vida dos trabalhadores mas existe muito pouco escrito sobre a organização do povo analisada pelo próprio povo. As massas populares cresceram na América Latina páginas heróicas com o sacrifício das suas vidas e, no entanto, quase não existem trabalhos que estudem estes episódios, que os sistematizem, que permitam fazer uma análise dos êxitos e dos fracassos, de maneira a poder promover o intercâmbio de experiências entre os diferentes povos.

Creio que falta uma investigação histórica dos grupos dominados expressa por eles próprios. Eu não



As casas dos mineiros de Siglo XX: uma porta e uma janela para cada família.

fiz como Oscar Lewis (o autor dos Filhos de Sanches), recolhi uma experiência de organização e a transmiti. Isso é muito diferente dos trabalhos que ficam ao nível da investigação sociológica, que ficam para a análise posterior do investigador. Isto levou a que os seus resultados tenham servido primordialmente à elite intelectual. Além disso, sob o pretexto de salvar a "objectividade científica", certos métodos desenvolveram o total descompromisso com o grupo humano investigado e os trabalhos foram feitos para defender teses académicas ou criar cátedras universitárias.

É evidente que tem que existir investigadores que se dediquem ao trabalho académico. Muitos deverão dedicar-se a uma sistemati-

zação teórica, porém devem existir mecanismos complementares para que as contribuições teóricas não sejam elaboradas exclusivamente para servir uma elite intelectual.

Eu procuro no meu trabalho recolher a consciência que têm os sectores populares da sua própria luta, da sua própria realidade. E só depois disso estudá-la, elaborá-la.

Foi por isso que não quis escrever um prólogo de quarenta ou cinquenta páginas sobre a minha opinião a respeito do que Domitila disse. Quiz deixar que fosse ela quem falasse e fizesse as suas interpretações. Por isso empreguei a técnica da gravação. Respeitei a sua linguagem e a sua interpretação dos factos. Fui à Bolívia em Ou-

tubro de 1976 e passei quinze dias corrigindo o livro na mina de Siglo XX com Domitila e a sua vida, a rever, mudar, suprimir, etc...

Onde se encontra algo da minha contribuição é no ordenamento do livro, na montagem do trabalho. Aí seguramente teve influência a minha condição de educadora. Possivelmente um politicólogo ou um sociólogo não o teria ordenado, necessariamente, da maneira com que eu o fiz.

Comecei pela aldeia de Domitila e pela sua vida, ou seja, a sua trajectória pessoal dentro da grande trajectória da classe operária boliviana. Ela concordou com tudo isso.

E o título foi escolhido entre ambas?

— Eu escolhi essa frase do capítulo onde Domitila

relata como se impôs a televisão oficial à custa das quatro emissoras dos trabalhadores mineiros. Como ela disse: "Que faz a televisão em benefício da classe trabalhadora? O governo mostra os programas que quer. Além do mais sempre que quer usa a televisão para nos insultar e nos chama de agitadores, diz que os trabalhadores de Siglo XX são isso ou aquilo. Deixam-nos em farrapos pela televisão. E nós não podemos sequer responder porque não temos uma televisão do povo".

Quando o governo manda uma comissão a Siglo XX para fazer desistir os mineiros da sua exigência de devolução das emissoras, sob a alegação que agora eles tinham televisão ("Mas demos-lhes os equipamentos mais modernos"), então Domitila tomou a palavra para responder a esses argumentos e segundo ela mesma relata, começou dizendo: "Si me permiten hablar"... (se me permitem falar), essa frase como título do livro. Domitila concordou.

Pensa que esta obra traz algo de novo no campo da investigação social?

— Creio que a minha maneira de trabalhar, recolhendo a autenticidade da expressão da classe trabalhadora, é uma forma de devolver a palavra ao povo. Quando Domitila fala, falam as donas da casa, os trabalhadores, os jovens sem perspectivas de futuro.

Talvez por isso o livro tenha tido tanto êxito entre os sectores populares porque existe uma situação de transferência entre Domitila e estes sectores.

Seria inovadora por não ser um dos tantos trabalhos que falam pelo povo...

— Geralmente o povo não fala. Fala-se por ele. Interpreta-se o povo. No entanto penso que para os intelectuais é necessário compreender como o povo analisa a sua própria realidade. Ter o controlo das palavras, interpretar-se a si mesmo, é uma das formas — entre tantas outras — de caminhar rumo à libertação. É por causa dessa importância do domínio da palavra que os meios de comunicação de massas estão tão controladas pelos sectores dominantes. "Si me permiten hablar" pretende que o povo tome mais consciência da sua realidade através da sua própria expressão. É o trabalho conjunto de uma educadora com uma dona de casa, em equipe.

A devolução do trabalho a sua fonte

Existe mais uma meta neste trabalho: a devolução do mesmo à sua fonte de origem, sistematizado. Em primeiro lugar, este livro deve chegar a Domitila, às donas de casa de Siglo XX, aos mineiros de Bolívia. Para que se transforme num elemento de autocritica e num instrumento para ajudar a formação das novas gerações que não participaram no processo descrito pela obra. No começo do livro Domitila diz "Não quero fazer uma história pessoal sem mais nada. Quero falar do meu povo. Quero deixar o testemunho de toda a experiência que adquirimos através de tan-

tos anos de luta na Bolívia e contribuir com o meu grão de areia, com a esperança que a nossa experiência de alguma maneira para a nova geração, para as pessoas jovens."

Agora que temos uma ideia clara de que é Domitila gostaríamos de saber quem é Moema Viezzer...

— Bem, sou brasileira nascida em Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul; trabalhei longo período como professora de pedagogia musical, mas nos últimos anos vividos no meu país me dediquei ao trabalho de promoção comunitária (educação de adultos), relacionada com educação, saúde, promoção social, etc... com uma equipe integrada por diferentes profissionais.

Foram os anos de trabalho nos estados de Pernambuco, Maranhão e Bahia os que me definiram, porque me fizeram conhecer a fundo a realidade daquela região do Brasil, tão diferente do sul e tão difícil

Que queres dizer quando assinalas que determinados anos te "marcaram"? Foi aí que se forjou a tua inquietação de ser útil ao povo?

— É isso mesmo. A partir de toda essa experiência é que começo a procurar conjugar o trabalho teórico e intelectual com a contribuição prática que transmitem as massas. Estou convencida que devemos conjugar a intelectualidade dos intelectuais com a intelectualidade das classes trabalhadoras, conforme muito bem disse um camponês dominicano comentando o livro.

DESPORTO

PELÉ: uma empresa multinacional



*Com um rendimento de 15 milhões de dólares por ano,
Edson Arantes do Nascimento, Pelé,
encontra incentivos para considerar «normal»
a actividade das multinacionais,
negar a existência do racismo nos Estados Unidos,
justificar a exploração do povo
de onde provém e renegar a sua própria cor.*

Pedro de Freitas

DESDE que a 7 de Setembro de 1956, com 16 anos de idade, entrou em campo com o equipamento do Santos Futebol Clube, ele tornou-se para o público brasileiro um grande ídolo do futebol.

Durante 22 anos, Pelé percorreu toda uma trajetória de verdadeiro "craque". Três vezes campeão mundial (1958 na Suécia, 1962 no Chile e 1970 no México), centenas de títulos quer nacionais quer internacionais; mais de 1250 golos marcados, fizeram-no uma imagem querida para o povo brasileiro que o chamava de "doce crioulo", o "negrao", a "fera" enquanto todo o miúdo brasileiro alimentava a ilusão de poder vir a ser algum dia também um Pelé.

Fora do rectângulo de jogo, Pelé reflectia humildade. A mesma que o caracterizava durante o jogo. No entanto essa humildade foi-se desmoronando à medida que a sua fama aumentava e a sua fortuna crescia. A sua vida sofreu as mesmas alterações da do pequeno comerciante que se transforma em grande monopolista. A personalidade de Pelé modificou-se face aos enormes lucros.

A sua forma de actuação foi-se moldando às necessidades políticas dos governos militares que se instalaram no Brasil a partir de 1964.

Futebol e política

O futebol foi sempre o entretenimento mais popu-

lar dos brasileiros. Razão porque o regime procurou utilizar este desporto de uma forma propagandística. Procurava, assim, por um lado, anestesiar o povo (através da velha fórmula do „pão e circo“) e por outro desviar a atenção internacional das suas violações aos mais elementares direitos humanos. O general Médici (1969-1973) foi quem melhor soube utilizar o futebol, esforçando-se por aparecer ante o povo como um grande "torcedor". Assiduamente a grande imprensa publicava fotos do presidente nas bancadas de estádios de futebol, "quase se confundindo com o povo" (no entanto, fortemente protegido por um poderoso aparelho de segurança).

Muitos outros jogadores serviram também como úteis instrumentos de propaganda do regime. Mas Pelé, por ser o mais brilhante futebolista, foi o eleito principal para melhorar a imagem externa do regime.

A fama internacional que tem Pelé permite-lhe ter um vasto público a escutar as suas declarações. Nas suas constantes viagens ao estrangeiro foi encorajado a pronunciar-se a favor do regime, a negar sistematicamente o racismo, a ditadura, os assassinatos, a miséria, "as favelas". Em 1972, numa entrevista à revista *Afrique-Asie*, disse a respeito do racismo: "Não há racismo no meu país. Se a raça negra não é igual à branca, é-o quase. Onde entram brancos entram negros. Os negros andam nas ruas e nas praias sem problemas. É por isso que eu afirmei que o Brasil é o país da fe-

licidade. O povo está contente."

Para lá das declarações, viajava frequentemente pelo estrangeiro em representação do presidente da República em actos públicos ou acontecimentos desportivos internacionais como se fosse um "embaixador extraordinário". Ao México, por exemplo, foi representar o general Garrastazú Médici na inauguração da Praça Brasil.

A nível interno, no entanto, o sistema utilizou-o com maior intensidade ainda. Recentemente, enquanto as forças democráticas pressionavam no sentido de uma democratização, Pelé não vacilou em declarar à imprensa (que publicou as suas palavras com grande destaque):

"Considero que o povo brasileiro está ainda pouco interessado na política e que não está preparado para eleger os seus governantes. Por isso, penso que o povo não pode eleger os seus dirigentes e muito menos exigir deles."

Utilizou esta mesma retórica para comentar a política dos direitos humanos de Carter: "Se eles (norte-americanos, estão a forçar para que se redemocratize, pois verão o que é bom; depois vão ter que nos ajudar a conter as reivindicações".

Renegar o povo

Ante estes disparates, a opinião pública brasileira voltou-se contra ele. Um deputado manifestou este sentimento na tribuna da Câmara de Deputados: "É triste que um homem que teve origem nas camadas mais humildes da popula-

ção brasileira, venha agora, depois de rico, renegar o povo que aplaudiu o seu êxito”.

Mas o regime soube retribuir esses favores. Os seus impostos à fazenda nacional são ignorados; as regalias que auferem as suas empresas aumentam e, finalmente, em Dezembro de 1977, o general Ernesto Geisel acabou por lhe conceder a Medalha de Mérito Desportivo — “como prova da nossa gratidão” — distinção que até agora só foi concedida a três pessoas. Ao mesmo tempo que o Ministro da Educação, general Ney Braga, afirmava, emocionado: “Espero que os desportistas do nosso país sigam o teu exemplo.”

Não foi por casualidade, pois, que o regime brasileiro, propôs como seu candidato ao prémio Nobel da Paz de 1976, nada menos do que Edson Arantes do Nascimento, o popular Pelé.

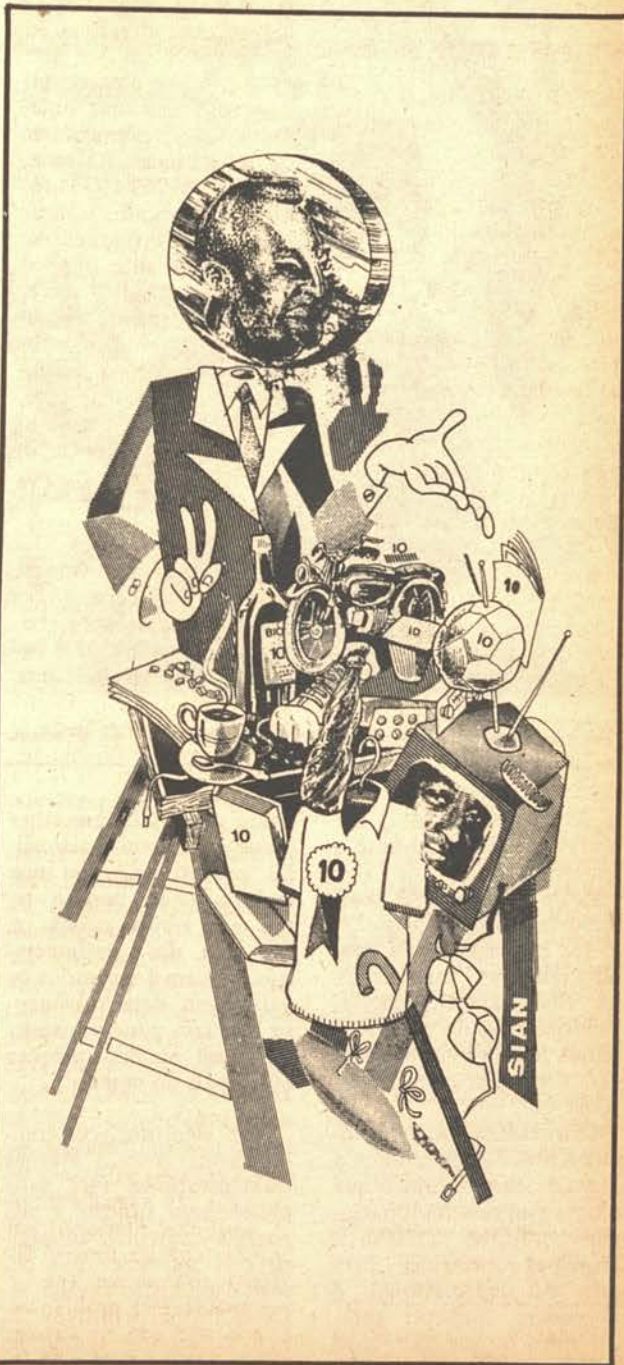
O Pelé de Três Corações, sua cidade natal, não mais existe. Na verdade morreu há muitos anos. Glória, poder, dinheiro, fama, êxito, pertencem à rotina diária de Pelé. Tudo isto deve ser salvaguardado a qualquer preço. O ídolo humilde e popular já não existe. Agora não passa de um rico e orgulhoso empresário. O seu produto: a marca Pelé.

**15 milhões de dólares
por ano**

A estadia nos Estados Unidos permite-lhe organizar uma empresa destinada a comercializar a marca Pelé a associar-se à Werner Communications com quem actua em várias áreas de ne-

gócios. A Werner encarrega-se de o utilizar como homem de relações públicas para propaganda dos seus produtos e dá a Pelé 50 por

cento dos lucros. Este esquema permite que Pelé tenha hoje contratos publicitários em 115 países, com uma previsão de factu-





Pelé: um magistral desportista que se pôs ao serviço da ditadura.

ração da ordem dos 15 milhões de dólares durante o ano de 1978.

Entre as empresas mais importantes para quem Pelé fez propaganda ou "public relations" encontram-se: Shell, Ducal, Gillette, Televisões Colorado RQ, pilhas Ray-O-Vac, Brunner Co, Café Cacique, Pepsi-Cola, etc.

Com tantos contratos internacionais, Pelé sente-se à vontade para definir o que é uma empresa multinacional, conforme declarou à imprensa brasileira: "Para falar das multinacionais, é necessário conhecer antes de mais o que são, pois

muita gente fala sem saber o que é uma multinacional. Eu, por exemplo, sou uma multinacional, porque actuo em vários países. A presença das multinacionais é normal em todos os países em desenvolvimento. Por isso podem investir no Brasil ou em qualquer outro país do mundo".

Para além dos seus compromissos com a Werner Communications, Pelé sabe muito bem utilizar a sua vocação capitalista ao serviço dos interesses dos demais capitalistas brasileiros. Dessa forma permite-se fazer contratos temporais

com empresas onde desempenha as funções de homem das relações públicas. Foi deste modo que, durante uma semana, desempenhou as funções de "public relations" da General Electric do Brasil. Esta multinacional organizou uma festa para 5 mil operários das suas fábricas a que Pelé assistiu distribuindo bolas com a sua assinatura. No final, Pelé, pediu que os operários, de pé, repetissem o que dizia: **Prometo dedicar-me com maior afinho ao trabalho a fazer todo o possível para aumentar a produtividade**". A oração produziu rápidos efeitos: uma semana depois foram despedidos cerca de 400 operários da empresa.

A sua trajectória de servilismo político perante o regime e de defesa dos interesses das multinacionais é sintetizada numa só jogada, tão hábil como as suas "fintas" dentro do campo: a INTERBRAS Trading Company (empresa estatal do governo) acaba de ultimar um contrato com Pelé, para lançamento dos produtos brasileiros em África, principalmente nos novos países de expressão portuguesa, aproveitando para isso a sua cor e a sua fama. Pelé embolsará nada mais nada menos do que 400 mil dólares pela sua tarefa.

Na verdade é o Próprio Pelé quem acaba com o mito que o povo brasileiro criou o seu poder. Transformou-se num próspero empresário que aluga a sua imagem ao serviço dos mais hediondos interesses, deixando no povo a nostalgia de um ídolo que foi o "génio da raça".

PETRÓLEO

A política petrolífera argelina

*Vender o petróleo directamente ao cliente,
sem intermediários
diversificar o mercado
e estabelecer relações estáveis
são os princípios da política argelina
de comercialização do petróleo.*

DE visita à Argélia recebemos das mãos de um compatriota exilado naquele país, entre outros, um documento sobre o qual gostaríamos de fazer umas considerações.

Trata-se de uma intervenção de N. Ait Laoussine, ante o seminário que a OPEP promoveu em Viena, sobre o papel presente e futuro das companhias Nacionais de Petróleo.

N. Ait Laoussine, destacada autoridade argelina em questões de petróleo defende com uma argumentação cerrada e, a nosso ver incontestável o ponto de vista da SONATRACH, ou seja, da Sociedade Nacional para o Transporte e a Comerciali-

zação dos Hidro-Carburantes argelina. A SONATRACH, constituída pelo governo argelino para os fins de que o seu próprio nome indica, comparece ao seminário de Viena com propostas concretas que procuraremos sintetizar aqui, procurando de forma orgânica, clara e bem definida tratar do transporte e do comércio dos hidro-carburantes de tal modo, que tanto os países produtores como os consumidores aceitem a interdependência inevitável que deve prevalecer entre eles em matéria de produtos energéticos.

Mas demos a palavra a Ait Laoussine, que sintetiza em seis pontos a estratégia concebida pela SONATRACH para obter os aces-

Francisco Julião

sos ao comércio de petróleo. Que são os seguintes:

1. Sempre acreditámos na necessidade de vender os nossos produtos directamente ao cliente, sem tratar com intermediários. Preferimos vender sempre o nosso petróleo em mercado aberto.

2. Sempre procurámos diversificar o melhor possível o nosso mercado e os nossos clientes.

3. Procurámos, e creio que com êxito, desenvolver uma grande organização que dirigisse as nossas operações de modo a que os clientes se pudessem sentir seguros de uma resposta

Petróleo profissional aos seus interesses operacionais.

4. Procuramos vender ao melhor preço possível, mas nunca perdemos de vista a situação competitiva. Reconhecemos a necessidade de ajustar o nosso preço como resposta às condições do mercado sempre em alteração; e somos uma das primeiras companhias de petróleo a introduzir revisões regulares de preços nos nossos contratos.

5. Somos um produtor de petróleo relativamente pequeno e os rendimentos conseguidos com as vendas são vitais para o nosso desenvolvimento económico. Quanto às nossas vendas de gás, estamos certos de obter lucros dos enormes investimentos que fizemos nesse sector.

6. E, o que considero mais importante: o objectivo chave no nosso acesso ao comércio internacional foi, desde sempre, desenvolver relações estáveis a longo prazo com os nossos clientes. Este objectivo reflecte-se na flexibilidade dos nossos contratos de vendas que asseguram ao comprador a garantia dele não se ver amarrado a um contrato que já não deseja.

Uma vez estabelecidas estas premissas como metas principais da SONATRACH, Laoussine centra a sua análise sobre o abastecimento e o preço dos meios energéticos na próxima época.

Laoussine fixa como ponto de partida o ano de 1974, poucos meses depois da OPEP ter decidido elevar bruscamente o preço de venda do seu petróleo, provocando entre os países consumidores uma enorme reacção. Tanto assim, que

se generalizaram os protestos, seguindo-se as ameaças de intervenção militar por parte dos Estados Unidos. Não obstante todo este clamor, e as ameaças proferidas por "mister" Kissinger, a OPEP não se deixou comover.

Ante esta situação de facto, os países consumidores convocam os seus melhores técnicos a quem recomendam procurar imediatamente uma solução de emergência, dando origem a uma dupla ofensiva que até agora não teve concretização: desenvolver formas de energia alternativa a custos mais baixos que o preço do petróleo da OPEP e reduzir ao máximo as importações de petróleo provindo dos países da mesma OPEP.

Dois anos depois das resoluções de 1973, os Chefes dos Estados dos países membros da OPEP reuniram-se em Argel onde constataram que os seus consumidores de petróleo alimentavam em demasia o seu optimismo em torno das possibilidades de obter energia não convencional. A esse respeito tudo permanecia e permanece no domínio da especulação, enquanto o mundo continua a pedir cada vez mais petróleo para fazer face às suas crescentes necessidades.

Laoussine lança um verdadeiro balde de água fria sobre todos os projectos concebidos pelos "experts" em Estratégia de Energia Alternativa, sem excluir a CIA que mete o nariz em tudo, especialmente onde cheira a petróleo.

Em primeiro lugar, alerta aquele técnico argelino, a

contribuição de novas formas de energia será limitada antes de 1990; o custo das formas de energia alternativa será consideravelmente mais alto que o preço actual e corrente do petróleo da OPEP; e que, finalmente, a OPEP estaria em condições de incrementar substancialmente a sua taxa de produção nos próximos anos.

A fim de apoiar tais conclusões, o representante da SONATRACH baseia-se na tradicional metodologia de estimação da procura futura de petróleo. De acordo com a sua estimativa, que obedece à constatada tendência sobre o consumidor de energia global, a procura de petróleo em rama excederá os 100 milhões barris/dia até 1990. Mas para responder a esse nível de consumo, os países da OPEP teriam que produzir cerca de uns 57 milhões de barris/dia. Tal procura, não só iria contra os interesses nacionais dos países da OPEP, como também seria um verdadeiro acto de loucura para o mundo inteiro.

Os consumidores procuram dividir a OPEP

N. Ait Laoussine adverte com muita propriedade que enquanto os países da OPEP continuarem a reconhecer as suas responsabilidades para com o mundo industrializado este não deve presumir que aqueles países se podem dar ao luxo de esgotar no espaço de uma geração os únicos recursos naturais com que contam para o seu desen-



O presidente Houari Boumediene.

volvimento. E, lamenta que os governos representantes dos países consumidores, com a única exceção dos Estados Unidos, continuem a viver no mundo dos sonhos apesar de conhecerem a realidade, agarrando-se à esperança de que surgirão como milagre algumas formas de energia alternativa para salvar a situação.

Entre esses países predomina a ideia de dividir a OPEP para assim poderem conseguir a redução do preço do petróleo. Mas essa divisão salvaria a crise? — pergunta Laoussine. Para logo responder pela negati-

va, baseando-se no argumento de que só existe um caminho possível de aliviar os efeitos da ruptura provocada pela procura crescente de meios energéticos: unir os recursos existentes com aqueles que serão desenvolvidos num futuro próximo. O que implica entrar numa fase de cooperação entre os países consumidores e produtores a fim de se obter a gestão ótima global dos recursos da energia mundial onde quer que eles se localizem.

Por outras palavras, o representante argelino pro-

põe de uma forma clara uma política mundial sobre meios energéticos.

É justamente para evitar que se repita a situação de 1973 que Laoussine recomenda o início de uma série de aumentos progressivos e planeados que não só cubram os efeitos da inflação, como também levem o preço do petróleo a níveis próximos da paridade de outras formas de energia alternativas em meados da década de 80.

“Se assentarmos, por exemplo — afirma Laoussine — que a inflação atinge,

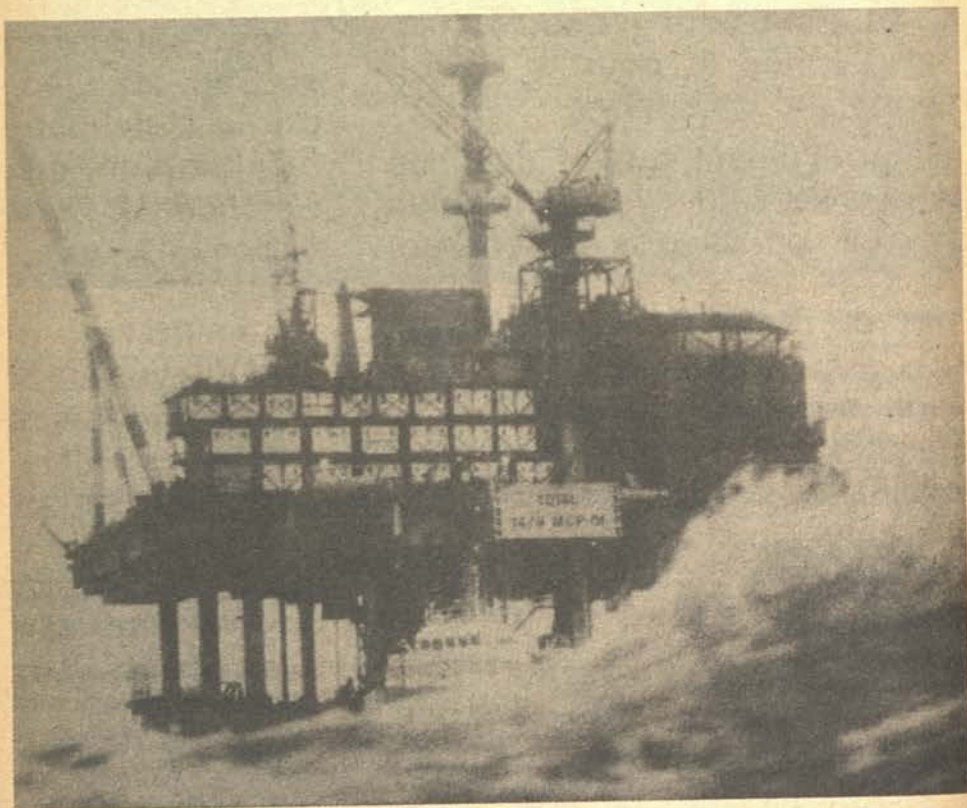
Petróleo digamos, os 10 por cento ao ano, então um aumento nos preços do petróleo de 15 por cento poderia levar-nos progressivamente à paridade da energia alternativa por volta de 1985. Se a inflação é mais alta ou mais baixa, então podemos ajustar esse aumento de acordo com ela. Esta aproximação entre os preços poderia ser uma grande contribuição para evitar uma crise maior da energia: primeiro, os efeitos económicos seriam absorvidos pelas economias das nações consumidoras; segundo, os planificadores poderiam trabalhar dentro de padrões de preços de energia em que teriam algu-

ma confiança; e, em terceiro lugar, haveria um incentivo para os investimentos necessários nas novas formas de energia e na conservação das já existentes.”

Não é preciso ser-se especialista em questões energéticas, mas apenas observador deste espectacular jogo de xadrez entre países produtores e consumidores de petróleo, para considerarmos como razoáveis e práticos os argumentos de N. Ait Laoussine. A amplitude das suas reflexões, o sentido realista das propostas apresentadas em Viena, em suma, a estratégia a curto, médio e longo prazo que este técnico argelino defen-

de para impedir uma catástrofe muito mais trágica que a globalidade das originadas pela disputa do petróleo entre os monopólios internacionais, merecem o apoio de todo o governo ou simples cidadão que esteja convencido da necessidade de viver e progredir em paz.

Vale a pena ainda referir que a própria existência da OPEP — representante dos países onde as companhias multinacionais já perderam o direito de concessão — constitui um factor decisivo para alcançar aqueles objectivos estratégicos. ●



O petróleo, uma fonte de energia dificilmente substituível.

Colômbia

Em 1903, a província do Panamá alcança a independência, com evidente participação nesse acontecimento dos Estados Unidos, que não haviam conseguido obter da Colômbia a aprovação de todas as suas condições para a construção de um canal interoceânico.

Entre 1921 e 1957 os norte-americanos investiram 127 milhões de dólares na exploração do petróleo colombiano. Nesse período, os seus lucros ascenderam a 1137 milhões de dólares. Praticamente esgotado o petróleo devido à extração incontrolada, os capitais norte-americanos controlam hoje 80 por cento da exploração de plátanos, 89 por cento dos minérios de ouro, prata e platina e 98 por cento da produção e distribuição de gás e electricidade.

Esta situação de dependência não preocupa a oligarquia nacional, que vive à custa da produção de café, exportado fundamentalmente para os Estados Unidos.

A violência caracteriza a história da Colômbia desde que chegaram ao país os primeiros espanhóis, em 1499. Deslumbrados com o ouro, os conquistadores enfrentam-se com a cultura *chibcha*, submetendo os camponeses ao trabalho agrícola por meio da *mita* e da *encomienda*, duas instituições quase escravagistas. As culturas pré-colombianas da *yuca* (espécie de mandioca), batata e milho, são parcialmente substituídas por

novos produtos de exportação: plátanos, tabaco e café. A mão de obra indígena, que resistiu tenazmente à conquista, é complementada com escravos vindos de África. A luta independentista, que foi precedida pela "revuelta de los comuneros" (1781), inicia-se em 1810. A Espanha defendeu tenazmente o seu vice-reinado de *Nueva Granada* e Camilo Torres, primeiro presidente das Províncias Unidas, foi executado juntamente com várias centenas de patriotas sob o "regime de terror" do general monárquico Pablo Morillo. O exército colonialista foi finalmente derrotado pelas tropas de Simón Bolívar, que agrupa na República da Grande Colômbia, a actual Colômbia, o Equador, o Panamá e a Venezuela.

Fracassado o projecto integacionista de Bolívar, o Libertador, é proclamada em 1830 a República de *Nueva Granada*, posteriormente designada por Colômbia. Tal como em muitos países latino-americanos, a independência não trouxe consigo alterações sociais profundas. O colonialismo espanhol é substituído por um neocolonialismo britânico e, posteriormente, norte-americano.

Entre 1830 e 1903, a Colômbia viveu 29 alterações constitucionais, nove guerras civis nacionais e catorze locais, duas guerras com o Equador, três "quarteladas" e uma conspiração fracassada.



O povo, porém, sempre tem disputado esse poder, merecendo destaque entre as suas lutas a insurreição do "bogotazo", ocorrida em 1948 após o assassinato do líder popular Jorge Eliecer Gaitán. Nessa altura a oligarquia conseguiu retomar o poder e após a ditadura do general Rojas Pinilla é firmado um pacto mediante o qual os liberais e conservadores alternar-se-iam no governo entre 1958 e 1974.

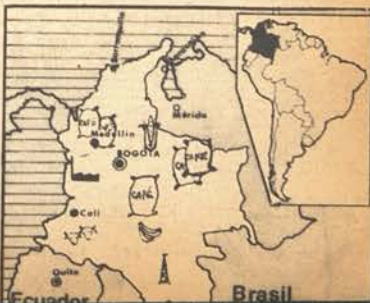
Nesse ano, a ANAPO, de Maria Eugenia Rojas Pinilla não se consegue converter numa verdadeira alternativa popular e é eleito o liberal Alfonso López Michelsen, que inaugura, com o regresso à legalidade da Central Operária Colombiana, uma política de maior abertura democrática. O aumento do preço do café trouxe um inesperado desafogo à economia, mas paradoxalmente, a falta de estruturas capazes de redistribuir equitativamente essa riqueza, gerou uma vaga inflacionária que juntamente com as denúncias de corrupção abalam a estabilidade do governo e levantam novo fantasma da violência.

As recentes eleições presidenciais deram a vitória a um liberal, Júlio César Turbay Ayala, vitória esta contestada pelo seu rival conservador Belisario Betancur, na clara intenção de tumultuar novamente o país. Sete candidatos que tentaram desafiar o tradicional domínio dos dois partidos principais, não conseguiram praticamente nenhum impacto na votação.

REPÚBLICA DE COLÔMBIA

Governo: Júlio César Turbay Ayala, Presidente - **Capital:** Bogotá (2 800 000 h) - **Superfície:** 1 138 914 km² - **População:** 26 300 000 h (35 por cento rural) - **Moeda:** peso - **Idioma:** espanhol - **Dia Nacional:** 20 de Julho (independência, 1910) - **Religião:** maioritariamente católica - **PNB per capita:** 436 dólares por ano - **Educação:** 4 milhões de estudantes em todos os graus de ensino em 1973. Analfabetismo: 35 por cento - **Saúde:** um médico para cada 2500 habitantes.

A Colômbia é membro de pleno direito da ONU, da OEA, da ALALC, do Pacto Andino, das organizações de exportadores de bananas e açúcar e participa como observador nas reuniões do Movimento dos Países Não-Alinhados.



Como toda a costa africana do Oceano Índico, o arquipélago das Comores é habitado por uma população de origem bantu, que se converteu ao islamismo devido à forte influência árabe que conheceu. Exportadores de baunilha, café, açúcar e copra, as ilhas possuem uma economia rudimentar, mas o colonialismo depressa descobriu o seu valor estratégico na rota do Cabo da Boa Esperança (e actualmente do petróleo). Razão pela qual os franceses ocuparam Mayotte em 1843, estendendo de imediato o seu domínio ao resto do arquipélago.

O novo contexto político do mundo árabe a partir de década de 60, a influência ideológica da Tanzânia e o exemplo vitorioso da luta de libertação no vizinho Moçambique, estimularam o sentimento de independência nacional. Em 1962 criou-se o MOLINACO (Movimento de Libertação Nacional Comore) que, obrigado a actuar na clandestinidade, fundou o Partido da Evolução (PEC) como sua expressão legal. A Frente Nacional Unida é uma resultante da união destas organizações e o Partido Socialista local (PASOCO) e uma fonte de pressão constante junto a metrópole — a França — que acabou por organizar um plebiscito a 22 de Dezembro de 1974, no qual 154 184 votantes se pronunciaram pela independência e apenas 8854 o fizeram contra.

Mas os partidários da cidadania francesa concentram-se todos em Mayotte (63 por cento dos votantes da ilha), onde Paris dispõe de uma base militar e algumas dezenas de famílias de

Comores

mestiços católicos franceses que controlam a economia, expressando-se politicamente através do "Movimento Popular Mahorés", liderado por Marcel Henry, plantador estreitamente ligado a interesses sul-africanos.

Outro rico comerciante comore é Ahmed Abdallah, o principal exportador de arroz do arquipélago, que desempenhava as funções de primeiro-ministro do governo semi-autónomo local. Prevendo que o progressista FNU derrubaria do poder o seu partido "Udzima" (unidade) na programada Assembleia Constituinte da futura República, Abdallah antecipou-se e proclamou unilateralmente a independência das Comores a 6 de Julho de 1975, antes da França ter homologado o referendo. Marcel Henry aproveitou a conjuntura para proclamar que a sua ilha queria continuar sendo francesa e Paris apoiou a secessão de Mayotte para conservar a sua presença no Índico, violando o seu compromisso prévio de respeitar a integridade territorial das Comores e os resultados do referendo.

A França, que não opôs qualquer objecção ao ingresso das Comores nas Nações Unidas, votou no Conselho de Segurança contra as medidas concretas destinadas a descolonizar totalmente o arquipélago. Entretanto, a FNU acusava Abdallah de ter precipitado os acontecimentos unicamente por sua ambição política e "confiscar em

seu benefício uma independência da qual não é artífice nem verdadeiro defensor".

Em plena tarde de 3 de Agosto de 1975, a menos de um mês da independência, um comando de oito homens armados e uma dezena de jovens apodera-se do palácio do Governo em Moroni, disparando alguns tiros para o ar não havendo qualquer resistência (não há exército na ilha e a polícia manteve uma posição de neutralidade) derrubando Abdallah, que na altura se encontrava a visitar as suas plantações em Anjuanq.

Foi desta forma pouco dramática que a FNU conquistou o poder, designando o líder socialista Ali Soilih como presidente. Mas a luta apenas começava e a batalha pela independência do arquipélago era extremamente desigual já que a França possuía estacionados em Mayotte três barcos de guerra e mais de dez mil soldados, ou seja um para cada três habitantes da ilha.

Acobertado pelos últimos acontecimentos no Zaire, que atraíram a atenção do Mundo, Abdallah retomou o poder através de um golpe de Estado, e por detrás deste acto classificado como "popular e espontâneo", está nada menos do que a sinistra figura do "coronel" Bob Dénard, mercenário que conseguiu sua triste fama de assassino no Katanga. Soilih foi, classicamente, "morto no decurso de uma tentativa de evasão".

REPUBLIQUE DES COMORES

Governo... — Capital: Moroni (16 000 h) — Superfície: 2236 km² — População: 295 000 h — Moeda: franco CFA — Idiomas: francês (oficial), suahili e árabe — Dia Nacional: 6 de Julho (independência, 1975) — Religião: muçulmana — PNB per capita: 145 dólares anuais — Educação: 25 000 estudantes em todos os graus de ensino em 1974.

As Ilhas Comores são membros de pleno direito das Nações Unidas, da Organização de Unidade Africana e do Movimento de Países Não-Alinhados. Durante o seu breve governo, Abdallah solicitou a entrada na Liga Árabe.



Congo

Ao contrário do seu vizinho ex-Congo Belga (hoje Zaire), o processo pela autonomia do Congo "francês" foi relativamente pacífico. Ao proclamar a independência em 1960, o ex-frade Fulbert Youlou teve de enfrentar condições semelhantes às que predominavam em muitos países latino-americanos há um século e meio atrás: uma evidente macrocefalia (representada pelo eixo Brazzaville-Pointe Noire que monopolizava toda a economia), a falta de técnicos (em 1960 havia cerca de 30 bacharéis congolezes) e o exacerbamento das disputas regionalistas e tribalistas provocado pelo colonialismo.

O fracasso da política neocolonialista de Fulbert Youlou motivou a sua deposição em 1963. Se bem que o seu sucessor, Alphonse Massamba-Debat, tivesse proclamado a sua adesão ao socialismo, e tivesse forçado a retirada das tropas francesas estacionadas em Brazzaville, as suas tendências liberais e parlamentaristas levaram o país a sucessivas crises, que culminaram com a sua renúncia a 1 de Janeiro de 1969.

Assume então a presidência o jovem major Marien N'Gouabi e a vida política sofre uma reorganização, criando-se o Partido Congolês dos Trabalhadores (PCT) de definição marxista-leninista e é adoptada em 1973 uma nova Constituição que proclama o Congo como uma República Popular.

O Estado passa a controlar a energia eléctrica, a água, as grandes empresas industriais, bem como a comercialização do petróleo, enquanto se preparam as condições para a nacionalização desta fonte vital de energia. "A opção que se nos põe não é a de nacionalizar ou não — explicava N'Gouabi — mas sim um problema de soberania. A nossa opção está em reorganizar as empresas de maneira a não criar uma nova burguesia burocratizada".

Ainda que neste período se tenham criado importantes organizações de massas, como a Confederação Sindical, a União da Juventude Socialista e a União Revolucionária das Mulheres, esta "burguesia burocratizada" conseguiu desvirtuar e travar momentaneamente os avanços revolucionários. Em Dezembro de 1975, N'Gouabi faz uma profunda auto-crítica pública, e apela ao povo para "radicalizar a Revolução", iniciando um processo de rectificação das estruturas partidárias, do aparelho de Estado e das organizações populares.

Trata-se de fazer chegar o povo ao Poder e para isso não só é empreendida uma ambiciosa reforma educativa (até então os textos escolares provinham de França), como se procura modificar a própria estrutura do Estado. Os funcionários militares que ocupavam cargos admi-



nistrativos nas províncias, foram substituídos por Comissários do Governo e por Assembleias Regionais eleitas em 1974.

Depois da independência de Angola, o Congo não teve dúvidas em reconhecer o Governo de Agostinho Neto, e a sua posição sem ambiguidades sobre o problema de Cabinda foi decisiva para fazer frustrar os intentos cisionistas nesta província angolana rica em petróleo, fomentados pelos interesses das multinacionais do petróleo que também actuam no Congo.

A 18 de Março de 1977, enquanto se preparava as bases do II Congresso Extraordinário do PCT, onde a aprofundização do processo seria institucionalizada, o comandante N'Gouabi foi assassinado por um grupo conspirador orientado pelo ex-presidente Massamba-Debat.

A conjura para usurpar o Poder fracassou, e Massamba-Debat foi executado. O sucessor de N'Gouabi, o coronel Joachim Jhombi Opango (que desempenha as funções de Chefe de Estado, Presidente do Comité Militar do PCT e Chefe Supremo das Forças Armadas) era um estreito colaborador do dirigente assassinado, e a maioria dos ministros do antigo gabinete foram reconfirmados nos seus cargos, garantindo que "o poder do povo não cairá em mãos de ambiciosos sem escrúpulos e sedentos de sangue", cujo ódio cresce à medida que a Revolução avança.

RÉPUBLIQUE POPULAIRE DU CONGO

Governo: Comité Militar Provisório, presidido por Joachim Jhombi Opango — **Capital:** Brazzaville (300 000 h) — **Superfície:** 342 000 km² — **População:** 1 430 000 h (70 por cento rural) — **Moeda:** franco CFA — **Idioma oficial:** francês — **Dia Nacional:** 15 de Agosto (Independência, 1960) — **Religião:** animista, cristã e muçulmana — **PNB per capita:** 317 dólares ano — **Educação:** 335 mil estudantes em todos os graus de ensino em 1973 — **Saúde:** um médico para cada 9 mil habitantes.

O Congo é membro de pleno direito das Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana (OUA), das Organizações Inter-africanas do Café e da Madeira e do Movimento dos Países Não-Alinhados.





Basta olhar para o mapa para compreender toda a tragédia do povo coreano que viu a sua pátria, desde épocas longínquas, ser cobiçada pelos países vizinhos. Durante muitos séculos o Estado coreano esteve dominado pelas dinastias chinesas e mongóis, mas os períodos em que o país se autogovernou bastaram para criar um forte sentimento nacional e uma arte e cultura próprias.

Mas durante a II Guerra Mundial, as guerrilhas de resistência coreana, que há quinze anos combatiam sob a direcção de Kim Il Sung, conseguem expulsar o invasor do Norte do país com o apoio do Estado Soviético, enquanto o Sul é ocupado pelas tropas norte-americanas do general MacArthur.

A derrota dos japoneses estimula o surgimento de comités populares por todo o país. Enquanto que no Norte estas organizações são apoiadas pelos soviéticos, no Sul são fortemente reprimidas pelos norte-americanos que instalam no governo Syngman Rhee, um coreano que havia anteriormente emigrado para os Estados Unidos.

O paralelo 38 é estabelecido como linha de divisão entre as duas partes. Porém, em Maio de 1948, os norte-americanos realizam eleições no Sul que acabam por ser boicotadas pelos principais partidos. Ante a proclamação unilateral da "República da Coreia" no Sul e o indefinido adiamento da reunificação do país, Kim Il Sung



Coreia

convoca eleições no Norte e proclama a 25 de Agosto de 1948 a República Democrática Popular da Coreia.

A 25 de Junho de 1950 estala a guerra. O conflito durou 27 meses e devastou o país, deixando um saldo de 4 milhões de mortos coreanos, 140 mil soldados norte-americanos e cerca de um milhão de voluntários da República Popular da China. Findo o conflito, os coreanos reivindicaram para si o mérito de ter conseguido a primeira derrota militar do imperialismo ianque, ao obrigá-lo a assinar em Julho de 1953 um armistício incondicional.

Entretanto as Nações Unidas desautorizaram a presença de tropas na Coreia sob a sua bandeira, mas os Estados Unidos continuaram a manter no país os seus efectivos, desta vez em nome de um "pacto de defesa mútua". As pressões internacionais e a própria opinião pública norte-americana podem obrigar num futuro próximo a retirada destes efectivos, porém Washington já anunciou a sua decisão de manter neste país asiático o armamento nuclear introduzido, e as forças aéreas e navais para continuar a apoiar o regime de Park Chung Hee, em Seul.

Dzozon Mindzudzuyi Imnin Konghvaguk

Governo: Marechal Kim Il Sung, Presidente do Presidium da Assembleia Popular (Park Chung Hee governa ditatorialmente a República separatista da Coreia do Sul, em Seul) — **Capital:** Pyongyang (1 500 000 h) na República Democrática Popular da Coreia; Seul (5 000 000 h) ao Sul do paralelo 38... — **Superfície:** 220 791 km² (121 193 km² na RPDC e 99 598 no Sul) — **População:** 48 milhões de habitantes (15 milhões na RPDC, 33 milhões no Sul) — **Moeda:** won — **Idioma:** coreano — **Dia Nacional:** 9 de Setembro (dia da República, 1948) — **PNB per capita:** 450 dólares anuais na RDPC, 400 no Sul — **Educação:** Existem 12 milhões de estudantes em todos os graus de ensino. No Sul, todavia, o grau de analfabetismo ronda os 15 por cento.

O veto norte-americano impediu o ingresso da RDPC nas Nações Unidas, mas em 1973 viria a ser admitida como observador, acabando deste modo com o estatuto privilegiado da Coreia do Sul, concedido em 1953, como representante de "toda a Coreia". Em 1975 o Movimento dos Países Não-Alinhados incorpora entre os seus membros a RDPC rejeitando similar solicitação da Coreia do Sul.

Uma política ferozmente capitalista levou o Sul da Coreia a converter-se num verdadeiro "enclave exportador", onde até as crianças são vendidas ao exterior, sem que no entanto haja melhorado o nível de vida do povo. Enquanto isso, no Norte, desenvolve-se um ambicioso plano de seis anos que impulsiona vigorosamente a construção do socialismo. Mas o objectivo central continua a ser a reunificação da pátria, que segundo declaração conjunta de 1972 se deve realizar "de forma independente, pacífica e por cima das diferenças de ideologia".

No plano internacional o governo de Pyongyang procura manter-se à margem do conflito sino-soviético, recordando a ambas as partes que o principal inimigo é o imperialismo. Coerentemente, a República Democrática Popular da Coreia integrou-se em 1975 no Movimento dos Países Não-Alinhados. No documento de adesão, Kim Il Sung expressa mundialmente a ideia "mestra", orientadora da revolução coreana: "o conceito de que o único dono da Revolução e da construção do Socialismo são as massas populares. Lutar pela soberania e independência de cada país".

as vozes da áfrica revolucionária

N.º 398 — 31 DE MAIO — 1978 — 15800
Angola 25 Kwanzas Portugal 25 escudos

Tempo

Moatize
NACIONALIZADAS
MINAS DE CARVÃO
TEXTOS
O HOMEM NOVO E UM PROCESSO

cartas do zimbabwé

Sara • Timor Leste



duas lutas

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.

Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A

Caixa Postal 29.17 — Republica Popular de Moçambique

